

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

CALEIDOSCOPICAMENTE MULHER:

Dilemas e Desafios Contemporâneos

FRANCISCA CELINA MORAES GUIMARÃES

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

ORIENTADORA: PROF^a. Dra. VERA LÚCIA DECNOP COELHO

BRASÍLIA, DF

2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

CALEIDOSCOPICAMENTE MULHER:

Dilemas e Desafios Contemporâneos

FRANCISCA CELINA MORAES GUIMARÃES

BRASÍLIA, DF

2010

Dissertação de mestrado aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dra. Vera Lúcia Decnop Coelho (Presidente)

Prof^a. Dra. Maria Lúcia Rocha-Coutinho (Membro Efetivo - UFRJ)

Prof^a. Dra. Gláucia Ribeiro Starling Diniz (Membro Efetivo)

Prof^a. Dra. Miriam Cássia Mendonça Pondaag (Membro Suplente - IESB)

*Às minhas queridas filhas,
mulheres em construção e aprendizado.
Que as reflexões aqui tecidas possam, de alguma forma, tocar-lhes.*

AGRADECIMENTOS

Escrever é ato solitário que se realiza com a cumplicidade daqueles que nos cercam. Por meses a fio, um certo afastamento amoroso de familiares e amigos foi necessário para que leituras e reflexões pudessem fluir. O processo reflexivo, os questionamentos, incertezas e maturação de idéias envolveram certa dose de sofrimento, mas também de muito prazer. Assim, é com muita alegria que compartilho este trabalho com aqueles que se fizeram importantes nesta conquista.

Agradeço imensamente aos meus filhos, Luciana, Maurício e Marina, pela alegria e vibração com que acompanharam essa trajetória e ao incentivo e carinho com que me abasteceram nesta importante etapa da vida. Ao Marcos, que cuidou para que todos os recursos necessários estivessem ao meu alcance. Aos meus pais, Levi e Maria, que sempre me incentivaram em minhas conquistas.

À Luiza, afilhada querida, que mesmo longe se fez presente.

Agradeço à grande amiga Maria Carmem que participou de cada momento envolvido neste empreendimento e que compartilhou das alegrias e dificuldades.

À amiga Adriana Lima, pela bela amizade que surgiu no percurso do mestrado e que propiciou tantas trocas de idéias além de apoio nos momentos de ansiedade e insegurança.

Às colegas do mestrado, Ana Paula Fernandes, Heloísa e Danielle Coenga, que acrescentaram brilho a esse desafio e estimularam questionamentos e provocações. Aos colegas do doutorado, Kléber e Roque, fontes de segurança e inspiração para novas etapas a serem percorridas.

Às funcionárias da secretaria do Instituto de Psicologia, Jhenne, Livia e Carmem, sempre atenciosas e prestativas.

Ao Iezo, por facilitar o acesso aos livros da biblioteca do UniCEUB.

Às mulheres entrevistadas, que, entre sorrisos e lágrimas, compartilharam um pouco de suas vidas comigo.

Meu reconhecimento e agradecimento às professoras Gláucia Diniz, Ana Lúcia Galinkin, Inês Gandolfo e Teresinha Viana, mulheres admiráveis, com quem muito aprendi.

E de forma muito especial agradeço à minha orientadora, Vera Lúcia Decnop Coelho, mulher extraordinária, que despertou em mim a paixão pela pesquisa e a certeza de que o mestrado é apenas o passo inicial de uma caminhada a ser seguida. Foi a orientadora de que eu necessitava: firme e rigorosa, amável e acolhedora; mas, acima de tudo, incentivadora em todos os momentos deste percurso.

À CAPES, pelo importante e decisivo apoio para a realização desta pesquisa.

Obrigada a todos!

*Sonhe com o que você quiser. Vá para onde você queira ir.
Seja o que você quer ser, porque você possui apenas uma vida
e nela só temos uma chance de fazer aquilo que queremos.
Tenha felicidade bastante para fazê-la doce. Dificuldades
para fazê-la forte. Tristeza para fazê-la humana. E
esperança suficiente para fazê-la feliz.*

Clarisse Lispector

*(...) Sou caleidoscópica:
fascinam-me as minhas mutações faiscantes
que aqui caleidoscopicamente registro. Sou um coração batendo no mundo.*

Clarisse Lispector

RESUMO

Profundas alterações estão em curso no processo de constituição das identidades femininas, que têm assumido contornos inéditos na contemporaneidade. Antigos e novos referenciais identitários apresentam-se como possibilidades reais e a multiplicidade de papéis torna-se realidade no cotidiano das mulheres. Este estudo buscou investigar como mulheres, com idade entre 30 e 45 anos, estão vivenciando o “ser mulher” na atualidade.

Em entrevistas realizadas com seis mulheres, temas como maternidade, trabalho, relacionamentos afetivos, conjugalidade, corpo e envelhecimento emergiram, trazendo à tona a forma como têm sido vividos na atualidade. Foram constatadas tanto percepções e vivências de conquistas e realizações como de dificuldades, conflitos, inseguranças e sofrimento. Maternidade e trabalho revelaram-se dois grandes eixos norteadores das identidades femininas e a conciliação entre essas duas dimensões mostrou-se problemática. Procurou-se, então, apreender a forma e a força com que tais referenciais inscrevem-se na vida das mulheres.

A análise das entrevistas apontou para a diversidade de papéis desempenhados, a simultaneidade em seu exercício, bem como a exigência de padrão de excelência no desempenho em todas as áreas de atuação. Assim, embora sob o signo da pluralidade, o padrão de funcionamento assemelhado ao de super-mulher configurou-se como prática corrente no cenário atual, assumindo *status* de grande desafio.

Constatou-se que não parece existir um questionamento, pelas próprias mulheres, quanto à multiplicidade de atribuições a seu cargo. Ao contrário, a despeito das dificuldades, parece haver uma busca por encontrar a melhor forma de se multiplicar e dar conta de tudo. Tal qual um caleidoscópio que incessantemente confirma sua potencialidade criativa, as mulheres parecem absorvidas em sua surpreendente capacidade de criar e recriar incontáveis formas de ser mulher. Essa situação, no entanto, revelou-se de risco para a saúde das mulheres, que apresentam numerosas queixas que denunciam os abusos cometidos.

Palavras-chave: gênero, dilemas da mulher, maternidade, trabalho.

ABSTRACT

Deep changes are occurring in the constitution of feminine identities, which have taken new shapes in contemporaneity. Old and new identity references present themselves as real possibilities, and the diversity of roles becomes a reality in women's routine. This study aimed to investigate how women, with ages from 30 to 45 years old, are experiencing the "being woman" nowadays.

During interviews with six women, subjects as motherhood, work, relationships, marriage, body issues, and aging emerged, bringing up how these issues have been addressed currently. Perceptions and experiences of achievements were observed, as well as difficulties, insecurities, conflicts, and pain. Motherhood and work were described as the most substantial factors in their lives. Finding balance between them, on the other hand, was seen as a difficult task.

The interviews pointed out the diversity of roles women have to play simultaneously, as well as the high level of self-expected competence in their lives. The participants seem to act as "super-women", willing to perform multiple tasks with excellence.

The interviewed women do not seem to question this reality. Surprisingly, even though these women have to face difficult times and hardships, they truly seem to seek a way to multiply themselves in order to handle everything they assume. Like a Kaleidoscope, our participants show a fascinating capacity of creating and recreating different ways of being a woman. Such situation, however, is risky for their physical and mental health, since they complain of irritability, of being tired, overwhelmed, depressed, and so far.

Key words: gender, woman's dilemmas, motherhood, work.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
POEMA	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
SUMÁRIO	ix
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO	05
1.1 Desvelando o conceito	05
1.2 A trajetória do conceito	11
1.3 Retomando a abordagem de Joan Scott.....	13
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DA IDENTIDADE	18
2.1 A constituição da identidade de gênero.....	25
CAPÍTULO 3 – REPRESENTAÇÕES DO FEMININO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	35
CAPÍTULO 4 – MATERNIDADE E TRABALHO NA VIDA DAS MULHERES	
.....	48
4.1 Maternidade: construindo múltiplos sentidos	48
4.2 Trabalho: que lugar ocupa na vida das mulheres?	59
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA	71
5.1 Algumas considerações epistemológicas	71
5.2 Breves considerações sobre a questão do sentido	73
5.3 As participantes do estudo	
5.3.1 Breve perfil das participantes do estudo	75
5.4 Instrumento de coleta de dados e Procedimentos.....	80
5.5 Análise dos dados: hermenêutico-dialética	81
CAPÍTULO 6 – VIVÊNCIAS FEMININAS: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
.....	83
6.1 Maternidade: dilemas e desafios	84
a – Maternidade: como se inscreve na vida das mulheres?.....	84
b – Maternidade: a face obscura aparece	86
c – Maternidade: resgate da identidade	87
d – Maternidade e vivências infantis.....	88

e – Maternidade: fenômeno em mutação a depender do momento de vida	90
f – Maternidade: não incluída como projeto de vida.....	93
g – Outras considerações sobre a maternidade.....	95
6.2 – As mulheres em relação com o trabalho	102
a – O trabalho: fonte de renda, promotor de dignidade, valorização e realização pessoal..	104
b – O trabalho: fonte de reconhecimento social, independência e autonomia	105
c – Outras considerações sobre o trabalho na vida das mulheres.....	107
6.3 – Outras questões se mostram relevantes	116
a – Como é ser mulher?.....	117
b – Refletindo sobre a conjugalidade	121
c – A face penosa do “ser mulher”	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXO E APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

O século XX testemunhou avanços tecnológicos em uma escala nunca antes alcançada, experimentou um vertiginoso processo de desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento e alterou de maneira radical as formas de estar no mundo. As transformações introduzidas pelas instituições modernas passaram a se entrelaçar de maneira direta com a vida individual e, portanto, com o eu. A pós-modernidade, marcada sobremaneira pelo dinamismo, pela mudança na noção de espaço e de tempo, em que o local e o global interconectam-se, trouxe conseqüências inéditas para as subjetividades dos sujeitos (Giddens, 2002).

No cenário contemporâneo, a instantaneidade das comunicações que fluem de um lado para outro do mundo, a interação discursiva com a máquina, a proximidade entre o mundo real e o virtual, entre tantas outras circunstâncias, criam condições completamente novas para a constituição do sujeito, extrapolando critérios ontológicos e físicos. Nesse contexto, as identidades tornam-se fragmentadas, múltiplas e se apresentam de forma contraditória, provisória e problemática (Hall, 2004).

Bauman (2005), sociólogo considerado um dos grandes pensadores de nossa época, pondera que o “problema da identidade” é algo recente, algo que não se destacava como preocupação dos grandes teóricos da sociologia como Weber ou Durkheim. Segundo ele, há algumas décadas, quando muito, o tema constituía-se “um objeto de meditação filosófica” (p. 23). Nos dias atuais, no entanto, configura-se um dilema e um desafio, não só para a sociologia, mas para as Ciências Sociais de modo geral.

A identidade torna-se uma questão relevante na atualidade e a identidade feminina, de forma particular, assume contornos inéditos, o que exige, dos estudiosos, esforços contínuos no sentido de acompanhar a dinâmica do processo. A subjetividade feminina, além de todas as implicações advindas desse momento histórico, tem, em sua trajetória, importantes e decisivas conquistas que ocorreram principalmente na segunda metade do século XX e que trouxeram significativas repercussões em sua constituição. Podemos destacar a legitimidade do estudo e do trabalho, a liberdade sexual, o controle da procriação, além do exercício do poder de escolha decorrente da maior independência financeira. Tais conquistas marcaram de forma

profunda os novos rumos das identidades femininas e demandaram alterações e ajustamentos nos papéis sociais desempenhados.

Por séculos, a identidade feminina foi definida a partir do papel da mulher como esposa e mãe. No entanto, na contemporaneidade, as mulheres não mais controem suas vidas alicerçadas apenas no casamento ou na progeneritura, mas procuram adaptar essas dimensões a seus projetos pessoais (Badinter,1985). Vale ressaltar que, embora a maternidade não ocupe mais o *status* de principal eixo estruturante da identidade feminina, continua a gozar de grande valor simbólico para as mulheres.

A permanência do desejo de maternidade parece suscitar valores e padrões de funcionamento introjetados e cristalizados por séculos de socialização quanto à forma de ser mulher. Ao tempo em que as mulheres buscam um espaço de liberdade para se constituírem como sujeitos, deparam-se com reminiscências do passado que ecoam silenciosamente em seu íntimo a lhes lembrar o que se espera de uma mulher.

Na esteira das profundas mudanças evidenciadas nas últimas décadas, a maciça inserção das mulheres no mercado de trabalho figura como uma das mais importantes transformações sociais. O trabalho passou a se inscrever como dimensão fundamental das identidades femininas, assumindo *status* de requisito fundamental para a auto-estima e sentimento de pertença à sociedade. Longe de atender apenas às necessidades de sobrevivência e adequação à economia capitalista, o trabalho adquiriu variados sentidos na vida das mulheres, conferindo-lhes possibilidade de autonomia e liberdade.

No entanto, deve-se considerar que, se a maior participação feminina no mercado de trabalho proporcionou avanços em diversas esferas da vida que se encontravam em crônica desigualdade em relação aos homens, trouxe, também, grandes desafios. Antigos valores entram em choque com novas demandas existenciais. Representações sociais seculares e modernas confrontam-se permanentemente. Assim, em um cenário de indefinições e incertezas, característico da pós-modernidade, torna-se problemático “ser mulher” nos tempos atuais.

Se considerarmos que a inserção da mulher na esfera pública exige o desenvolvimento de habilidades e capacidades em sintonia com o modo capitalista, muito associado a valores tradicionalmente masculinos como racionalidade, objetividade e competitividade, podemos

imaginar que surja um receio de perda dos referenciais que, por longo tempo, definiram e valorizaram a mulher. Parece que a solução possível tem sido manter-se ligada aos dois universos valorativos: desenvolver o potencial exigido pelo mercado de trabalho e pelos tempos pós-modernos e, além disso, preservar de alguma forma valores tradicionalmente femininos. Esse empreendimento, contudo, gera um contexto de ambigüidade e insegurança que afeta profundamente não apenas a qualidade de vida das mulheres, mas sua própria saúde.

Além do cenário de incertezas, mensagens contraditórias são continuamente articuladas no contexto social. Se por um lado a realização profissional é estimulada e valorizada, por outro, ainda circula a idéia de que trabalhar fora afeta negativamente a criação dos filhos. Não é rara a associação da entrada da mulher no mercado de trabalho com o desencadeamento da “crise da família” (Diniz, 1999).

Para se manterem em condições de competir com os homens no mercado de trabalho, as mulheres necessitam investir em aperfeiçoamento, dinamismo, agilidade na resolução de problemas e muitas outras exigências da vida laboral. De forma simultânea, sentem-se compelidas a compensar a ausência no lar desdobrando-se e exigindo qualidade também na esfera privada da vida. Somado a isso, o próprio contexto social exige e cobra atuações em conformidade com novos valores que, muitas vezes, aproximam-se mais de ideais esculpidos pela mídia do que de possibilidades reais a serem concretizadas. Assim, as mulheres encontram-se em situação de risco, apresentando desgaste físico e emocional crescente.

Mulheres em ação, rompendo e deslocando as fronteiras que por séculos delimitaram o viver feminino. Mulheres expostas à multiplicidade de oportunidades que ampliam as demandas existenciais e agregam novos e legítimos direitos ao seu pleno desenvolvimento. Mulheres confrontadas com a perda de âncoras sociais que, nas palavras de Bauman (2005), faziam com que as identidades parecessem mais estáveis e seguras. Mulheres divididas entre valores tradicionais, representações sociais seculares e padrões contemporâneos afinados com a valorização da individualidade, autonomia e liberdade. Enfim, mulheres convocadas a reinventarem o feminino em um cenário desafiador.

Essa complexa e intrincada realidade se faz presente na clínica psicológica contemporânea onde, notadamente, as mulheres buscam ajuda para o enfrentamento dessa situação que, por vezes, é vivida de forma dramática. Assim, o estímulo para uma pesquisa

empírica que pudesse aprofundar o conhecimento sobre este importante fenômeno social nasceu das inquietações e sofrimentos testemunhados no cotidiano da clínica. Dessa forma, buscou-se dar voz a um segmento de mulheres que, segundo nossa avaliação, pudesse ser representativo dessa instigante realidade.

Com o objetivo principal de conhecer como é ser mulher nos dias atuais, buscou-se, inicialmente, fundamentação teórica que pudesse nortear a pesquisa. Assim, no Capítulo 1, se faz uma incursão pelo conceito de gênero que se torna elemento fundamental para o desenvolvimento de nossas análises. A questão da identidade, bem como da constituição das identidades de gênero encontram-se no capítulo 2. Aspectos ligados às representações do feminino sob uma perspectiva histórica, no Capítulo 3. A maternidade e o trabalho, duas das importantes dimensões na vida das mulheres, no capítulo 4. A metodologia e considerações epistemológicas são contempladas no Capítulo 5. O capítulo 6 traz os resultados da pesquisa, apresentando a vivência das mulheres nas diferentes dimensões da vida, assim como as discussões pertinentes aos temas envolvidos.

Consoante ao objetivo principal do estudo, buscou-se investigar como as mulheres estão lidando com os novos referenciais que norteiam suas vidas. Em que áreas estariam ocorrendo maiores transformações? Quais são os dilemas e dificuldades enfrentados? De que forma as mulheres conciliam as diferentes dimensões que se apresentam em suas vidas? Essas foram algumas das questões que nortearam essa pesquisa que, no entanto, não tem a pretensão de ser conclusiva ou de apresentar soluções, mas de contribuir com reflexões para o aprimoramento do saber e estimular novas pesquisas.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO

O presente capítulo desenvolve um breve percurso na trajetória constitutiva do gênero como categoria de análise para que se possa eleger o conceito de gênero a ser adotado neste estudo e, ainda, vislumbrar as múltiplas perspectivas de análises possíveis.

Acrescentam-se, ao objetivo, reflexões sobre a construção das identidades de gênero, particularmente da identidade feminina, no intuito de entender como se dá o processo de socialização dos sexos e seus desdobramentos nas subjetividades das mulheres. Consideramos que a perspectiva de gênero é fundamental para que possamos melhor analisar e investigar as transformações por que passam as vivências femininas no cenário contemporâneo.

1.1 - Desvelando o conceito ...

“Diga-me: o que significa gênero?” Com essa interrogação, Marie-Victoire Louis (2005), pesquisadora do CNRS/Paris¹, inicia o artigo no qual nos coloca diante de sua perplexidade, e mesmo mal-estar, frente à amplitude da polissemia do termo. A autora faz um recenseamento parcial do uso desse e enumera vinte e três grupos em que se encontram incontáveis usos, interpretações e conotações a respeito de gênero.

Além da profusão das possibilidades de aplicações do termo, Moraes (1998) esclarece que o uso da palavra gênero em português traz uma dificuldade semântica, o que não acontece com o termo em inglês, *gender*, que designa de forma clara a condição física e/ou social do masculino e do feminino. Em português, no Novo Dicionário Aurélio, gênero é um substantivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas espécies. Dessa forma, o sentido amplo e ambíguo que comporta seu uso na língua portuguesa exige um esclarecimento sobre o sentido em que está sendo utilizado.

Scott (1990), reconhecida historiadora norte-americana, vai nos dizer que o uso do conceito de gênero da forma como foi apropriado pelas feministas obedece a um sentido mais literal e se refere à organização social da relação entre os sexos. Acrescenta que o termo “(...) parece integrar-se à terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política (pretensamente ruidosa) do feminismo” (p. 7). Em sua conceituação do termo, Scott (1990) pontua:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (p.7).

Moraes (1998) oferece uma interessante definição da expressão *relações de gênero*, na forma como tem sido utilizada nas Ciências Sociais:

Designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de homem e mulher não é produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder (p. 100).

No entanto, até que se chegasse ao ponto em que o conceito de gênero fosse amplamente utilizado nas Ciências Sociais, um longo percurso de lutas, dificuldades e conquistas foi percorrido por mulheres e mesmo homens que se dedicavam a quebrar paradigmas, questionar normas estabelecidas e transformar a realidade em que viviam. Não podemos deixar de mencionar alguns nomes emblemáticos como Olympe de Gouges que, em 1791, elaborou a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* que buscava eliminar a diferença sexual entre homens e mulheres na política e na sociedade. Margareth Mead que, no campo da antropologia no início século XX, em seus estudos com sociedades tribais, investigou como se dava a construção da diferença entre os sexos e, com seus achados, contribuiu para que se desnaturalizasse o masculino e o feminino. Simone de Beauvoir que, na década de 1940, em seu livro *O Segundo Sexo*, denunciou a ideologia masculina dominante e anunciou a célebre frase: “A gente não nasce mulher, torna-se mulher”, ajudando a desconstruir o destino social das mulheres a partir de sua pretensa essência feminina (Pedro, 2005; Scott, 2005).

É na década de 1960 que o conceito de gênero torna-se usual nos meios acadêmicos, mas sua consolidação é efetivada nos anos 1980 sob o signo da diversidade, da contradição e da problematização. Variadas vertentes ideológicas e filosóficas buscavam legitimar os estudos de gênero, propondo diferentes reflexões acerca das diferenças que marcavam as realidades vividas por homens e mulheres. Louro (1995) nos lembra que, embora esses grupos partissem de pontos de vista bastante divergentes, vinham de uma origem comum: os movimentos sociais de contestação das décadas de 1960/1970.

Os movimentos sociais dessa época vão se constituir em um marco de grande importância no processo de mudanças, pois vão possibilitar uma melhor definição das diferenças e dar visibilidade e projeção a uma luta especificamente feminina. Não é incomum ouvirmos a associação desse momento histórico-social com uma idéia de radicalidade, e mesmo certa agressividade, por parte das mulheres militantes. No entanto, não devemos esquecer que, nesse momento teórico e político, não apenas no Brasil, mas também no contexto internacional do mundo ocidental, havia um favorecimento de posturas reivindicatórias e contestatórias que buscavam mudanças sociais e políticas mais profundas. Talvez, o tom de radicalidade tenha constituído um recurso importante, e mesmo necessário, nesse momento, para que a voz das mulheres se fizesse ouvir, para que se marcasse de forma mais contundente as desigualdades entre homens e mulheres e se conseguisse uma mobilização de vulto entre as próprias mulheres (Costa, 2004; Descarries, 2000; Sarti, 2004).

No caso brasileiro, o movimento feminista foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país. Segundo Sarti (2004), grande parte dos grupos feministas brasileiros estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometidas com a oposição ao poder, então nas mãos dos militares. Vale lembrar que, quando nos referimos ao movimento feminista, não estamos pretendendo homogeneizá-lo, ou mesmo unificá-lo, muito pelo contrário. Tensões e contradições permearam as correntes de pensamento do movimento feminista desde o início e, operaram no sentido de dividir e problematizar. Nas palavras de Descarries (2000), também evoluíram em um continuum de interrelações intelectuais e militantes que contribuíram para o enriquecimento e transformação dos modelos inicialmente propostos. A autora acrescenta que, em relação às tensões e contradições, estas:

Podem mesmo ser vistas como componentes dinâmicos do processo crítico multi-dimensional que marcou a evolução do pensamento feminista e nutriu sua ambição de teorizar a alteridade, a diversidade, as desigualdades, através dos múltiplos pontos de vista das mulheres, fazendo do combate pelos direitos das mulheres o mesmo de todos os oprimidos (p. 13).

Se de início havia não apenas o tom de radicalidade, como mencionamos, mas também uma aparência de certa unidade, supomos que tal recurso mostrou-se necessário na busca de fortalecimento e de poder político, uma vez que falar a partir de uma categoria ou de um grupo favorece uma maior repercussão social.

No entanto, o caráter unitário que se fazia necessário, também se mostrava contraditório e frágil. Na década de setenta, como nos lembra Ergas (1991), as feministas, mais do que se voltarem aos elementos que lhes eram comuns e que as uniam, buscavam aqueles que as diferenciavam e separavam. Cita a publicação italiana intitulada *Differenze* que, nessa época, trazia à tona as distinções e desacordos existentes entre as várias organizações feministas.

Se no movimento feminista primeiramente ocorre uma luta pela igualdade em relação aos homens no que diz respeito a direitos, oportunidades, salários, etc., num segundo momento, se engendra de forma mais marcante uma luta pela valorização da diferença. Mas, na verdade, essa oscilação entre igualdade e diferença é algo que perpassa o movimento ao longo de todo seu desenvolvimento, criando embaraços às próprias feministas. Scott (2005), nesse sentido, nos alerta que essa questão da igualdade e diferença precisa ser entendida em termos de paradoxo. Ou seja, são conceitos que não se excluem, mas são interdependentes e se mantêm em permanente tensão. Acrescenta que, “(...) a noção política de igualdade pressupõe a diferença, já que não teria sentido reivindicar igualdade para sujeitos que fossem idênticos, ou os mesmos” (p. 14).

É a partir da década de 1970 que o interesse pelos estudos de gênero passa a ganhar destaque nas instituições e nas discussões acadêmicas. Se antes as mulheres apareciam nos estudos como “grupos desviantes”, uma vez que a norma era o modelo masculino, agora passam a despontar como agentes sociais e históricos, como sujeitos (Louro, 1995). Vale lembrar que, neste início, havia um tom de militância, resquícios da denúncia de opressão e subordinação que marcavam a trajetória das mulheres, mas, gradualmente, a voz e o olhar feminino vão se infiltrando nos ambientes acadêmicos trazendo novos referenciais para se pensar nas diferenças sociais.

A participação feminina na produção do conhecimento através do engajamento de historiadoras, sociólogas, antropólogas, escritoras, filósofas, psicanalistas e psicólogas vai, gradualmente, dando corpo a uma abertura epistemológica que se consubstanciará em maior complexificação dos estudos no campo das ciências sociais constituindo os chamados Estudos Feministas. Paradigmas são contestados, novas articulações do pensamento são consideradas, metodologias e procedimentos de investigação são revistos ou inaugurados e o conceito de

gênero torna-se, neste contexto, uma ferramenta valiosa para a expansão e reformulações no campo da ciência.

Segundo Louro (1995), em um primeiro momento o conceito de gênero foi utilizado como forma de se contrapor às interpretações de cunho biológico que ancoravam, na biologia, as justificativas das diferenças sociais desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres. Reconhece que seu uso acrescentou um valor estratégico ao conferir aos estudos sobre a mulher um caráter menos militante e mais acadêmico. No entanto, a autora nos esclarece que a consolidação do conceito parece ter se efetivado muito mais pela característica de amplitude que comporta, tendo uma “(...) carga conceitual mais densa e compreensiva, já que aí se inscrevem não apenas o social, mas também o biológico, a cultura e a natureza” (p. 103).

A voz e a presença feminina, aos poucos, evoluíram para uma posição mais contundente e mesmo subversiva da ordem estabelecida. Os Estudos Feministas, como nos esclarece Descarries (2000), puseram em evidência o que era oculto ou invisível: os processos sexuados em ação na estruturação do social e do conhecimento. Dessa forma, contribuíram para buscar alternativas teóricas e metodológicas que viabilizassem a contenção dos efeitos perversos de uma organização social na qual os lugares sociais são naturalizados e hierarquizados segundo o pertencimento a um sexo ou outro. Nesse momento, as mulheres não apenas faziam história, mas também se tornavam sujeitos da história e objeto de interesse das pesquisas acadêmicas.

É através dos Estudos Feministas e das especificidades metodológicas por ele inauguradas que se torna possível introduzir, no campo do conhecimento, uma outra ética que se diferencia da ética estabelecida, não apenas por ser portadora da vivência feminina que busca refletir os limites sócio-culturais que lhe são inerentes, mas, sobretudo, pelo fato de propor um saber crítico em relação a todas as formas de dominação entre os sexos (Bandeira & Siqueira, 1997). Segundo as autoras, “Essa ética traz o questionamento e uma tomada de consciência em torno da especificidade da mulher, de sua condição de exploração, de discriminação, de alienação, de exclusão etc. Elementos esses que constituem e possibilitam um saber inovador” (p. 270).

A produção do conhecimento tinha o compromisso de combater a visão predominantemente androcêntrica do saber. Por muito tempo, a história foi feita e contada

pelos homens. À mulher, eram reservados o silêncio e a obscuridade. Michelle Perrot, historiadora francesa, dedicou-se por longos anos a fazer uma “história das mulheres”. Em sua obra *As Mulheres ou os silêncios da história*, ela se debruça em buscar respostas para questionamentos acerca das causas, das formas como se deram a invisibilidade e o silêncio sobre o feminino na história. Afirma que o silêncio das mulheres e sobre as mulheres era um imperativo reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Segundo Perrot (2005):

As mulheres são [foram] mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar (...) (p. 11).

Os Estudos Feministas, nascidos de múltiplas interrogações, apesar das divergências entre diferentes abordagens, tinham como objetivo se contrapor aos pressupostos dos saberes dominantes e normativos que buscavam pensar e dizer sobre as mulheres. Neste sentido, como nos esclarece Descarries (2000), tais estudos vinham contribuir para a renovação do conhecimento, a instauração da incerteza face à pretensa objetividade proposta pelo saber dominante e traziam a idéia de que não era mais possível pensar e agir no mundo como antes.

O artigo de Joan Scott “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado nos Estados Unidos em 1986, torna-se, nas palavras de Louro (1995) um referencial importante na “virada lingüística” da história feminista. “Esse artigo, juntamente com sua coleção de ensaios *Gender and the Politics of History* (1988), marcou e teorizou a substituição da História das Mulheres para a História de Gênero” (Canning, 1992, citada por Louro, 1995).

Scott (1990) nos esclarece que as estudiosas feministas, que faziam e contavam a “História das Mulheres”, na busca de formulações teóricas que alcançassem a natureza dos fenômenos sociais, destacavam-se em três abordagens principais: feminismo radical, feminismo marxista e feminismo de orientação psicanalítica.

Sem a pretensão de nos aprofundarmos nas correntes teóricas do pensamento feminista, mas, no intuito de tornar mais evidente a trajetória que o conceito de gênero tem percorrido em diferentes contextos teóricos, faremos breves pontuações a respeito de cada uma delas.

1.2 - A trajetória do conceito...

No feminismo radical, as teóricas apoiadas no paradigma do patriarcalismo, conceito universal de dominação masculina, têm privilegiado relações de oposição masculino/feminino e desigualdades dos sexos, num rígido recorte de territórios. Esse enfoque teórico busca explicações da subordinação das mulheres e as desigualdades daí decorrentes na dicotomia produção/reprodução. Os homens exerceriam a dominação pela apropriação do labor reprodutivo das mulheres ou, ainda, pela reificação sexual destas.

Segundo Scott (1990), sob esta perspectiva, autoras como Mary O'Brien entendem a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcenderem a sua alienação frente aos meios de reprodução da espécie. O'Brien sustenta que a fonte de libertação das mulheres estaria nas transformações advindas da tecnologia da reprodução. Lembra-nos que outras teóricas, como Catherine Mackinnon, apontam a sexualidade em si como razão da situação de subordinação e sugere que a conscientização das mulheres frente à condição de reificação sexual poderia criar condições para mudanças no plano político.

Ainda que esse ponto de vista tenha sido relevante para o processo de tomada de consciência das relações de poder e dominação entre os sexos, não se mostrou capaz de revelar a complexidade social, uma vez que não considera os sistemas de poder e subordinação, postos pelas relações de classes, etnias/raças e gerações, em suas muitas interseções (Costa, 2004). Scott (1990) acrescenta que a teoria do patriarcado, ao se assentar fortemente na variável única da diferença física, torna-se problemática na medida em que não considera qualquer construção sócio-cultural e, conseqüentemente, a historicidade do gênero em si.

As teóricas marxistas, por sua vez, propõem uma abordagem mais histórica e buscam uma explicação “material” para o gênero o que, segundo Scott (1990), configura uma limitação para a teoria. Na abordagem marxista, de acordo com a autora, “o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como sub-produto das estruturas econômicas cambiantes” (p. 10).

Na corrente psicanalítica de influência norte-americana, destacam-se os nomes de Nancy Chodorow e Carol Gilligan que trabalham a teoria em termos das relações objetais. Já na corrente européia, particularmente na escola francesa, a influência das obras de Jacques

Lacan é predominante. Scott (1990) assevera que ambas vertentes psicanalíticas interessam-se pelos processos de construção da identidade do sujeito, centrando a atenção nas fases de desenvolvimento infantil como forma de estruturação da identidade de gênero. No entanto, Joan Scott encontra limitações na forma como a psicanálise aborda o conceito de gênero, pois restringe e concentra sua análise no âmbito do espaço familiar, não fazendo conexões com outros sistemas que ela considera essenciais, como o social, econômico, político ou o de poder.

Bento (2006), em um esforço de organizar histórica e analiticamente os enfoques propostos para se entender gênero, elabora três recortes epistemológicos identificando as seguintes tendências: universal, relacional e plural. O enfoque universal pressupõe uma concepção binária dos gêneros e os sujeitos são considerados sob a lógica do pensamento moderno, ou seja, portadores de características universalizantes. Nas palavras de Bento, “(...) o corpo aqui é pensado como naturalmente dimórfico, como uma folha em branco, esperando o carimbo da cultura que, por meio de uma série de significados culturais, assume o gênero” (p. 71). O discurso feminista de Simone de Beauvoir se incluiria neste nicho epistemológico no qual o homem representaria o sujeito universal e a mulher seria seu outro absoluto. No entanto, segundo a mesma autora, essa concepção recebe críticas por considerar o corpo sexuado como algo fixo e definitivo sobre o qual “(...) o gênero viria a dar forma e significado” (p.71).

Do enfoque universal, evolui-se, na década de 1990, para um enfoque relacional. Aqui, empreendem-se esforços no sentido de desconstruir a noção de sujeito universal e, mais especificamente, de mulher universal. Acontece, também, a busca de elementos que viabilizem a desnaturalização e dessencialização da categoria mulher. Nesse sentido, podemos destacar as considerações sobre classes sociais, etnia, nacionalidade e orientação sexual que se fazem presentes nos estudos acadêmicos (Bento, 2006). Segundo essa autora,

Este momento representou uma ruptura com um olhar que posicionava a mulher como portadora de uma condição universalmente subordinada, o que gerou, por um lado, uma representação da mulher-vítima e, por outro, do homem inimigo, dois lados da mesma moeda: o patriarcalismo (p.74).

É no espaço teórico gerado com a perspectiva relacional que se desenvolve outro importante campo de estudos: o das masculinidades. De forma semelhante ao que se

desenvolveu em relação aos estudos sobre as mulheres, abre-se a possibilidade de desconstrução do homem universal, naturalmente viril, competitivo e violento (Bento, 2006).

Sob esse recorte epistemológico, florescem pesquisas e reflexões que destacam o caráter relacional das construções do masculino e do feminino e complexificam a categoria gênero. É nesse momento que os trabalhos de Joan Scott (1990) assumem um tom de provocação e estímulo para se repensar métodos, critérios e paradigmas nas Ciências Sociais.

No entanto, será sob a ótica do plural que, segundo Bento (2006), transcender-se-á os limites circunscritos aos dois momentos anteriores. Despontam, neste estágio, os estudos *queer*² sustentados por Judith Butler (2003), filósofa norte-americana, que contextam a heterossexualidade compulsória, dão voz a muitos outros segmentos sociais que se encontravam em dissonância com as normas sociais e contribuem para a despatologização das sexualidades divergentes. Aqui, o gênero não é considerado a partir da referência biológica, mas como uma *performance* que os sujeitos atualizam continuamente para se reconhecerem como membros legítimos do gênero com o qual se identificam.

Butler (2003) utiliza-se da concepção de “performatividade” de J. L. Austin (1998) na qual o ato de falar assume um caráter de ação. Ou seja, dizer algo é fazer algo. Segundo Rangel (2004), para Austin, a linguagem torna-se parte ativa do acontecimento de interlocução, “a linguagem humana, passa a ser constitutiva das práticas sociais e se constitui a partir delas”(p. 15). Nesse sentido, o gênero deve ser entendido não apenas como cultural, mas também como discursivo.

O gênero, sob essa perspectiva, é concebido para além do modelo heterossexual hegemônico e traduz um potencial criativo e subversivo que acrescenta inovações identitárias antes inimagináveis.

1.3 - Retomando a abordagem de Joan Scott...

Na busca de transcender limites delineados pelas teorias vigentes até o final da década de 1980, Joan Scott, em seu instigante artigo, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado e traduzido no Brasil em 1990, lança idéias que trazem conexões com o pensamento pós-estruturalista. A autora propõe uma lógica desconstrutiva em relação a verdades estabelecidas, a categorias naturalizadas. Referindo-se ao antagonismo sexual

presente nos estudos e análises acadêmicas, ela pondera: “Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual” (p. 84).

O conceito de gênero ganha, sob a perspectiva proposta por Joan Scott, um caráter inovador, abrangente e polêmico. Louro (1995) nos esclarece que, assim como tal conceito permitia abertura epistemológica e acenava com a possibilidade de novos referenciais teóricos e analíticos, ultrapassando os usos meramente descritivos, era encarado por muitos estudiosos(as) como uma ameaça de enfraquecimento dos esforços empreendidos para tornar visíveis os sujeitos dominados - as mulheres. A lógica desconstrutiva, inerente a essa perspectiva, enfatiza a idéia de processo dinâmico de construção das formas de se tornar homem ou mulher de acordo com práticas sociais específicas. Segundo Miranda-Martins (2006), tal conceito “dá significado às distinções entre os sexos, transformando seres biologicamente machos e fêmeas em homens e mulheres, seres sociais” (p. 11).

Algo que se pode destacar é que, se de início os estudos de gênero centraram-se principalmente nas mulheres pelos motivos que apontamos anteriormente, gradualmente foram se estendendo para enfocar as relações sociais entre os sexos. Em conformidade com esse entendimento, Scott (1990) nos apresenta sua definição de gênero:

(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e, (2) é uma forma primária de dar significado às relações de poder (p. 18).

Analisando essa proposição, Louro (1995) esclarece-nos que o gênero estaria, dessa forma, estreitamente ligado às representações simbólicas vigentes em determinada sociedade, assim como aos conceitos normativos, às instituições sociais, à organização social e econômica estabelecida. Acrescenta que, quando se afirma que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, se quer dizer com isso que “gênero é um campo/domínio primário ‘no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado’” (p. 106). Ou seja, na medida em que ser homem ou ser mulher implica em perceber o mundo de forma diferente e estar no mundo de forma especificamente diferente, isso está ligado à diferente e desigual distribuição de poder entre as partes.

Uma forma de entender a distribuição de poder entre a dimensão masculina e a dimensão feminina e que é tradicionalmente veiculada na historiografia é a proposta por

Perrot (2005): aos homens é atribuído o poder do espaço público, da política, do Estado e, às mulheres, o poder do espaço privado, poder secundário, de influência sobre maridos, filhos. Assim, tanto homens como mulheres exercem poder, mas decorrentes de representações diferentes. Tal forma de pensar possibilitou, de certa maneira, uma tendência a se escrever a história das mulheres, por um viés de reversão dos pólos em evidência. Assim, ao se focalizar a vivência feminina com o intuito de denunciar a subordinação e inferiorização das mulheres, dava-se visibilidade ao outro pólo de menor poder.

A proposta de Joan Scott, que ventila a possibilidade de desconstrução de conceitos é, também, poder desconstruir a visão dicotômica, antagônica e hierarquizada de distribuição de poder. Trazer o foco de análise para as relações entre homens e mulheres é uma forma de repensar o poder não como algo que se possui, mas como algo que se realiza na relação. Tal pensamento se afina com a ideologia de Foucault, na qual o poder não é tido como singular e único, mas como “uma rede que se desenvolveria de modo ‘capilar’ por toda a sociedade, (...) e que seria mais o efeito do conjunto de posições estratégicas” (Foucault, citado por Louro, 1995, p.119-120).

A consolidação e legitimidade da perspectiva de gênero no bojo das Ciências Sociais vão trazer mais que apenas inovações teóricas e metodológicas. Nas palavras de Louro (1995), vão possibilitar uma opção política de questionamentos e reestruturações. A autora pontua que:

Essa nova perspectiva é importante não apenas porque nos permite perceber melhor os sujeitos excluídos (as mulheres, no caso) e olhar de outros modos aqueles que eram objeto central de estudos, mas, principalmente, porque nos direciona para as relações, as práticas e as disputas de poder em que eles se envolveram (p. 126).

O caráter desconstrutivo presente no pensamento de Joan Scott parece ser algo bastante profícuo no desenvolvimento e transformação do conhecimento. Ao colocar em xeque postulados naturalistas em relação aos gêneros, abre-se a possibilidade de buscar entender o processo de construção e cristalização das identidades de gênero. Além disso, “(...) permite desestabilizar a aparente falsa identidade de cada um dos pólos da oposição homem/mulher, levando-nos a considerar as distinções de raça, de classe, de idade, de religião que os dividem internamente” (Louro, 1995, p. 126).

A partir do enfoque desconstrutivo, podemos acrescentar a possibilidade de perceber, sob outra ótica, processos de formação de sujeitos que, até então, considerávamos absolutamente “naturais”, inquestionavelmente apropriados. Podemos questionar as práticas educativas que contribuem para a manutenção e perpetuação de lugares sociais prescritos. A influência pós-estruturalista vai trazer, ainda, novas e revolucionárias contribuições para se estudar, pesquisar e compreender gênero. Os trabalhos de Butler (2003) vêm marcar uma maior complexificação dos estudos de gênero.

Segundo Perelson (2004), a obra de Judith Butler *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* é um projeto político no qual se articulam estratégias de subversão do gênero. Obra em que se questiona ou, nas palavras de Butler, desmascara o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade compulsória.

Butler (2003) questiona a idéia sustentada pelo movimento feminista de que o sexo é natural e o gênero é construído pela cultura. Para ela, tanto sexo quanto gênero são construídos. Ela procura desvincular a idéia de que o gênero decorreria do sexo e, na verdade, para esta autora, o sexo não é natural, mas é também discursivo e cultural como o gênero.

Butler (2003) coloca em questão, inclusive, a emblemática afirmação de Simone de Beauvoir a que já nos referimos: “A gente não nasce mulher, torna-se mulher”. Se para as feministas tal afirmação acenava como libertadora, como desnaturalização do feminino, para Butler, “nada garante que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente uma fêmea” (p. 27). A autora vê o processo de construção do gênero sugerido por Beauvoir como “uma compulsão cultural a fazê-lo”, não como um exercício de uma escolha a ser empreendida.

A proposta de Judith Butler, na visão de Rodrigues (2005), é libertar o conceito de gênero de sua “metafísica da substância”, ou seja, da mesma forma que o sexo estaria expresso numa substância física, o gênero, da forma como as feministas o adotaram, também estaria vinculado a uma substância. Butler (2003) propõe a idéia de um gênero como efeito, no lugar de um sujeito centrado. Assim, sob esse ponto de vista, poderíamos pensar na identidade não como um atributo que se possui, mas como um efeito que se manifesta em um regime de diferenças. Para essa autora gênero é:

Um fenômeno inconstante e contextual, que não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural, e historicamente convergentes (p. 29).

Entre as conseqüências do processo desconstrutivo defendido por Judith Butler (2003), está a dissolução da dicotomia homem/mulher, apontando para uma pluralidade de categorias sexuais. Assim, como nos lembram Bandeira e Siqueira (1997), assistimos à passagem do pensamento feminista “clássico”, centrado nos “estudos sobre a mulher”, para estudos ancorados na pluralidade, na multiplicidade das construções de gênero. Abre-se espaço para que outros segmentos sociais, como os homens, gays, lésbicas, transgêneros, transsexuais, dentre outros, sejam objetos de análises e reflexões.

No entanto, embora a perspectiva de Butler (2003) aponte para a transcendência de limites impostos pelos saberes vigentes, desperta críticas e receios por seu caráter ousado e subversivo da ordem estabelecida. Exemplo do cenário crítico e da tensão que impulsiona o conhecimento é a visão de Soihet e Pedro (2007) que argumentam que as formulações pós-estruturalistas em seu caráter desconstrutivo têm provocado repercussões negativas no âmbito das discussões feministas. Argumentam, ainda, que na busca de desessencialização, acabam por dissolver o sujeito político mulheres, além de restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político.

Como podemos constatar, múltiplas são as vias de entendimento do conceito de gênero, apontando para diversificados caminhos a serem seguidos no processo de análise da problemática a que nos propomos. O processo evolutivo do conceito oferece-nos, atualmente, uma abertura epistemológica sem precedentes na história. No entanto, para o objetivo proposto, elegemos a conceituação proposta por Joan Scott por entendermos que esta se encontra em consonância com a complexidade das realidades sociais contemporâneas e alcança as múltiplas dimensões e peculiaridades que perpassam a constituição dos sujeitos.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Verbo ser

Que vai ser quando crescer? Vivem perguntando em redor. Que é ser? É ter um corpo, um jeito, um nome? Tenho os três. E sou? Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito? Ou a gente só principia a ser quando cresce? É terrível, ser? Dói? É bom? É triste? Ser: pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas? Repito: ser, ser, ser. Er. R. Que vou ser quando crescer? Sou obrigado a? Posso escolher? Não dá para entender. Não vou ser. Não quero ser. Vou crescer assim mesmo. Sem ser. Esquecer.

Carlos Drummond de Andrade

Nas palavras de Hall (2007), estamos assistindo nos últimos tempos a uma “verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de ‘identidade’” (p. 103), mas gostaríamos de evidenciar que, além disso, o termo vem sendo, também, alvo de críticas e reformulações uma vez que a idéia de uma identidade unificada e estável não se sustenta mais. Sob o ponto de vista de Hall, identidade é um daqueles conceitos que operam “sob rasura”, ou seja, em conformidade com a perspectiva desconstrutivista, eles operam no intervalo entre a inversão e a emergência. Nesse sentido, não podem ser pensados da forma antiga, mas também essa mesma forma antiga não pode ser simplesmente desconsiderada, uma vez que é a partir dela que muitas questões fundamentais podem ser pensadas.

Apresentamos, a seguir, algumas conceituações e considerações sobre “identidade” que poderão ser úteis em nossas reflexões acerca das vivências femininas e dos modos como as mulheres se percebem nos dias atuais. Iniciaremos por abordagens menos complexas que, no entanto, privilegiam um sentido dialético e, por essa via, abriram caminho para uma crescente e contínua complexificação do conceito.

A “Identidade é metamorfose”. Essa é a tese defendida por Antônio Ciampa em seu livro *A história do Severino e a estória da Severina*, no qual desenvolve, de forma encantadora, as inúmeras dimensões envolvidas na constituição das identidades. Nesse estudo, o autor afirma:

Sozinhos certamente não podemos ver reconhecida nossa humanidade, conseqüentemente, não nos reconhecemos como humanos. Ter uma identidade

humana é ser identificado e identificar-se como humano (p. 38). E acrescenta mais adiante: O indivíduo isolado é uma abstração. A identidade se concretiza na atividade social (p. 86).

Ciampa (1987) argumenta que uma vez que a identidade se realiza na atividade social, é nesse contexto que o ser humano, como ser simbólico que é, busca sentido para sua vida. Acrescenta que, na busca de sentido, recorreremos ao passado, resignificando-o, projetamos o futuro e, assim, configuramos o presente, sempre preche de atualizações. Nesse sentido, o conceito de identidade implica um contínuo movimento entre as dimensões individual e social, entre passado, presente e futuro. Ainda nesta perspectiva, a identidade assume um caráter dialético na medida em que comporta aspectos de teor contraditório, múltiplo, mutável e, concomitantemente, mantém um sentido de certa permanência que proporciona um sentimento de continuidade da existência.

Seguindo a linha de pensamento de Antônio Ciampa, encontramos as considerações de Silva (2007) que nos diz que falar de identidade implicitamente pressupõe falarmos de diferença. Dizer aquilo que sou significa dizer, ao mesmo tempo, aquilo que não sou. Assim, se me autodenomino “brasileira”, estou informando que “não sou francesa”, “não sou inglesa”, e assim por diante. Identidade e diferença estão em uma estreita relação de dependência. De acordo com o autor, identidade e diferença, além de serem interdependentes, partilham de uma característica: são resultados de criação lingüística, ou seja, têm que ser ativamente produzidas.

Silva (2007) nos esclarece que, assim como na linguagem os signos não têm valor absoluto, não fazem sentido quando considerados isoladamente, também na questão da identidade ocorre algo semelhante. A identidade, e conseqüentemente, a diferença, só fazem sentido quando tomadas dentro de um sistema de significação. É esse sistema de significação que vai engendrar a identidade como resultado de um processo de produção simbólica e discursiva.

Dialogando com outros teóricos da psicologia social, pode-se acrescentar que “a identidade pode ser concebida como um fenômeno subjetivo e dinâmico resultante de uma dupla constatação de semelhanças e de diferenças entre si mesmo, os outros e alguns grupos” (Deschamps, J. & Moliner, 2009, p. 14). Tais autores acrescentam que refletir sobre identidade, inevitavelmente, implica em considerar a integração das pessoas num espaço

coletivo, onde buscam um reconhecimento de pertença e, simultaneamente, procuram alcançar um lugar específico nesse mesmo espaço coletivo que lhes confira um sentimento de singularidade. É a dinâmica do social e do pessoal fazendo-se presente e dando forma ao jogo da ambivalência entre semelhanças e diferenças.

Woodward (2007) assevera que tanto a dimensão social quanto a dimensão simbólica são partes integrantes e necessárias para a construção e manutenção das identidades. Segundo a autora, a identidade é marcada por meio de símbolos e a marcação simbólica dá sentido às práticas e às relações sociais, delimitando a inclusão ou exclusão nos grupos identitários. Quanto à dimensão social, deve-se ter em mente que a identidade é relacional e, assim, se estabelece na comparação com outras identidades através de sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas, divididas e, conseqüentemente, hierarquizadas.

No dinâmico movimento de sentimentos de semelhanças e diferenças que perpassam a noção de identidade, algo que se torna evidente é o que tange aos processos cognitivos que apóiam esses sentimentos e que está vinculado à idéia de representações sociais. De acordo com Deschamps e Moliner (2009), é a noção de representação que vai formalizar a idéia de um “entorno humano que é ao mesmo tempo interior e exterior ao sujeito” (p. 79) e que vai exprimir a dimensão propriamente psicossocial da identidade.

O termo “representação”, conforme o entendimento de Deschamps e Moliner (2009), remete a pelo menos dois significados: tornar presente alguma coisa ausente e a idéia de substituição, ou seja, a representação substitui o objeto. A partir dessas considerações, vários tipos de representações são possíveis em função do objeto a que se referem e de seu caráter mais ou menos partilhado. Os autores nos revelam que “as representações podem ter um impacto considerável sobre o desenrolar dos processos que concorrem para o sentimento de identidade, imbricando-os uns aos outros e fazendo-os convergir numa mesma direção” (p. 80).

Conceber a identidade como irremediavelmente vinculada às relações sociais, implica considerar que “(...) está sujeita a vetores de força, a relações de poder” (Silva, 2007, p. 81). Nesse sentido, o autor lembra que as identidades não são simplesmente definidas, são

articuladas; “não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (p. 81).

Bauman (2005) deixa entrever algo do jogo de poder que permeia as relações sociais e nos revela a impermanência e fluidez que acompanham as identidades:

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente (p. 19).

Silva (2007) nos esclarece que afirmar a identidade significa demarcar fronteiras e essa demarcação exige afirmar e reafirmar relações de poder. Nesse processo, a classificação em grupos de pertença e não pertença se faz necessária e central na dinâmica da vida em sociedade. “Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (p. 82).

De acordo com Louro (1995), para entender os processos de classificação que operam na sociedade, devemos recorrer às reflexões do filósofo francês Jacques Derrida, que os analisou detalhadamente. Assim, a autora destaca que, para o filósofo, “o pensamento ocidental é metafísico e opera sobre a base de princípios fundantes, geralmente expressados pela ordenação, ou melhor, hierarquização de pares opostos” (p. 113). Nesse sentido, as oposições binárias não expressariam tão somente uma divisão do mundo em duas classes simétricas, mas um dos termos seria sempre privilegiado em relação ao outro. A afirmação da identidade é, portanto, atravessada pelo jogo das dicotomias que revelam diferenças de poder.

Nas palavras de Silva (2007), a identidade e a diferença não são entidades preexistentes, não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. “A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa em torno dessa atribuição” (p. 96). O autor acrescenta que o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: estabilidade e desestabilidade. Tal processo tende à fixação, à estabilidade. Entretanto, está sempre escapando, sempre se desestabilizando. Assim, a fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade.

Se ao processo de construção da identidade que é atravessado por questões, como instabilidade, fragmentação, mobilidade, contradição, etc., acrescentarmos as particularidades

de nossa época pós-moderna como o extremo dinamismo, velocidade e as radicais mudanças nas noções de espaço e tempo, é de se supor que complexificações tenham sido acrescentadas ao processo.

Os processos de mudança pelos quais têm passado as sociedades pós-modernas, ou da modernidade tardia, como preferem alguns autores, têm trazido repercussões profundas, ou mesmo dramáticas, para as subjetividades e identidades dos sujeitos. Nesse contexto, Hall (2004) nos diz:

A identidade se torna uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (p. 13).

Segundo Hall (2004), o conceito de identidade sofreu ao longo do tempo profundas alterações. De uma concepção do ser humano centrado, unificado, dotado de razão e consciência que corresponde ao que ele denomina de sujeito do Iluminismo, que possuía algo como um “centro interior” equivalente à sua identidade, passa a uma concepção sociológica em que a identidade reflete uma maior complexificação da realidade e é concebida na interação do “eu” com a sociedade. Posteriormente, evolui para a condição na qual nos encontramos na atualidade, em que a fragmentação e multiplicidade são realidades freqüentes e se revelam de forma contraditória, provisória e problemática.

Trazendo um ponto de vista inovador, Anthony Giddens, filósofo social inglês, faz não apenas um novo balanço da modernidade e suas relações com o eu e a questão da identidade, mas defende a constituição de uma reflexividade amadurecida capaz de forjar uma nova ordem política e social. Giddens (2002) nos parece incluir-se entre os teóricos que vêem com olhos confiantes os tempos atuais. Em sua análise, vivemos uma época de infinitas possibilidades, de alternativas absolutamente diferentes, mas, também, de riscos permanentes. Segundo o autor, as instituições modernas, marcadas pelo dinamismo, pelo poder de interferência nos hábitos e costumes tradicionais e pelo impacto global que produzem, alteram de forma radical a ordem social e afetam, sobremaneira, a dimensão individual da vida das pessoas. Dessa forma, seu interesse se volta para analisar as interconexões que se estabelecem entre as “influências globalizantes” e as “disposições pessoais” o que, inevitavelmente, liga-se à questão da identidade.

Para Giddens (2002), a identidade se torna um “projeto reflexivo”, continuamente revisto. Argumenta que as instituições modernas abrem possibilidades para novos mecanismos de “auto-identidade”, que têm um caráter “aberto”. Segundo o autor, a reflexividade do “eu” possibilita a emergência do que ele denomina de “relacionamento puro”, que seria um tipo de relacionamento marcado por negociações democráticas entre as partes e que se manteria enquanto houvesse satisfação para os parceiros.

Em sua análise da transformação da intimidade e também das identidades, Giddens (1993) atribui grande importância ao papel das mulheres no processo de mudanças e democratização da esfera pessoal. Destaca que a ordem emocional e influências como a emergência do amor romântico contribuíram de maneira especial para o florescimento de um relacionamento entre homens e mulheres calcado na condição de colaboradores em um empreendimento emocional conjunto, o que altera de forma significativa a dinâmica de funcionamento da estrutura familiar. Os ideais do amor romântico, ao demarcarem lugares sociais específicos para homens e mulheres, refletem-se em um melhor planejamento familiar quanto ao número de filhos e favorece o rompimento do “círculo crônico de gravidez e parto” destinado às mulheres. Tais mudanças propiciam novos contornos à sexualidade das mulheres e conseqüentemente às suas identidades.

Outro ponto que Giddens (1993) problematiza é o papel que o corpo assume na modernidade tardia como componente da identidade. A esse respeito, afirma que o corpo torna-se “(...) um portador visível da auto-identidade, estando cada vez mais integrado nas decisões individuais do estilo de vida” (p. 42). Acrescenta, ainda, que o corpo é impregnado de reflexividade e denuncia em versões atualizadas os conflitos subjetivos pertinentes à nossa época.

Embora Giddens (1993, 2002), em suas análises da sociedade contemporânea, afine-se à complexidade da existência na atualidade, gostaríamos de lembrar que, para esse autor, a reflexividade está estreitamente ligada a uma intensificação da consciência dos pensamentos, sentimentos e sensações corporais, ou seja, sob nosso ponto de vista, implicaria em maior intimidade da pessoa consigo mesma, além de melhores condições no exercício do poder de escolha a que temos acesso. Esse é um ponto que consideramos discutível. Estaria o processo reflexivo sendo facilitado na cultura de risco da contemporaneidade? O próprio Giddens

aponta o comportamento compulsivo, tão freqüente nos dias atuais, como sinalizador da falta de controle do eu e, assim, denuncia as dificuldades de se fazer escolhas.

Bauman (2005) nos diz que “Num ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas e perturbadoras da ambivalência” (p. 38). Acrescenta que as identidades estão desprovidas das âncoras sociais que as faziam parecer estáveis e inegociáveis. Em suas palavras: “As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno vôo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (p. 35). O autor nos chama a atenção para o fato de que, embora o anseio por identidade esteja ligado ao desejo de segurança, este mesmo desejo é atravessado por ambigüidade. Ou seja, o cenário de indefinição, incerteza, de múltiplas e infinitas possibilidades, que permite “flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, ‘nem-um-nem-outro’, torna-se, a longo prazo, uma condição enervante e produtora de ansiedade” (p. 35). Ao mesmo tempo, uma posição definida e fixa, “ser identificado”, nesse mesmo contexto é também causa de ansiedade, pois impossibilita ou restringe as experiências possíveis.

Dessa forma, Bauman (2005) nos alerta sobre a precariedade das identidades contemporâneas, ávidas por relacionarem-se, mas temerosas da condição de “estar ligado”, em particular de estar ligado “permanentemente”, o que em sua opinião traz tensões e receios de perda ou limitação da liberdade que os indivíduos não estão dispostos a suportar. É nesse contexto, que os relacionamentos facilitados pela alta tecnologia inserem-se no cotidiano das pessoas como forma privilegiada de escolha e constituem uma “rede de conexões” prontas a serem acionadas ou desconectadas quando assim for conveniente. A esse respeito, o autor destaca o seguinte: “A facilidade do desengajamento e do rompimento não reduz os riscos, apenas os distribui, junto com as ansiedades que exalam, de modo diferente” (p. 38).

Consideramos inquestionáveis os avanços experimentados na esfera da liberdade individual e os progressos obtidos no que se refere às relações de gênero. Como bem argumenta Giddens (1993), existe um processo de reflexividade do “eu”, posto em marcha sob os ares da modernidade tardia, que confere melhores condições para o estabelecimento de relações mais democráticas e bem sucedidas. No entanto, nos interrogamos quanto ao grau e a forma em que se processa a reflexividade do “eu” enunciada por Giddens na era líquido moderna anunciada por Bauman (2005).

Em conformidade com o pensamento de Bauman (2005), percebemos, na facilidade de rompimentos dos relacionamentos, fonte de ansiedade e insegurança que afetam o investimento emocional necessário para que os laços afetivos se mantenham por mais tempo. Assim, a possibilidade de substitutos novos e mais estimulantes alimenta o desejo de “consumo” de novos relacionamentos. Ao considerarmos o caráter fugaz e descartável das relações interpessoais e ao adicionarmos a isso o fato da constituição das identidades se processarem nas relações sociais é, no mínimo, preocupante o rumo incerto que vislumbramos no horizonte social. É ainda Bauman (2005) que nos faz uma oportuna recomendação:

Precisamos de relacionamentos, e de relacionamentos que possam servir para alguma coisa, relacionamentos aos quais possamos referir-nos no intuito de definirmos a nós mesmos. Mas em função dos comprometimentos de longo prazo que eles sabidamente inspiram ou inadvertidamente geram, os relacionamentos podem ser, num ambiente líquido moderno, carregados de perigo. Mas de qualquer forma precisamos deles, precisamos muito, e não apenas pela preocupação moral com o bem-estar dos outros, mas para o nosso próprio bem, pelo benefício da coesão e da lógica de nosso próprio ser. (p. 75).

Tendo iniciado este capítulo com as palavras de Stuart Hall, é a ele que retornamos para destacarmos o conceito e o sentido de identidade com o qual nos afinamos. Ao discorrer sobre a identidade na pós-modernidade, Hall (2004) enfatiza seu caráter plural, volátil, contraditório, inacabado e fragmentado que se coaduna com o nosso pensamento e que encontra respaldo nas reflexões tecidas por Bauman (2005) e por Giddens (1993). É nosso interesse investigar as consequências e desdobramentos de tais idiossincrasias das identidades, particularmente no que diz respeito ao segmento de mulheres por nós selecionado.

Face ao percurso de evolução teórico-conceitual que apresentamos, no que concerne a gênero e identidade, torna-se inevitável o pensar crítico a respeito da constituição das identidades de gênero que trataremos a seguir.

2.1 - A constituição da identidade de gênero

A tarefa de um construtor de identidade é, como diria Lévi-Strauss, a de um bricoleur, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão...

Zygmunt Bauman

Mire, veja: o mais importante e bonito no mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas...

Guimarães Rosa

Se atualmente no campo das Ciências Sociais diversas perspectivas teóricas apontam para um posicionamento crítico no que se refere ao dimorfismo sexual e colocam em discussão não apenas a construção do gênero, mas também a construção do sexo, devemos considerar que por séculos se pensou e teorizou sobre a construção da masculinidade e da feminilidade de forma dicotômica e hierarquizada. Segundo Amâncio (1993), a objetivação do masculino e do feminino em entidades ontologicamente diferentes é regulada por uma assimetria que atravessa todos os processos sócio-cognitivos que participam para uma construção do “ser” homem e do “ser” mulher.

Desde a Grécia antiga, o pensamento aristotélico sobre a masculinidade e a feminilidade já se baseava nas diferenças biológicas, numa pretensa natureza eterna e numa relação social instituída. Para Aristóteles, a fêmea, matéria, não é mais que um receptáculo, associada à umidade e frieza, considerada personagem secundária, sendo seu grande mérito ser um bom ventre. O macho, por sua vez, personifica a forma, é associado ao sopro e à potência, dotado de calor, pensamento e inteligência (Héritier, 1996, Badinter, 1985). Laqueur (2001), no entanto, nos faz um importante esclarecimento sobre o sentido da diferenciação entre os sexos ao longo da história: “É muito difícil ler textos antigos, medievais e renascentistas sobre o corpo com a lente epistemológica do Iluminismo, através da qual o mundo físico – o corpo – aparece como ‘real’, enquanto seus significados culturais são epifenômenos” (p. 18). O autor propõe que busquemos compreender nos textos e nos discursos pré-Iluministas o sexo, ou o corpo, como epifenômeno, enquanto que o gênero (considerado por nós como categorial cultural) deve ser entendido como primário ou “real”.

Laqueur (2001) deixa claro que o que denominamos atualmente de sexo e gênero, existiu por séculos em um “modelo de sexo único” que vigorou até o final do século XVIII. Nesse modelo, “ser homem ou ser mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis” (p. 19). Acreditava-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que invertida. Ou seja, o que nos homens era visível externamente, nas mulheres era visível internamente. Segundo o autor, a própria linguagem marca essa visão

androcêntrica da diferença sexual. Por séculos, o ovário não tinha sequer um nome específico e era referido com a mesma palavra que se usava para designar os testículos masculinos, *orcheis*, ficando a cargo do contexto o esclarecimento acerca do sexo ao qual se tratava. Somente em fins do século XVIII, esse modelo cede lugar a outro que se afina com os pressupostos Iluministas como podemos constatar no trecho a seguir:

Assim, o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados segundo seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substitui uma metafísica de hierarquia na representação da mulher em relação ao homem (Laqueur, 2001, p. 17).

Desta forma, a visão passa a ser de que a biologia fundamenta e justifica a diferença sexual. Héritier (1996) nos lembra, no entanto, que no século XIX o discurso médico tratava de reafirmar as idéias plantadas por Aristóteles no que concerne à masculinidade e à feminilidade e exemplifica com um trecho de Julien Virey (1802), citado por Yvonne Knibiehler (1976):

Se a mulher é fraca pela sua própria constituição, a natureza quis então torná-la submissa e dependente na união sexual; ela nasceu então para a doçura, para a ternura e mesmo para a paciência, para a docilidade; deve então suportar sem murmúrio o jugo das dificuldades, para manter a concórdia na família pela sua submissão (p. 212).

Em outras áreas do conhecimento floresciam também esse tipo de ideologia. O pensamento de Rousseau, com uma habilidade argumentativa ímpar, não apenas mostrava-se em consonância com tais idéias, mas era ele mesmo um importante formador de valores e crenças que exerceram enorme influência nos rumos da família e da sociedade do século XIX. Como destaca Kehl (1998), Rousseau foi o grande propagandista das virtudes do amor materno e, com a publicação de *Émile*, lança as bases de um modelo de se educar as crianças para que correspondam a um ideal de gênero desejável para a sociedade. Como nos lembra Badinter (1985), Rousseau define o homem como criatura ativa, forte, corajosa, inteligente, enquanto estabelece como postulado que a mulher é naturalmente fraca e passiva. Em sua obra, Rousseau traz detalhadamente a forma de se moldar homens e mulheres, sendo que, para as mulheres sua conformação biológica, incontestavelmente natural, determina sua função de procriadora e responsável pela manutenção da prole (Kehl, 1998).

Na pedagogia de gênero preconizada por Rousseau aos meninos eram estimulados os atributos de força, caráter, intelecto, conhecimento, enquanto às meninas cabia, nas palavras de Kelh (1998), “apenas o necessário para não interferir em sua virtude essencial, que é a da modéstia” (p. 73). Segundo a autora, as meninas deveriam ser domesticadas para que seus “desejos ilimitados” não comprometessem a ordem social e familiar. Elas deveriam, ainda, ser incentivadas a cultivar o recato, o pudor e a vergonha para que servissem de freios aos seus desejos.

De acordo com Kelh (1998), é ainda no pensamento de Rousseau que encontramos de forma muito nítida a exaltação da imagem da mulher como “complemento” do homem, sendo esta uma criatura essencialmente relativa. Badinter (1985) enfatiza que seguindo esse raciocínio, “a mulher é o que o homem não é, para formar com ele, e sob suas ordens, o todo da humanidade” (p. 242). E acrescenta: “Sendo a mulher ‘naturalmente’ o complemento, o prazer e a mãe do homem, a educação visará a essas três finalidades, numa completa fabricação de uma ‘natureza feminina’ adequada” (p. 243).

O universo cultural e social humano tem se organizado em torno do eixo da dicotomia sexual, associando cada pólo a um campo de atributos e qualidades em que exprimem diferença e complementariedade. De acordo com Oliveira (1999),

A discriminação e a desigualdade, instauradas pelas regras do parentesco e pela dicotomia sexual, dividem a sociedade em duas metades. Esse dualismo hierarquizado penetra e atravessa todas as dimensões da vida e determina um processo diferenciado de transmissão e de aquisição de conhecimentos, valores e modos de comportamento (p. 33).

Os discursos médicos e filosóficos tiveram grande influência no decorrer do século XIX no sentido de articular e consolidar as diferenças e assimetrias entre os sexos. O pensamento de Rousseau é tão perfeitamente elaborado, e tão eficazmente absorvido pela sociedade, que nos dias atuais ainda nos deparamos com as ressonâncias de suas idéias. À força e penetração dos conhecimentos científicos e filosóficos, acrescenta-se outra importante fonte de influências no delineamento das identidades de gênero, a psicanálise.

A psicanálise em muito contribuiu para imputar à mãe o lugar privilegiado na formação dos filhos em seus primeiros anos de vida, cabendo a ela, inclusive, a responsabilidade pela boa paternidade do marido. Segundo essa teoria, a distinção entre os

papéis materno e paterno é necessária e fundamental para que o processo de identificação da criança com um dos pais se desenvolva de forma satisfatória.

Nancy Chodorow (1990) enfatiza que cabe à mãe o papel mais significativo no relacionamento com a criança e que esta desenvolve seu senso de eu principalmente em relação à mãe. Acrescenta que, embora o processo de identificação com um dos pais seja um fenômeno marcadamente inconsciente, não se pode desconsiderar que a mãe, no exercício de seu papel, é um ser socializado que estaria, portanto, atravessado por valores no que diz respeito à família, criação de filhos e maternidade. Segundo a autora, o exercício da maternidade ligaria-se, também, às experiências vividas pela mãe dentro do relacionamento conjugal, em que estariam presentes experiências de dependência financeira, conhecimento da desigualdade marital e sobre o papel dos gêneros.

Ainda sob a vertente psicanalítica, Kehl (1998) nos diz que é a partir da travessia edípica que a criança se tornará um ser sexuado, marcada pela identificação aos padrões e ideais considerados próprios ao gênero. Ao que ela acrescenta:

A mesma travessia que produz nossa identificação ao gênero produz também a diferença irreduzível de cada sujeito; ela se expressa na singularidade de nosso desejo, marcado entre outras coisas pela posição (única, para cada sujeito) na ordem familiar, pelo que representamos no inconsciente dos nossos pais, pelo que herdamos de gerações passadas, por todas as injunções discursivas que nos atravessam desde o nascimento (p. 12).

Amâncio (1994) vai nos dizer que na teoria freudiana, “(...) o equilíbrio adulto do Eu depende do desenvolvimento da sexualidade na infância e na puberdade” (p. 20). Acrescenta que para Freud, as diferenças entre homens e mulheres resultam da forma “como cada um dos sexos vive o conflito psicológico que se estabelece entre o desenvolvimento da sexualidade e a repressão exercida pela sociedade, sintetizado na resolução do Complexo de Édipo” (p. 20).

O termo identidade de gênero, sob o olhar psicanalítico de Stoller (1993), refere-se à mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, sendo que as duas formas são encontradas em todas as pessoas, diferindo apenas na configuração e no grau que assumem. O autor define masculinidade e feminilidade como uma convicção que é adquirida a partir do fundamento biológico e que vai se completando com a atitude dos pais, especialmente na infância. Acrescenta que as atitudes dos pais normalmente acompanham aquelas mantidas pela sociedade como um todo. Afirma, ainda, que, por volta dos três anos de idade, a

identidade de gênero está de tal forma estabelecida que é praticamente inalterável daí por diante.

Em estudos com crianças intersexuais, Stoller (1993) constatou um não paralelismo entre o sexo biológico e o sexo psicológico, creditando o sentimento de identidade muito mais às experiências vividas pela criança e a todo o processo de socialização que se inicia desde a enunciação e reconhecimento pelo médico do sexo de pertença. Assim, nas palavras de Badinter (1986), os achados de Stoller desmentem a idéia de que o biológico funda o psicológico, ao que ela conclui: “As raízes da masculinidade ou da feminilidade são, portanto, o resultado do comportamento dos pais e não a expressão de um instinto qualquer” (p. 256). Para essa autora, embora Stoller não negue a intervenção de forças de ordem biológica, ele acredita que os fatores psicológicos pós-natais de ordem relacional se sobrepõem aos primeiros e dominam a direção da identidade.

Pelo ponto de vista da valorização e reconhecimento do processo de socialização como elemento fundamental na constituição das identidades de gênero, o poder enunciador do médico assume importância capital ao proferir as palavras: “é menino” ou “é menina”. O bebê não se reconhecerá do sexo masculino ou feminino em virtude de forças inatas, mas sim devido à forma como será socializado a partir de então. Assim, os pais, ao saberem que seu filho é do sexo masculino, esforçar-se-ão no sentido de transmitir e reforçar comportamentos inseridos no que julgam ser próprio àquele sexo. A escolha do nome, a forma de pegar a criança, o estilo de roupa, a forma de se dirigir à criança, tudo estará de acordo com o treinamento específico para o desenvolvimento da identidade de gênero pré-definida (Badinter, 1986).

Nesse sentido, Fernández (1994) argumenta que a socialização do bebê não é um processo assexuado. O bebê aprenderá a ser homem ou mulher e construirá um corpo masculino ou feminino. A autora esclarece que o próprio aprendizado do caminhar se estabelece, não porque o bebê possui pernas para isso, mas quando houver a articulação do desejo de caminhar do bebê e o desejo de seus ensinantes de que este caminhe. Assim, quem vai aprender a caminhar é um menino ou uma menina e, quem vai ensinar estará revestido das significações associadas ao gênero a que pertence. Acrescenta que esse processo “estará transmitindo, então, junto com a mão que segura ou os braços que esperam esse primeiro

passo de autonomia, um significado do que é ser homem ou mulher, um significado em relação a como caminham as mulheres ou os homens” (p. 38).

De fato, como nos lembra Fernández (1994), mesmo antes do nascimento do bebê a rede de significações atrelada a cada uma das categorias de gênero já se mostra atuante. Não é incomum ouvirmos comentários do tipo: “Dá muito pontapé, vai ser menino”, numa clara associação entre atividade e masculinidade. A autora nos esclarece que, assim como os determinantes do organismo sexuado não podem ser ignorados na construção do “ser homem”, ou “ser mulher”, também não se pode desconsiderar a “forma” como a cultura se prepara para receber um homem ou uma mulher e a forma como esta atua a partir de seu nascimento.

É no posicionamento de Scott (1990) que encontraremos ênfase e questionamentos acerca dessas questões e, a partir de então, recursos teóricos e metodológicos que possibilitem investigações no sentido de esclarecer a associação de valorização e de poder à masculinidade em detrimento do feminino, e de como essa associação é transmitida para as crianças. De acordo com a autora, é necessário atentar para o sistema de significação, ou seja, “a maneira como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência” (p. 8).

No caso da teoria psicanalítica, Badinter (1985) nos lembra que a diferença biológica dos sexos é percebida como uma deficiência. Ou seja, a diferença é vivida como um sinal de inferioridade. A autora destaca que, sendo o menino portador do falo, a sexualidade feminina passa a ser definida pela ausência, apodera-se da menina, então, a inveja do pênis e instala-se a castração que reduz suas moções sexuais ativas e incrementa suas moções sexuais passivas. Acrescenta que a diferença de conformação dos órgãos genitais é acompanhada de diferenças pulsionais, sendo que à mulher cabe a passividade enquanto ao homem, a atividade, por exemplo. Revela-nos que, aos olhos de Freud e de seus sucessores, a mãe simboliza antes de tudo o amor e a ternura, e o pai, a lei e a autoridade. Os fundamentos e sentidos da concepção freudiana sobre a feminilidade e a masculinidade trazem, portanto, implicações importantes para a manutenção e re-atualização da assimetria e hierarquia entre os gêneros.

Aos argumentos de Badinter (1985), podemos acrescentar que, ainda que se considere “função materna” e “função paterna” exercidas por sujeitos de qualquer dos sexos, parece ser

prevalente, na sociedade, a expectativa de que à função materna corresponda a figura da mulher e, à paterna, a figura do homem. Tais expectativas contribuiriam, assim, para a reprodução do modelo social desigual entre homens e mulheres.

Amâncio (1994) nos chama a atenção para uma questão que consideramos de grande importância, o fato de que “o processo de socialização pode explicar de que modo as pessoas internalizam as suas identidades de gênero, mas não pode explicar o sentido da diferença destas identidades, porque os indivíduos já nascem num sistema social que produziu conteúdos simbólicos associados ao sexo, que os processos de socialização se limitam a reproduzir” (p. 27). Neste sentido, é no pensamento de Scott (1990) que vamos encontrar a problematização desta questão quando ela preconiza a necessidade de “rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária”, “da desconstrução dos termos da diferença sexual” e vislumbra as implicações políticas dessa abertura teórica (Louro, 1995).

Quando em um momento anterior, pontuamos que Joan Scott, sob a influência do pensamento pós-estruturalista, acenava com a possibilidade de colocar em curso uma lógica desconstrutiva em relação às verdades estabelecidas e às categorias naturalizadas e propunha uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual, entendemos que é precisamente nas ideologias veiculadas ao processo de formação de sujeitos que se deve buscar elementos que possam sinalizar as formas de manutenção e perpetuação de lugares sociais prescritos e naturalizados. À luz das idéias lançadas por Scott (1990), consideramos que o que se coloca em questão não é tanto a forma como se dá o processo de formação dos sujeitos, mas sim as bases ideológicas nas quais se assentam.

Na medida em que os estudos de gênero possibilitam analisar o sentido e a natureza da desigualdade entre os gêneros, quando reconhecem relações de poder permeando as relações humanas, abre-se espaço para que se interrogue a rede de significações e de representações simbólicas que sustentam as ideologias norteadoras de normas, valores e representações sociais mantidos e transmitidos através das gerações via processo de socialização.

A partir da década de 1990, são os estudos de Judith Butler que vão dar corpo às proposições lançadas por Scott (1990) que percebe, no pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida, vias promissoras de uma mudança epistemológica mais radical que acena como poderosa perspectiva analítica (Louro, 1995). Sob influência da pós-modernidade, e

mais especificamente do pós-estruturalismo, Butler (2003), torna-se referência nos estudos de gênero numa versão subversiva e por isso mesmo polêmica. Ao questionar a dicotomia sexual e a heterossexualidade compulsória, contribui para se pensar o gênero para além das categorias masculino/feminino.

Sob um enfoque desconstrutivo ancorado nas idéias de Jacques Derrida, Butler (2003) acrescenta a possibilidade de perceber sob outra ótica os processos de formação dos sujeitos. Questiona as práticas educativas que contribuem para a manutenção e perpetuação dos lugares sociais prescritos e lança questionamentos acerca dos campos de poder que engendram e normatizam os papéis sociais. Podemos dizer que, com Judith Butler, viabilizou-se pensar na constituição das identidades de gênero sob o enfoque da pluralidade.

Do ponto de vista de Butler (2003), a construção da identidade de gênero assume um caráter performativo em que as práticas discursivas passam a ser constitutivas das práticas sociais e a se constituírem a partir delas. Nesse sentido, o gênero é um efeito, é atuação que se realiza, sobretudo, pela prática discursiva. Assim, “dizer algo é fazer algo”; quando o médico enuncia “é menino” ou “é menina” produz uma invocação performativa que acionará um conjunto de expectativas e suposições em torno do corpo da criança. É em torno dessas expectativas e suposições que se estruturam as performances de gênero. Bento (2006) esclarece essa questão:

A infância é o momento em que os enunciados performativos são interiorizados e em que se produz a estilização dos gêneros: ‘Homem não chora’, ‘Sente-se como uma menina!’, ‘Isto não é coisa de uma menina!’. Esses enunciados performativos têm a função de criar corpos que reproduzem as performances de gênero hegemônicas (p. 90).

Butler (2003), acima de tudo, critica a noção de estabilidade da categoria gênero. Propõe uma política feminista que tome a construção variável da identidade como pré-requisito metodológico e normativo, senão como objetivo político. Ou seja, mesmo que a nível biológico o sexo se apresente de forma binária (o que ela vai também questionar) o gênero não deve permanecer em número de dois. Concebe o status construído de gênero como liberto dos grilhões aprisionadores da categoria sexo.

De acordo com o exposto, devemos considerar que a trajetória dos conceitos de gênero e identidade contribuiu de forma decisiva para se pensar, considerar e analisar a constituição

das identidades de gênero de maneira bastante diversa daquela que tradicionalmente vinha sendo reiterada nas elaborações acadêmicas. Além disso, na atual conjuntura teórico-conceitual, elaborações inovadoras como as de Judith Butler (2003) permitem maior aproximação entre o campo teórico e as complexidades emergentes da vida cotidiana que demandam reformulações, contextualizações e dinamismo constante.

Ao se investigar a construção das identidades de gênero na atualidade, faz-se necessário transcender limites impostos pela biologia, desvelar ideologias subjacentes aos processos de socialização, buscar redes de significação envolvidas no processo de formação dos sujeitos, assim como acessar os universos simbólicos atravessados pelas relações de poder que permeiam as relações sociais.

CAPÍTULO 3

REPRESENTAÇÕES DO FEMININO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Conforme já argumentamos, o campo das Ciências Sociais tem experimentado, ao longo das últimas décadas, uma abertura epistemológica que permite novos aportes teóricos e metodológicos que oferecem melhores condições de apreensão da complexidade do ser humano e das sociedades. A Teoria das Representações Sociais insere-se entre as inovações nessa área que possibilita novos olhares e considerações sobre antigas questões. Na visão de Spink (2002), os estudos das representações sociais promovem uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento uma vez que alteram concepções como objetividade e busca de verdade. Na medida em que se constituem uma forma de conhecimento prático, aproximam-se das experiências do dia-a-dia, do “senso comum” e trazem a possibilidade de se considerar elementos como subjetividade, sentido, opiniões, contradições, imagens, afetos, dentre outros.

Não cabe, neste momento, um aprofundamento na Teoria das Representações Sociais em suas múltiplas perspectivas teóricas. No entanto, uma pequena digressão teórica se faz necessária, uma vez que as Representações Sociais, enquanto imagens construídas do real, entrelaçam-se com os processos de constituição das identidades. Nas palavras de Guareschi (1996), “há um intercâmbio entre a tarefa representacional e a identificatória” (p. 20).

Sob o ponto de vista de Minayo (2002), na perspectiva proposta por Max Weber, a vida cotidiana dos indivíduos é carregada de significação social que é dada tanto pela base material como pelas idéias, dentro de uma relação adequada, em que ambas se condicionam mutuamente. Nesse sentido, as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto a base material.

Serge Moscovici foi o primeiro a introduzir o conceito de representações sociais na psicologia social contemporânea. Em seus estudos, buscou o reconhecimento das representações sociais como uma forma característica de conhecimento em nossa era. Insistiu, ainda, em sua apreciação como um “fenômeno” e não como um simples conceito. Para o autor, as idéias que circulam na sociedade constituem uma dimensão da realidade que assume um caráter simbólico e social.

Guareschi (1996), ao se referir ao estudo de Moscovici, explica que esse, na busca de entender porque criamos as representações, conclui que elas nos ajudam a tornar familiar o não-familiar. Nessa tarefa, dois processos se fazem importantes: a) o processo de ancoragem no qual se classifica, localiza em um lugar, doma e até mesmo sujeita o não-familiar e, b) o processo de objetivação que consiste em tornar “concreta”, como que visível, uma realidade que procura nos escapar. Como forma de ilustrar tal processo, cita o seguinte exemplo:

É só dizer que Deus é Pai, e aquilo que para muitos é um mistério, um conceito confuso, místico, espiritual, transforma-se, de imediato, em algo visível e compreensível. A imagem deixa de ser signo e transforma-se em réplica da realidade, em simulacro. Em seguida o que é “percebido”, substitui o que é concebido (p. 18).

Sob o ponto de vista de Moscovici (2003), o “fenômeno” das representações sociais é algo que nos rodeia e do qual não temos muita consciência ou não atribuímos suficiente atenção. Para o autor, existem outras realidades que se fazem “concretas” e que exercem pressões ou orientam as pessoas a fazerem aquilo que fazem. Entretanto, essas realidades não são físicas, são “sociais” e passíveis de transformações.

Guareschi (1996) oferece-nos uma concepção acerca das representações sociais que consideramos bastante oportuna e esclarecedora:

As representações implicam, e ao mesmo tempo constroem, “saberes” sociais. Esses são formas de conhecimento que circulam na sociedade, que são parte da cultura erudita, científica e popular, que se misturam, se retroalimentam mutuamente e se apresentam como recursos sociais para que uma comunidade possa dar sentido à sua realidade e conhecer o que está acontecendo. As representações são também constituídas de afetos. Representar algo não é uma construção árida de um “mapa cognitivo”, é um ato que provem de pessoas que pensam e sentem, que possuem motivações e intenções, que possuem uma identidade e vivem num mundo social (p. 20).

De acordo com Moscovici (2003), as representações do passado não se perdem no tempo, podem manter-se ativas e se infiltrarem em nossas experiências e idéias atuais. São como que entidades sociais com vida própria, comunicando-se entre si, operando mudanças em sintonia com o curso da vida e se transmutando em renovadas aparências.

Para que possamos compreender as vivências femininas nos dias atuais, um percurso histórico, social e cultural que nos coloque em contato com as representações sociais do feminino em outras épocas será, portanto, de grande valia. Certamente, encontraremos, no

momento presente, reverberações de representações que considerávamos ultrapassadas e esquecidas num tempo longínquo.

A imagem da mulher revestida por uma conotação de menor valoração e de um caráter secundário vem de longa data e, conforme aponta Badinter (1986), remonta à instituição da sociedade humana. Segundo essa autora, até o século XVII o poderio do marido e do pai predominavam e a sociedade funcionava sob o princípio da autoridade. Tal princípio alicerçava-se no entrecruzamento de três importantes influências: o discurso filosófico de Aristóteles, que concebia a autoridade como natural; o discurso teológico, que afirmava ser a autoridade divina e o político, que promovia a junção das duas concepções.

O pensamento de Aristóteles teve profunda repercussão na cultura ocidental. Segundo o filósofo, a autoridade do homem é legítima porque repousa sobre a desigualdade natural que existe entre os seres humanos e se baseia no princípio de que a natureza criou indivíduos próprios para mandar e indivíduos próprios para obedecer. De acordo com Von Koss (2000), sob as leis gregas e romanas, às mulheres era negada competência legal, estando elas, perpetuamente, sob a guarda e domínio de um homem, inicialmente o pai e, posteriormente, o marido. A autora acrescenta que, no espaço social, as mulheres eram silenciosas, sinal do submetimento à autoridade do marido.

Nos mitos e nas tragédias gregas, era visível a superioridade masculina encarnando o Bem e o princípio divino, e a inferioridade das mulheres, incorporando o Mal e o perigo. Como não lembrar do Mito de Prometeu, símbolo do despertar da consciência humana, representante de uma humanidade ativa, inteligente, ambiciosa e corajosa. Como não citar a figura de Pandora, que, no Mito de Prometeu, aparece como a encarnação da sedução, perigo e tentação, forjada para colocar em desconcerto a vida dos mortais. Portadora da caixa que abrigava todos os males a serem lançados sobre a humanidade, à Pandora é imputada a imagem de um ser astuto, enganador e perigoso.

No mito de Hércules, encontramos a personificação dos ideais de força e de conquista dos homens. Por sua popularidade, é um mito que se desdobrou em muitas versões tanto na literatura como na escultura, pintura e no teatro, percorrendo séculos a disseminar seus grandes feitos. Na literatura clássica, o poema épico de Homero, *Iliada*, traz a figura de Aquiles que encarna o herói exuberante e honroso que contabiliza batalhas e conquistas,

enquanto as mulheres são oprimidas e aparecem como prêmios pelas conquistas dos homens. De forma semelhante, na *Odisséia*, como nos lembra Denby (1998), “o leitor entra no paraíso da visão patriarcal da vida” (p. 97), onde a violência irrompe de forma extraordinária e as mulheres são consideradas como um bem possuído.

Refletindo sobre a função e importância dos mitos para a compreensão da condição humana, Fernández (1994) revela que esses são construções grupais, representações que os grupos humanos constroem para dar conta do desconhecido, do não conhecido, tentando explicar o inexplicável. Desta forma, os mitos tentam aplacar a angústia que o desconhecido provoca. A autora vai além e argumenta que, sob a perspectiva psicanalítica, os mitos são dimensões privilegiadas para se analisar as significações inconscientes que não se mostram na consciência. Assim, ao se analisar os mitos, poder-se-ia acessar as significações inconscientes grupais.

Quanto aos clássicos da literatura e das artes em geral, de que forma nos auxiliariam nessa tarefa? Calvino (2005) oferece uma interessante observação a esse respeito: se a obra é um clássico é porque “persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível” (p. 15). Tal consideração nos faz pensar que a obra clássica atravessa o tempo, as gerações, os costumes, as configurações político-sociais e chega até nós trazendo ecos do passado que ainda se fazem ouvir nos dias atuais. O autor nos revela que “chama-se de clássico um livro que se configura como equivalente do universo, à semelhança dos antigos talismãs” (p.13). Ou seja, ao recorrermos aos clássicos, acessamos de forma muito especial vivências, inquietações, simbolizações, que deixam entrever a complexidade da existência humana.

A teologia cristã, calcada em raízes judaicas, predominantemente patriarcal, constituiu-se outro importante pilar da cultura ocidental e contribuiu, sobremaneira, para a perpetuação da autoridade paterna e marital. O feminino seria, então, fortemente marcado pelo poder emanado do pensamento cristão. De acordo com Badinter (1985), dois textos exerceram extraordinária influência sobre os contornos da imagem feminina: *O Gênesis*, e a *Epístola de São Paulo aos Efésios*. No Gênesis, a mulher, Eva, deriva de uma costela do homem, Adão, e foi feita para ser a companheira deste. Diante da proibição de comer do fruto da Árvore da Sabedoria, é Eva quem sucumbe à tentação de provar do fruto e ascender ao conhecimento do Bem e do Mal, induzindo seu companheiro a fazer o mesmo. A mulher

torna-se, então, a grande responsável pela expulsão do paraíso e pelo castigo imposto a toda humanidade.

Nas reflexões de Badinter (1985), encontramos esclarecimento sobre como o Gênesis outorga à mulher a condenação que repercutirá de maneira prolongada e “eficiente” por séculos: “E a tua paixão será para teu marido, e ele te dominará.” (p. 34). A autora nos explica que o sentido de paixão, nesse pronunciamento, está ligado às idéias de passividade, submissão e alienação, elementos que se tornarão marcas da imagem feminina em sua trajetória existencial. Além disso, à mulher caberia, desde então, multiplicar grandemente e parir seus filhos com dor. Dessa forma, a imagem feminina fica irremediavelmente ligada à fraqueza, curiosidade e perigo.

Na *Epístola de São Paulo aos Efésios*, é recomendado que o poder esteja nas mãos dos maridos, que devem exercê-lo de forma absoluta em favor da família. Às mulheres, é prescrito um comportamento de obediência, subordinação e modéstia, como se pode observar no seguinte trecho destacado por Badinter (1985):

Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos como ao Senhor...Vós, filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor...obedecei a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade de vosso coração, como a Cristo. (p. 36)

A representação do feminino associada a um valor negativo e subalterno se estendeu ao longo dos séculos. Lipovetsky (2000) salienta que até mesmo a beleza feminina, que usualmente era destacada, desde a antiguidade, nas mais diversas expressões artísticas, vinha carregada de ressonâncias negativas. Segundo o autor, para os gregos, a mulher era “um terrível flagelo”, um ser que representava perigo, pois munida de astúcia e poder de sedução era sinônimo de armadilha maléfica. Podemos acrescentar que essa imagem foi reforçada no longo período da Idade Média quando a descrição e a classificação dos comportamentos femininos seguiam critérios fortemente influenciados por valores religiosos ou morais. Assim, como salienta Macedo (2002), perfilavam-se imagens de mulher luxuriosa e pecadora, e também de um ideal de mulher essencialmente casta e virtuosa, que personificava a salvação de um ser ardiloso por natureza, sempre disposta a trapacear o homem.

O período da Idade Média é por demais longo para comportar qualquer tentativa de simplificação. No entanto, nos interessa destacar que é um período em que o olhar que recai sobre as mulheres é fortemente marcado pelo poder da Igreja, cabendo aos homens da religião

disseminar os conhecimentos e transmitir o que se deve pensar sobre elas. O Tribunal do Santo Ofício considerava uma heresia qualquer demonstração de saber que transcendesse os domínios da Igreja e da Ciência. Sob o ponto de vista de Del Priore (2000a), as mulheres mantinham uma intimidade no trato com as doenças, a cura, o nascimento e a morte. Isso, de certa forma, tornava-as perigosas e malditas. Assim, eram perseguidas com a acusação de curandeirismo, pois possuíam um saber que escapava ao controle da medicina e da Igreja. A esse respeito, Klapisch-Zuber (1990) acrescenta o seguinte:

O medo de que a mulher possa exercer prerrogativas masculinas, e o medo de um corpo cuja perversa sedução se teme, são dois aspectos, e decerto não os únicos, presentes na obsessão da bruxa (p 17).

A designação de “bruxas” recai, sobretudo, entre as mulheres sozinhas, solteironas, viúvas e aquelas mais velhas. Mulheres que se dedicavam a práticas milenares, passadas de geração a geração como benzedoras, curandeiras e parteiras. O fenômeno de “caça às bruxas”, segundo nos esclarece Macedo (2002), revela o espírito de uma época marcada pela intransigência, prepotência na elaboração de normas ideais para sanidade espiritual da sociedade e pelos excessos cometidos, principalmente contra as mulheres, em nome da moral e dos bons costumes.

Segundo Lipovetsky (2000), no período da Renascença, a imagem feminina passa por processo de ressignificação, assumindo novos contornos. A beleza feminina ganha destaque e rompe com a diabolização à qual se encontrava associada. Coloca-se em curso um processo de valorização e de dignificação social da beleza feminina. Conforme salienta o autor, personalidades como Erasmo, More e Montaigne expressam sua estima e admiração pela “beleza, qualidade poderosa e vantajosa” (p. 115). Ressalta, ainda, que o *Nascimento da Vênus*, de Botticelli, retrata exemplarmente essa mudança e promove, inclusive, uma aproximação com a imagem da Virgem Maria.

No entanto, será apenas no século XVIII que a imagem feminina experimentará uma mudança mais radical e significativa. Badinter (1985) enfatiza que há, nesse momento, um deslocamento do foco ideológico da autoridade para o amor. O amor materno desponta como valor natural e social, desempenhando papel fundamental para o bem-estar da sociedade. A autora enfatiza que os moralistas, intelectuais, administradores e médicos empenhavam-se em convencer as mulheres da importância de sua dedicação aos filhos. Destaca, sobretudo, que

esse apelo feito às mulheres as colocava em uma condição de maior importância e as tornava essenciais para a felicidade da família e da sociedade de modo geral. Mesmo que de maneira indireta, as mulheres experimentavam um enaltecimento no papel de formadoras e cuidadoras daqueles que colocavam em curso o desenvolvimento e fortalecimento da nação.

Delineia-se, então, uma nova imagem de mulher voltada para a maternidade e o lar. Não podemos desconsiderar que havia todo um contexto social, político e econômico favorável a transformações de toda ordem. A partir da segunda metade do século XVIII, a consolidação do capitalismo, o crescimento das cidades e o fortalecimento das democracias favorecem a disseminação de valores em conformidade com os novos tempos. O casamento por amor desponta como base estruturante das novas relações familiares, influenciado pela filosofia das Luzes que aludia à busca da felicidade e da individualidade. O ambiente doméstico passa a circunscrever-se como espaço de poder feminino e a procriação, juntamente com a vivência da maternidade, assume caráter fundamental na condição de ser mulher. Os filhos passam a representar o bem mais precioso e desejado.

É nesse contexto que o papel de esposa e mãe reveste-se de importância extraordinária. Badinter (1985) lembra que a função de mãe é, então, usualmente associada à idéia de sacrifício, devoção e vocação, muito próximas do linguajar religioso. Portanto, houve uma aproximação muito estreita da mãe com a imagem da Virgem Maria, sendo aquela usualmente comparada a uma santa. Segundo a autora, “A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho” (p. 223).

Paralelo ao enaltecimento da mulher no papel de esposa e mãe, um outro fenômeno contribui, sobremaneira, para o fortalecimento do processo de reconhecimento da mulher em sua alteridade: a “cultura do belo sexo”. De acordo com Lipovetsky (2000), tal fenômeno conseguiu impor-se como um traço permanente na civilização ocidental moderna e esboçou seus primeiros passos no período da Renascença, que demarcou a primeira manifestação do universo moderno da beleza. O autor vê, nesse processo, um avanço no sentido da valorização e dignificação social das mulheres. No entanto, nos alerta para peculiaridades desse processo nos seguintes termos:

Qualquer que seja a lógica não igualitária que organiza estruturalmente a sacralização estética do feminino, apenas na superfície esta é aparentada a um dispositivo

tradicional: em sua verdade profunda, o culto do belo sexo exprime uma cultura e uma hierarquia de essência moderna (p. 122).

Lipovetsky (2000) assinala inovações na forma de tratar o feminino, revestidas, nesse momento, de certa nobreza e de interesse como objeto de estudo e de reflexões nas mais diferentes formas de expressão. Destaca que “a mudança decisiva reside em que a beleza feminina entrou em uma época de interrogação, de conceitualização e de valorização específica, característica do espírito moderno” (p. 123). Acrescenta que, embora o triunfo estético do feminino não tenha subvertido a relação desigual e hierárquica, o fato das mulheres constituírem-se objetos de estudo, suscitando uma avalanche de observações, descrições, louvores, conselhos e prescrições normativas é algo a ser considerado como conquista de importância e consideração na lógica do mundo moderno. Ainda seguindo o pensamento do autor, a beleza é enfatizada como capaz de conferir às mulheres títulos de nobreza, prestígio e riqueza simbólica, impulsionando de forma inédita a promoção social e simbólica das mulheres.

Embora essas mudanças pudessem ser melhor constatadas no plano das expressões artísticas do que na realidade cotidiana, deve-se reconhecer que o dispositivo do enaltecimento da beleza feminina contribuiu para a transformação simbólica do feminino, trazendo uma “vacilação na maneira de perceber a diferença entre os sexos” (Lipovetsky, 2000, p. 126). Segundo o autor, podemos interpretar que, de certa forma, o banimento das mulheres das funções nobres da cultura deixa de ser absoluto e elas passam a incluir-se, mesmo que de forma insipiente, nas dimensões de notoriedade social e de foco de homenagens. Configura-se, assim, “o começo moderno do recuo da alteridade anuladora do feminino” (p. 127).

A imagem feminina, alçada a uma condição de certa forma privilegiada pela via do “culto à beleza”, ganha novos contornos no raiar do século XX. Nesse século, sob o signo da tecnologia e principalmente dos avanços nos meios de comunicação, as representações do feminino serão articuladas de forma cada vez mais abrangentes por veículos como as publicações voltadas exclusivamente para o público feminino, o cinema e mais tarde a televisão.

Passerini (1991), ao estudar os efeitos da cultura de massas do segmento voltado ao público feminino no período do segundo pós-guerra e referente aos países Estados Unidos,

França e Itália, verifica que a grande difusão dessa imprensa revela particularidades do processo de emancipação cultural das mulheres em seus aspectos contraditórios como a busca de auto-afirmação e a manutenção da condição de subordinação. A autora enfatiza que, na década de 1930, a indústria dos cosméticos experimenta um crescimento extraordinário e revistas como Marie-Claire, na França, tratam de disseminar os tratamentos de beleza e os cuidados com a aparência. A autora pontua que, se por um lado, há um estímulo à valorização da auto-imagem e ao desenvolvimento do individualismo, por outro, assiste-se à manutenção de um lugar social marcado pela reificação da mulher como objeto de desejo masculino. Podemos acrescentar que, na interpretação de algumas vertentes feministas, esse tipo de exposição da imagem contribuiria para a manutenção da assimetria e hierarquia entre os gêneros.

Na interpretação de Lipovetsky (2000), a despeito de possíveis evidências da permanência de um modelo desqualificador do feminino, verifica-se um fenômeno importante que é a adequação do processo de desenvolvimento da individualidade feminina à lógica racional que impulsiona o funcionamento do mundo ocidental moderno, como destaca no trecho a seguir:

O que se manifesta através das práticas femininas da beleza ilustra, no fundo, o triunfo da razão prometêica, o impulso da cultura da eficácia e do controle técnico, característico dos modernos. Desde o início dos tempos modernos, as sociedades ocidentais se lançaram à empresa ilimitada da dominação e da tecnização do real. Daí em diante, essa lógica atingiu a relação com a aparência (p. 142).

Higonnet (1991), ao estudar as representações e imagens femininas no século XX, pontua a influência e importância do cinema, imensamente popular, como difusor de imagens e comportamentos, particularmente referentes ao feminino. Esclarece que, em uma primeira fase, “O cinema clássico representa as mulheres como prazer visual, objetos de um olhar masculino” (p. 415). “Os ‘finais felizes’ de Hollywood entregam as mulheres ao lugar a que pertencem numa ordem patriarcal: ao herói, a uma morte nobre de auto-sacrifício ou, se desviam das normas femininas, a um castigo adequado” (p. 415).

Será a partir do fim da Segunda Grande Guerra que grandes transformações nos papéis sociais das mulheres se mostrarão mais presentes na vida cotidiana. O cinema, em sintonia com a época, aos poucos se distanciará dos modelos de feminilidade e masculinidade aos quais esteve ligado em sua primeira fase em que reproduzia estereótipos da cultura patriarcal

e buscará incorporar novos valores, novas realidades, assumindo crescente importância como veículo de expressão de determinada época e de transformações sociais.

Como nos lembra Toscano (1998), conquistas como a inserção definitiva da mulher no mercado de trabalho, sua presença mais ativa nos domínios públicos, o direito ao voto, dentre outras inovações repercutiram de forma decisiva para os novos contornos da imagem feminina. Aos poucos, as mulheres participam, inclusive, na produção, direção, roteiro e outras etapas dos filmes, contribuindo para que os conteúdos e as mensagens vinculadas ao feminino pudessem trazer novos enfoques, novas roupagens, inéditas questões.

Outro importante elemento responsável pelos rumos da imagem feminina no decorrer do século XX é a publicidade. Para Higonnet (1991), tal veículo proporciona muito mais do que informação sobre produtos específicos; inclui, sobretudo, interpretações consistentes sobre os papéis de cada sexo. Nesse sentido, a autora nos lembra que, embaladas pela política pós Segunda Guerra Mundial, as propagandas trataram de remodelar convenientemente as imagens referentes ao feminino de acordo com interesses sociais, políticos e econômicos. De sorte que, se na União Soviética se incentivava um modelo de produtividade, responsabilidade coletiva e dever cívico, nos Estados Unidos, o modelo era da mulher maternal, voltada ao lar e consumista. Higonnet destaca essa dinâmica publicitária da seguinte forma:

Uma mensagem da General Electric, por exemplo, mostra uma mulher com a filha em sua casa e atribui a sua felicidade a um produto à venda: “Ela confia no secador de roupa elétrico sem chama”. A mulher é representada a fazer a lavagem da roupa da família enquanto o marido, invisível, é identificado como aquele que proporciona à família o dinheiro e os bens de consumo (p. 415).

Como se pode perceber, o processo de mudanças nas formas de se estar no mundo assume caráter dinâmico, contraditório, veloz e múltiplo. Assim, no decorrer do século XX, assistimos ao apogeu do modelo da mãe-dona-de-casa nos anos 1950 e também à progressiva participação das mulheres no sentido de controlar suas identidades visuais, quebrar estereótipos e propor diferentes vias de realização pessoal.

Na esteira do desenvolvimento tecnológico, surge outro meio de comunicação, a televisão, que dada sua força de penetração, impacto e sensibilização exercerá grande influência no delinear de imagens e papéis sociais. Nolasco (1998) destaca o importante papel das novelas, que em sua tentativa de imitar a vida, reproduzem e criam padrões de comportamento voltados para o consumo e a imediatez. Nos alerta para o fato de que, na cena

contemporânea, as novelas têm funcionado para os sujeitos como referência para a compreensão de si e do mundo, assumindo um status de “alimento intelectual”.

Ainda é no pensamento de Nolasco (1998) que encontramos algumas interessantes reflexões, não apenas no que tange as identidades femininas afetadas pelos veículos de comunicação de massa, mas, sobretudo, as identidades contemporâneas de forma geral. O autor pontua que a televisão aliada ao controle remoto estimula, através do entretenimento e da possibilidade de acesso a uma infinidade de canais, a concretização do interesse por tudo e por nada ao mesmo tempo. Revela sua preocupação com o incremento da dispersão causada pela multiplicidade de imagens e a falta de consistência entre elas. No entanto, reconhece que o veículo está em sintonia com as mudanças sociais e culturais de nossa época, retratando personagens femininos que vão à luta e são referências de movimento e de ação. Destaca que “Carreira, casamento e filhos desfilam nas novelas, mostrando essa virada. A mulher na tevê é prenúncio e confirmação de que vivemos em uma sociedade democrática, individualista e liberada” (p. 154-155).

Vale ressaltar, nesta oportunidade, a importância que o corpo adquire na contemporaneidade como elemento integrado aos estilos de vida. Segundo Giddens (1993), o corpo torna-se um portador visível da auto-identidade, refletindo a atuação de responsabilidade sobre si próprio, embora submetido aos dispositivos de poder de que nos fala Foucault (1979) quando postula que as relações de poder coexistem com a vida social. Sant’Anna (1995) nos dá a dimensão da importância atribuída aos corpos ao nos oferecer a seguinte interpretação:

O corpo é lugar da biologia, das expressões psicológicas, dos receios e fantasmas culturais, (...) uma realidade multifacetada, (...) resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, pertencente menos à natureza do que à história (p. 12).

Mirian Goldenberg, antropóloga brasileira que se dedica há anos aos estudos sobre a corporeidade, afirma que, no Brasil, o corpo é um capital. A autora tem constatado em suas pesquisas que determinado modelo de corpo torna-se uma riqueza, sendo percebido, inclusive, como importante veículo de ascensão social, assumindo o status de capital físico, simbólico, econômico e social. Goldenberg (2005), fazendo-se valer das idéias defendidas por Marcel Mauss, pontua que os indivíduos de cada sociedade constroem seus corpos e também seus comportamentos por meio da “imitação prestigiosa”. E o que vem a ser isto? Sendo o corpo

parte da cultura de um povo que valoriza certos atributos em detrimento de outros, “Os indivíduos imitam atos, comportamentos e corpos que obtiveram êxito e que têm prestígio em sua cultura” (p. 18). A autora revela que, no caso brasileiro, os modelos a serem imitados pelas mulheres centram-se nas categorias das atrizes, modelos, cantoras e apresentadoras de televisão, que inevitavelmente têm no corpo seu principal capital.

Ao considerarmos as reflexões tecidas por Goldenberg (2005), não é de causar espanto a constatação de que o Brasil lidera o ranking de cirurgias plásticas, seguido dos Estados Unidos, que, no entanto, conta com uma renda per capita oito vezes superior à brasileira. Viver em uma cultura que valoriza excessivamente a aparência, a juventude e a forma física favorece o estabelecimento de imperativos categóricos que, se não cumpridos, trazem sofrimentos psíquicos. Goldenberg lembra que “a apologia do corpo perfeito” foi uma das maiores fontes de frustração para as mulheres no decorrer do século XX, ao que acrescenta: “Sob o olhar dos outros, as mulheres vêm-se obrigadas a experimentar constantemente a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, ao qual procuram infatigavelmente alcançar” (p. 54-55).

O corpo feminino foi palco de grandes transformações ao longo do século XX, vivenciando um processo de liberdade nunca antes visto. Focando na realidade brasileira, encontramos nas reflexões de Del Priore (2000b) um rico arsenal de detalhes que dão a medida da centralidade do corpo nessa cultura. A autora lembra que, no Brasil, incentivadas pela mídia, televisão, revistas e a existência de incontáveis belas praias, as mulheres viveram um progressivo desnudamento. Seguiu-se, então, associado ao crescente desenvolvimento da modernidade capitalista, a incorporação de hábitos estreitamente ligados à estética, como o uso de cremes, vitaminas, silicones, colágenos, etc. Dessa forma, a pele passou a se apresentar como uma nova forma de vestimenta, estando sempre sob o foco de atenção.

Diferentemente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar nossas almas, mas em salvar nossos corpos da desgraça da rejeição social. Nosso tormento não é o fogo do inferno, mas a balança e o espelho. “Liberar-se”, contrariamente ao que queriam as feministas, tornou-se sinônimo de lutar, centímetro por centímetro, contra a decrepitude fatal (p. 11).

Inspirados nas pontuações de Del Priore (2000b), podemos considerar que, se as mulheres conseguiram se livrar de prescrições e pressões entoadas pelos discursos filosóficos, religiosos e médicos, submetem-se, no cenário contemporâneo, a outras sutis formas de

submissão. Hoje, na era da informação/informatização, as palavras de ordem são ditadas pelos discursos jornalísticos e publicitários e ganham repercussão estrondosa quando assimilados pelo grande público que também passa a atuar como regulador das normas prescritas. Além disso, a autora adverte-nos sobre um diferencial importante que se coloca na situação de submissão atual quando comparada àquela de tempos passados. Se antes sabia-se exatamente quem era o dominador, “hoje o algoz não tem rosto” (p. 15), dilui-se na imensidão de estímulos emanados de todas as direções.

De acordo com o exposto até então, pode-se constatar que múltiplas são as variáveis em ação interferindo e atuando nas representações que temos de nós, que fazemos sobre outros e que outros fazem de nós. Embora se tenha discorrido apenas sobre alguns tópicos e procedido, tão somente, a alguns recortes histórico-sociais, julgamos ter destacado alguns possíveis elementos que serão úteis na posterior tarefa de alcançar e analisar as vivências pelas quais passam as mulheres nos dias atuais frente ao que concerne “ser mulher”.

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de destacar dois pontos. Primeiramente, reconhecer a importância e imenso poder que as representações arcaicas e as representações modernas têm na trama de nossas vidas cotidianas. Como espectros, ecoam em nossas mentes trazendo ressonâncias inimagináveis de tempos passados, de gerações que nos antecederam, de significações que incorporamos sob a tutela do termo “é natural”, de vivências de nossas outras idades que, adormecidas, sobrevivem de forma impresentida. Em segundo lugar, inspirados nas idéias de Martins (1998), lembrar que cada ser vive de modo diverso as vicissitudes de seu desenvolvimento psíquico e organiza de forma única a interação entre seu mundo interno psíquico e o mundo exterior. Assim, abrimos espaço para a diversidade e riqueza da experiência humana em sua extraordinária capacidade de revelar múltiplas, criativas e inesperadas combinações.

CAPÍTULO 4

MATERNIDADE E TRABALHO NA VIDA DAS MULHERES

4.1 – Maternidade: construindo múltiplos sentidos...

Se, tempos atrás, a maternidade era vivida como ponto máximo da feminilidade e via única de realização pessoal, atualmente assume caráter de fenômeno complexo e perpassado por sentimentos contraditórios. Segundo Rodrigues (2008), tal fenômeno transcende o aspecto de mero projeto pessoal para se desdobrar em intrincada rede de significações no plano físico, emocional, simbólico, religioso e político.

Para melhor compreendermos o processo pelo qual tem passado o significado da maternidade na vida das mulheres, faz-se necessário retroceder no tempo e voltarmos aos primórdios da constituição da família burguesa e da instituição desse fenômeno como valor maior da realização feminina.

Para esse propósito, o século XVIII configura-se como o marco inicial de nosso percurso. Conforme pontuamos no capítulo precedente, esse período consagrou a mulher como “mulher-mãe” e segundo Rocha-Coutinho (1994), acontece nesse momento histórico uma verdadeira Revolução Sentimental onde o amor conjugal, o amor materno e o sentimento de afetividade e intimidade familiar passam a ancorar o bom funcionamento da estrutura social vigente. O papel de mãe ganha destaque especial e nas palavras da autora,

(...) no espaço fechado do lar, começam, a partir de então, a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, mais que isso, atribuiu ao sentimento materno um “caráter inato” e, portanto, compartilhado por todas as mulheres (p. 30).

Por essa época o lar e a família tornam-se alvos da atenção feminina, os filhos assumem grande importância e passam a constituir um referencial de valor da dedicação e competência das respectivas mães. Como nos lembra Badinter (1985) “a mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma ‘santa mulher’” (p. 223). A maternidade passa a ser vista como um sacerdócio e, conseqüentemente, implica em sacrifícios, doação, resignação além de devotamento e esquecimento de si em prol do próximo. A autora ressalta que após 1760 multiplicam-se as publicações que orientam as mães a cuidarem pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam”

amamentá-los. Tais dispositivos impõem à mulher a obrigação de ser mãe acima de tudo e engendram o mito do amor materno que pressupõe a espontaneidade afetiva de toda mãe por seu filho.

A questão do amor materno como característica inata e inquestionável tornou-se parte integrante da condição feminina e difundiu-se profundamente como valor normativo embalado pelo discurso filosófico, médico e, posteriormente, pela teoria psicanalítica. A naturalização da vocação materna consolidou-se e criou raízes profundas nas subjetividades de homens e mulheres assumindo o *status* de mito. No sentido de melhor compreendermos a força desse dispositivo é necessário debruçarmo-nos sobre algumas particularidades do processo de transformação por que passava a sociedade naquela época e, além disso, alinhavarmos certas considerações na tessitura da constituição do mito, bem como de sua naturalização.

Giddens (1993), em seus estudos sobre a transformação da intimidade, pontua com muita propriedade a importância que assumiu a emergência do amor romântico como empreendimento emocional capaz de proporcionar a condição de colaboradores entre marido e mulher. O lar, nesse momento histórico, passa a assumir a condição de refúgio emocional em contraste com o caráter instrumental do ambiente externo onde o homem buscava o sustento da família. O autor nos lembra que gradualmente as famílias que antes eram numerosas passam a apresentar uma tendência a limitar o número de filhos, configurando-se, assim, mudança significativa na condição feminina e alterando-se pela primeira vez o “círculo crônico de gravidez e parto” destinado às mulheres.

Na medida em que a nova realidade familiar alicerçava-se na intimidade e na maior afetividade entre seus membros, a mulher, no papel de mãe e esposa, torna-se responsável por abastecer de amor e cuidados filhos e marido. Uma vez que a criança passa a ser objeto da devoção materna e socialmente é revestida de grande importância por ser essencial na formação e fortalecimento dos novos Estados, uma nova atribuição é adicionada ao papel da mãe, qual seja, o de educadora. Rocha-Coutinho (1994) destaca que essa função educativa conferirá à mãe prestígio e reconhecimento social: “governando a criança, a mãe passa a governar o mundo. Sua influência estende-se, assim, da família à sociedade, e todos repetem que os homens são, na verdade, o que as mulheres fazem deles” (p. 37).

Para a perfeita adequação das mulheres a essas funções era necessário que estas se mantivessem puras e afastadas das tentações do mundo exterior. Abria-se, portanto, a prerrogativa do controle da sexualidade feminina em prol da preservação da família e a justificação do seu confinamento ao lar. Sob o disfarce da respeitabilidade, as mulheres eram mantidas alheias aos assuntos considerados perniciosos para sua reputação e, colocadas em um pedestal de adoração, ficavam impedidas de assumir posicionamentos divergentes do esperado. Deve-se acrescentar, ainda, que esses “cuidados” com a imagem feminina acabavam por transmitir para a sociedade e para as próprias mulheres um sentido de proteção a elas (Rocha-Coutinho, 1994).

O curso das transformações sociais, políticas e econômicas engendraram modos de funcionamento específicos para o *locus* de produção e de reprodução, impondo a cada um deles uma lógica própria. À mulher cabia a responsabilidade do ambiente privado do lar, incluindo além do cuidado com os filhos, o trabalho referente às tarefas domésticas. Ao homem, cabia o trabalho externo e remunerado, próprio à lógica capitalista em franca ascensão. Demarcava-se, portanto, uma nítida divisão entre o público e o privado. Quanto mais as mulheres se envolviam e se dedicavam ao perfeito funcionamento do lar e à primorosa educação dos filhos, mais se afastavam da possibilidade de ascender ao espaço público e a qualquer outra forma de realização pessoal.

De acordo com as idéias desenvolvidas por Rocha-Coutinho (1994), enquanto o espaço público regia-se por valores como racionalidade, inteligência e eficácia, o espaço privado regia-se pela afetividade. Para a autora, desenvolve-se, então, todo um processo de “naturalização” tanto de funções femininas quanto de características femininas que viabilizassem a realização de tais funções. Assim, atributos como docilidade, dedicação, abnegação e passividade agregam-se ao perfil esperado da mulher-mãe e, não-raro, passa-se a identificar feminilidade com maternidade. O discurso social articula uma estreita ligação entre a conformação biológica de cada um dos gêneros e sua perfeita adequação a cada um desses espaços. Configura-se, assim, a partir da biologia, uma justificativa convincente de diferença social e hierárquica que só irá se acentuar com o tempo.

Quando buscamos entender a força com que se estabelece a “naturalização” de papéis e de características femininas na trajetória de vida das mulheres, não podemos deixar de considerar que, ao lado dos interesses econômicos, políticos e sociais envolvidos na

configuração dos papéis de cada sexo, havia a poderosa influência do discurso científico, cada vez mais prestigiado, especialmente pelo saber médico em plena ascensão. Além disso, não se pode esquecer a influência do discurso filosófico, notadamente aquele representado por Rousseau, amplamente difundido e aceito como ideal de modelo social e, ainda, a influente retórica religiosa que tratava de regular a moral familiar e social.

Rocha-Coutinho (1994) nos chama a atenção para o fato de que a naturalização dos papéis destinados a homens e mulheres ocultava as relações de poder presentes nas relações entre ambos. Isso nos remete ao pensamento de Foucault (1979) que afirma que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder que funcionam com a utilização de estratégias e manobras táticas e também técnicas. O autor defende a idéia do poder pensado não como emanado de um ponto, mas como uma rede que permeia todo o corpo social. Sob a perspectiva de Foucault, o poder é concebido como algo que existe em relação, envolvendo forças que se chocam e estão em permanente tensão; existindo, no entanto, campo aberto para a possibilidade de rebelião ou insurgimento. Assim, quando se coloca o selo de “natural” em papéis e lugares sociais específicos para cada um dos gêneros, calam-se possíveis questionamentos quanto às desigualdades de poder entre eles.

Articulando as idéias de Rocha-Coutinho (1994) e de Foucault (1979), podemos supor que o caráter de naturalização imputado às funções e características femininas, bem como às masculinas, funcionaram como uma estratégia poderosa de consolidação e perpetuação da assimetria e hierarquia entre homens e mulheres. Uma vez estabelecido o que é “natural” a uma mulher, desviar-se desse estatuto implicaria em alto ônus a ser cobrado pela sociedade. Segundo Rocha-Coutinho, as mulheres passam a ser avaliadas a partir de seu sucesso ou fracasso na formação dos filhos e “se a sociedade estava de acordo em santificar a mãe admirável, a boa mãe, ela estava também de acordo em culpar e castigar a que fracassava em sua missão sagrada, a mãe má” (p. 38). É nesse sentido que o julgamento social assume grande relevância e passa a ser internalizado pelas mulheres gerando prazer, mas também muita culpa.

Quando se considera a importância do discurso, da linguagem na constituição das subjetividades, e neste caso, particularmente das subjetividades femininas, encontraremos no movimento pós-estruturalista a articulação de idéias que nos permite avaliar a extensão e implicação dessa dimensão na realidade social em questão. Conforme nos aponta Rangel

(2004), a Teoria dos Atos de Fala desenvolvida por J. L. Austin advoga que a linguagem é considerada parte ativa do acontecimento de interlocução, os atos de fala são considerados como uma ação, uma realização e sendo assim, “A linguagem humana, passa a ser constitutiva das práticas sociais e se constitui a partir delas” (p. 15). Seguindo essa linha de pensamento, se considerarmos que no discurso social hegemônico prevaleciam valores e interesses masculinos, é compreensível e mesmo esperado que a linguagem tenha condicionado as relações de poder de forma a assegurar a dominação masculina. A esse respeito Rocha-Coutinho (1994) acrescenta:

A linguagem constrói os significados sociais e, conseqüentemente, as práticas sociais. Através da codificação destes significados, a linguagem é tanto um mediador das relações interpessoais, quanto uma força na perpetuação destas relações. Ou seja, ela não apenas codifica diferenças de poder, como também serve de instrumento para reforçá-las (p. 53).

No sentido de ampliar nossa compreensão acerca da condição desigual e hierarquicamente inferior das mulheres, outros fatores podem ser adicionados às nossas considerações. Circunscritas ao universo doméstico, envolvidas com “o cuidar” dos outros, as mulheres vão se tornando especialistas em distanciarem-se de si próprias e a alienarem-se das oportunidades próprias ao espaço público regido por uma outra ordem de valoração. Como bem pontua Duran (1983), as mulheres, absorvidas com as obrigações do trabalho doméstico, acostumaram-se a não fazer contas das horas trabalhadas e a ignorarem a necessidade de descanso. Articulava-se, assim, todo um contexto favorável à implantação e cristalização da naturalização tanto da maternidade quanto da mulher dona-de-casa. O selo de “natural” acabou por imprimir aderência destas atribuições ao viver feminino e difundir a idéia de que são leis imutáveis, universais e atemporais.

Com base nas considerações aqui desenvolvidas podemos afirmar que o discurso social foi de tal forma bem articulado que conseguiu transformar algo da ordem da cultura em algo tido como absolutamente natural. De forma que, como destaca Rocha-Coutinho (1994), a naturalização de atributos e de papéis específicos para cada um dos sexos muito contribuiu para tornar invisíveis as desigualdades entre homens e mulheres.

Sob a perspectiva psicanalítica, Chodorow (1990) nos apresenta fundamentação de que a organização social do cuidado de filhos produz não apenas diferenciação de papéis como também a desigualdade entre os sexos. Segundo a autora, a divisão do trabalho por

sexos e a responsabilidade das mulheres com o cuidado de filhos estão estreitamente ligados a uma dominância masculina e geram essa dominância. Assevera que a reprodução da maternagem é elemento central e constituinte na organização e reprodução social do gênero. A autora alerta para a importância de se rever essa organização do cuidado de filhos, pois percebe aí um ponto fundamental que contribui para a reprodução do modelo que perpetua a desigualdade entre homens e mulheres.

Na análise tecida por Chodorow (1990), encontramos o argumento de que “as qualidades de cuidar de crianças são criadas em mulheres através de específicos processos sociais e psicológicos (...) e que essas qualidades podiam ser criadas em homens, se homens e mulheres cuidassem de filhos de modo igual” (p. 268). A autora reconhece que a teoria psicanalítica foi usada com o propósito de manter as mães em casa, uma vez que a estas era delegada a responsabilidade dos cuidados com os filhos. No entanto, defende a idéia de que o mais importante para a criança não é o cuidado exclusivo da mãe e que outras pessoas também podem proporcionar cuidados adequados. O fundamental é que este cuidado seja consistente e que a criança possa desenvolver aptidão para relacionar-se adequadamente com outras pessoas. Nesse sentido, a autora esclarece que “o cuidado infantil exclusivamente da mãe é nocivo tanto para a mãe como para a criança” (p. 268-269), uma vez que as mães em tais circunstâncias tendem a investir em demasia no relacionamento e dominá-lo.

Ao se fazer uma análise da dinâmica relacional das mulheres no contexto familiar e social parece evidente a existência de uma lógica contraditória a perpassar as vivências femininas. Valorizadas e importantes por um lado, mas destinadas a cumprir “um destino” traçado e imposto à revelia de suas próprias escolhas e expectativas. Estimuladas a se definirem como um ser para o outro, a serviço do outro, são tolhidas de possibilidades de se auto-definirem e se perceberem como seres autônomos e livres. Liberdade, que como bem nos lembra Maria Angeles Duran (1983), é a expressão da dignidade humana, de pensar, dizer, amar, escolher trabalho, de organizar-se.

Encontramos, no estudo desenvolvido por Duran (1983), a problematização de algumas questões que corroboram essa lógica contraditória quando a autora faz uma crítica política à economia doméstica, delineada a partir do recorte que se estabelece entre o domínio público e o privado. Duran destaca que as mulheres acostumadas ao trabalho solitário e incessante, vêm conjugadas as dimensões do trabalhar e do viver, ou seja, vivem onde

trabalham e trabalham onde vivem. Contudo, tal situação, que à primeira vista se reveste de um caráter de praticidade e facilidade, encobre condições extenuantes. Sem acesso a possibilidades de reivindicação de melhores condições de trabalho acabam muitas vezes transmutando essa impossibilidade em resignação e desenvolvendo um sentido perfeccionista ao seu labor de forma que lhes permita recobrar certa dignidade humana. Ou seja, intensificam sua dedicação como meio de escapar a um enfrentamento que lhes parece impossível. A autora acrescenta que o próprio trabalho doméstico traduz o caráter ambíguo que parece perpassar o universo feminino, como se verifica no trecho a seguir:

(...) por ser um trabalho de manutenção que se destrói quando se produz, mal permite visualizar sua acumulação e, como tal, perceber sua contribuição para a criação de riqueza e, menos ainda, ser trocado pelo resultado de outros trabalhos em outras unidades econômicas. Não é possível a troca, a objetivação por dinheiro, e nem sequer a permuta (p. 24-25).

Como podemos constatar, é um trabalho árduo, contínuo, sem direito a férias, descanso semanal, licenças, ou quaisquer outras vantagens e nem sequer possui o *status* de ser reconhecido como trabalho.

Beauvoir (1970), embora sob outro ponto de vista, também nos coloca diante da contradição que parece acompanhar a existência feminina ao se referir ao ato de fecundação como experiência radicalmente diferente para homens e mulheres. Para o homem, diz ela, nesse momento o espermatozóide que se faz veículo de sua transcendência, “desgarra-se de seu corpo e se torna estranho a ele; assim, o macho, no momento que supera sua individualidade nela se encerra novamente” (pp. 42-43). Para a mulher, o óvulo desprende-se, e ao ser penetrado por um gameta estranho, instala-se no útero. Ela carrega o feto no ventre e “habitada por um outro que se nutre de sua substância, a fêmea é, durante todo o tempo de gestação, concomitantemente ela mesma e outra” (Beauvoir, 1970, p. 43). Dessa forma, a individualidade feminina parece estar constantemente à prova, requerendo esforços permanentes de ajustamento a elementos externos a si mesma.

Considerando os argumentos aqui apresentados, não é difícil concordar que a maternidade tenha se tornado eixo estruturante da identidade feminina por séculos. Gostaríamos de salientar, no entanto, que embora essa condição tenha outorgado às mulheres um lugar social demarcado pela subordinação e inferioridade, formas alternativas e dissimuladas de poder e controle foram desenvolvidas pelas mulheres em relação aos filhos e

marido. O lar configurou-se, mais uma vez, palco onde a ambigüidade comparece no jogo de poder entre os gêneros ainda que de forma indireta e compensatória. Na base do “jeitinho” e da diplomacia as mulheres exercitavam a manipulação e controle sem que assim parecesse aos olhos daqueles que as rodeavam (Rocha-Coutinho, 1994).

Sendo o lar *locus* de poder, ainda que nas condições acima mencionadas, não é de admirar que existam para as mulheres dificuldades em abrir mão do poder e controle que por tanto tempo exercitaram no âmbito familiar. Estaremos abordando essa questão com maior profundidade quando analisarmos o equacionamento empreendido pelas mulheres na conciliação do transitar entre a esfera privada e a pública.

Embora muitas mulheres tenham se adequadamente e mesmo se realizado vivendo em conformidade com o que era preconizado pelas normas sociais, muitas outras ousaram não se ajustar, ousaram denunciar um certo mal-estar que as rondava e, inevitavelmente, tiveram que lidar com a culpabilização, com a pressão social e com as patologias advindas das condições adversas às quais estavam submetidas. Segundo Rocha-Coutinho (1994), “a crise dos nervos”, muito comum a essas mulheres, funcionavam como uma válvula de escape a revelar os abusos sofridos e sufocados pela moral reguladora da existência social e emocional das mulheres.

A esse respeito Rocha-Coutinho (1994) acrescenta que, na impossibilidade de admitirem para si mesmas sentimentos contraditórios e vergonhosos aos olhos da sociedade, muitas vezes expiavam a culpa dedicando-se à perfeição da dedicação ao lar. Na análise da autora, essa estratégia talvez explique a mensagem dupla e contraditória muitas vezes passadas às filhas: almejar um trabalho e profissão como forma de libertação dessa situação opressora, mas ao mesmo tempo zelar pela família através da mais sublime das vocações: a maternidade.

Neste ponto, gostaríamos de salientar que se a psicanálise tratou de recomendar a permanência das mulheres no ambiente doméstico contribuindo para a manutenção de uma situação desfavorável a elas em muitos aspectos, também reconhecemos seu papel pioneiro e libertador ao dar voz ao sofrimento feminino e, conforme nos esclarece Kehl (2002), participar de forma decisiva na desconstrução da convicção burguesa de que às mulheres bastava a segurança de um casamento e a realização de ter filhos. Segundo a autora,

Surge a mulher sujeito de um desejo cuja satisfação está além da aposta no casamento e na maternidade. Surge a figura da mulher sexuada, feminina, sedutora, mas não necessariamente destinada à maternidade. (...) Surge a mulher que não é mãe, ao mesmo tempo em que já deixou de ser filha. Capaz de desenvolver capacidades sublimatórias e participar, ao lado dos homens, na construção das obras da cultura e na constante renovação do laço social (p. 16).

Ao lado dos avanços que aos poucos se delineavam em torno da condição feminina, e paralelo às lutas e conquistas empreendidas pelas mulheres, o mito do instinto e amor materno atravessou com vigor os séculos XVIII e XIX e será apenas na década de 1940 que Simone de Beauvoir se recusará sistematicamente a definir a mulher por sua maternidade, e quase meio século se passará até que na década de 1980, Badinter (1985) polemizará a questão do amor materno ao afirmar que este não é inato, mas construído ao longo da convivência entre mãe e filho. A autora percebe o humano como ser histórico e dotado da faculdade de simbolizar e vê na mulher um ser no qual o inconsciente predomina sobre os aspectos puramente hormonais. Em suas palavras: “(...) sabemos que a amamentação no seio e os gritos do recém-nascido estão longe de provocar em todas as mães as mesmas atitudes” (p. 16).

Badinter (1985), no entanto, nos alerta para o fato de que embora o conceito de instinto tenha perdido o prestígio que por tanto tempo o acompanhou, continua-se a pensar que o amor de mãe em relação ao filho é de tal magnitude e universalidade que a ilusão do amor materno incondicional ainda é uma premissa básica no que concerne à maternidade. É fato que os movimentos feministas da década de 1960 trouxeram à tona novos valores, novas ideologias que contribuíram para alterar radicalmente a condição feminina. É inquestionável que a maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho e o surgimento dos contraceptivos tenha outorgado à maternidade a possibilidade de ser uma escolha livre e racionalizada para uma certa camada de mulheres, livrando-as do caráter compulsório da maternidade. Contudo, concordamos com Biasoli-Alves (2000) quando diz que embora a imagem da mulher tenha adquirido novos contornos, fazendo dela um ser em construção na busca de desenvolvimento e de realização de suas potencialidades, as continuidades referentes a formas tradicionais e secularmente referendadas permanecem em cena.

Embora nos dias atuais os relacionamentos afetivos estejam assumindo uma multiplicidade de formas e de novos arranjos, e a maternidade venha sendo planejada, adiada ou ainda questionada, é incontestável que continua fazendo parte dos sonhos e desejos de grande número de mulheres. A permanência da maternidade como eixo estruturante da

identidade feminina na contemporaneidade traz, no entanto, novas e inusitadas significações. Não podemos deixar de considerar aspectos levantados por Badinter (1985) quando polemiza o mito do amor materno e desestabiliza os alicerces teóricos e ideológicos em voga ao revelar as diversas faces da maternidade. A autora problematiza o tema e afirma que, ser boa mãe é apenas uma realidade entre outras possíveis. Além disso, coloca em discussão a fragilidade e imperfeição desse sentimento humano sujeito a oscilações, incertezas e incongruências.

Em pesquisa realizada com jovens mulheres universitárias da classe média carioca, com idade entre 18 e 28 anos, Rocha-Coutinho (2000) encontrou dados que evidenciam que o desejo de ser mãe ainda se configura como “essência da condição feminina” (p. 74). Somos levados a acreditar que embora não ocupe mais o status de principal eixo norteador da identidade feminina, o desejo de ser mãe continua a gozar de grande valor simbólico na construção da subjetividade das mulheres. Encontramos no cenário social contemporâneo casos recorrentes em que a mulher, ainda que não opte ou não se disponha a manter um relacionamento conjugal estável, não abre mão de realizar-se como mãe. Muitas acabam assumindo, sozinhas, a responsabilidade de trazer ao mundo um filho, e recorrem às chamadas “produções independentes” como forma de concretização do desejo.

Um fato interessante a ser levado em conta é o resultado de pesquisa realizada por Féres-Carneiro e Ziviani (2009) em finais dos anos 1990 com casais homossexuais, no que se refere ao desejo de ter filhos:

Enquanto a maior parte dos homens diz não pretender ter filhos, no discurso da maioria das mulheres aparece o desejo de ter filhos, independente da maneira de concebê-los. Assim, (...) parece permanecer mais forte nas mulheres, mesmo entre as homossexuais, o desejo de ter filhos (p. 87-88).

A permanência da maternidade como dimensão privilegiada do “ser mulher” na atualidade também pode ser verificada em pesquisa empreendida por Rocha-Coutinho (2009) sobre um fenômeno recente, ainda pouco comum, mas presente nas camadas médias e altas do Rio de Janeiro: a chamada “volta ao lar” de mulheres, que com a chegada de filhos vêm abrindo mão de um investimento maciço em suas carreiras profissionais para melhor cuidarem de seus filhos. A autora lança questionamentos acerca do que estaria influenciando tal comportamento e nos instiga a uma investigação mais profunda. Além disso, reforça a idéia de que para as mulheres dos tempos atuais, “uma das questões mais complexas,

problemáticas e conflitantes continua a ser a maternidade, particularmente sua articulação com uma carreira e profissão” (p. 230).

Da mesma forma que se tem confirmado a permanência da maternidade na vida das mulheres como algo importante e significativo, estudos também trazem a emergência de novas realidades referentes a essa dimensão da vida. Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), ao investigarem novas possibilidades ligadas à maternidade, como por exemplo, a decisão de adiá-la, ou mesmo de não ter filhos entre mulheres de classe média na cidade do Rio de Janeiro, verificaram que existe um processo de mudança na sociedade caracterizando uma desconstrução de antigos determinismos sociais. Constataram entre suas entrevistadas que é possível o sentimento de realização como mulher sem passar obrigatoriamente pelo imperativo de ser mãe. No entanto, como em todo processo de mudança, coexistem conquistas e maiores facilidades com dificuldades e resistências (pressões sociais) de toda ordem. Assim, observaram que embora as mulheres já encontrem condições de sustentarem uma escolha no que se refere à maternidade, é comum escutarem expressões depreciativas tais como: “coitada” ou, “fulana tem algum problema”, que denotam a persistência de uma ordem social tradicional arraigada nas subjetividades tanto de homens como das próprias mulheres.

Acreditamos que, de uma forma geral, as mulheres vivem um período de travessia não apenas no que tange à maternidade, mas em múltiplas dimensões de suas vidas. Lipovetsky (2000) nos fala da emergência de uma nova ordem social na qual teria lugar uma “terceira mulher”, diferente da “primeira mulher”, diabolizada e desprezada, e diferente da “segunda mulher”, idealizada e instalada em um trono. Para o autor, a “terceira mulher” teria maior autonomia em relação à influência tradicional exercida pelo poder hegemônico sobre as definições e significações imaginário-sociais do que seja “ser mulher”. Segundo o autor, as mulheres estariam pela primeira vez experimentando “uma era de imprevisibilidade e de abertura estrutural” (p. 237). Reconhece que, embora ainda não compartilhem de forma igualitária com os homens do poder político e econômico, sem dúvida, as mulheres conquistaram o poder de governar a si próprias.

Tal período de travessia inclui interrogações, reflexões, dilemas, perplexidades quanto a um passado vivido, um presente acolhido e um futuro a ser inventado. Nesse sentido, o pequeno trecho de Miguel Wisnik citado por Jacobina (1998), pode, de certa forma, ilustrar algo desse percurso.

Só quem atravessa é que sabe o segredo de algo que é vivido de maneira singular, constelações que não estão codificadas pela cultura e pela sociedade, puras singularidades (p. 146).

Ancorados no pensamento de Picanço (2005), podemos afirmar que não há dúvidas de que experimentamos na atualidade um processo de descolamento de valores mais tradicionais sobre o “ser homem” e o “ser mulher”. No entanto, acreditamos que isso não significa necessariamente que se almeje tão simplesmente uma postura dita “mais moderna”, mas sim um equilíbrio mais justo, mais realizador, mais efetivamente escolhido.

4.2 – Trabalho: que lugar ocupa na vida das mulheres?

O trabalho na qualidade de fonte de *status*, autonomia, independência financeira e, conseqüentemente, poder, assume caráter de suma importância na vida adulta. Além disso, constitui-se valioso veículo de estabelecimento de relações sociais, validação da competência relacional, bem como promotor da capacidade de consumo. Assim, figura como dimensão fundamental na constituição das identidades e da auto-estima (Diniz, 2004).

Araújo e Scalon (2005), sociólogas brasileiras estudiosas do tema gênero e trabalho, propõem três perspectivas para se pensar o significado do trabalho na sociedade contemporânea: Primeiro, como “fonte de realização pessoal que pode conferir *status* e constituir elemento de afirmação econômica”; segundo, em sua dimensão instrumental como “elemento de apropriação da autonomia dos indivíduos, na qual a *realização* torna-se secundária e a *necessidade econômica*, imperativa”; e terceiro, como “elemento que permanece central na constituição das identidades dos indivíduos” (p. 19).

Deve-se considerar, no entanto, que o trabalho, embora seja importante elemento constitutivo das identidades dos sujeitos na contemporaneidade, assume diferentes significados e desdobra-se em conseqüências diversas na vida de homens e mulheres. Segundo Araújo e Scalon (2005), as possibilidades de realização no âmbito do trabalho diferem para homens e mulheres. Enquanto para os homens o acesso ao mundo do trabalho é naturalizado, considerado até mesmo um imperativo e a realização nessa esfera seja uma etapa “natural” de seu desenvolvimento adulto, as possibilidades de satisfação das mulheres são mediadas pelas condições familiares, favoráveis ou não. Ou seja, não são apenas os fatores externos, próprios ao mundo do trabalho que contam, as mulheres permanecem condicionadas à “domesticidade” de suas relações.

Vale salientar que embora com diferentes significados na vida de homens e mulheres, de acordo com Araújo e Scalon (2005), nas sociedades capitalistas, o trabalhar ou não trabalhar, implica em poder figurar como consumidor, o que confere pertencimento a uma sociedade que se caracteriza cada vez mais pelo poder de aquisição, além de proporcionar *status* social.

Um ponto de partida para reflexões sobre essa importante dimensão da vida pode ser a afirmação de Gardey (2003) “As mulheres sempre trabalharam”. A despeito da década de 1960 ter se tornado “o referencial” que marca uma reviravolta na situação das mulheres frente ao mercado de trabalho, este sempre fez parte de suas existências. A questão que se coloca é o sentido atribuído ao trabalho feminino, pelas próprias mulheres e pela sociedade de forma geral e, além disso, a forma como as categorias habituais de análise econômica e social têm lidado com essa esfera da vida. Nas palavras de Perrot (2005):

A valorização abusiva mas significativa do trabalho ‘produtivo’ no século 19, erigiu como únicas ‘trabalhadoras’ apenas as assalariadas e relegou à sombra de auxiliares conjugais as lojistas e as camponesas, chamadas mais tarde de ‘auxiliares de família’, e, mais ainda, as donas de casa, aquelas mulheres majoritárias e maiores, sem as quais a sociedade industrial não teria podido se desenvolver. (p. 241).

Nesse sentido, torna-se pertinente um olhar mais cuidadoso no que tange ao trabalho da mulher dona-de-casa. Duran (1983) nos alerta para o fato dos teóricos da mudança social não creditarem muita importância a esse seguimento social tão fundamental para a manutenção dos próprios alicerces da sociedade capitalista. Segundo a autora, essa sociedade baseia-se no pressuposto econômico da existência de uma reserva inesgotável e gratuita de trabalho doméstico feminino.

Vale ressaltar que até meados dos anos 1980 as estatísticas oficiais no levantamento de dados censitários não consideravam o trabalho da dona-de-casa como atividade econômica; estas eram classificadas como economicamente inativas, juntamente com estudantes, aposentados, doentes e inválidos e aqueles que vivem de renda (Bruschini, Ricoldi & Mercado, 2008).

Como destacamos em momento anterior, o processo de industrialização, juntamente com os valores e normas colocados em ação pela Revolução Burguesa do século XVIII, delimitaram os espaços e domínios público e privado tornando-os apartados e regidos por lógicas bem diferenciadas. Ao mundo público, couberam as atividades de produção

destinadas aos homens e, ao mundo privado, as atividades ligadas à reprodução e manutenção da família, destinadas às mulheres. Nesse sentido, Cruz (2005) faz uma observação pertinente: “Se o conceito de produção não parece levantar dúvidas, o de reprodução, ao contrário, mostra-se desde logo polissêmico, surgindo distintas maneiras de pensar a relação entre ambos” (p. 43).

Se as atividades realizadas no ambiente público eram, desde então, valorizadas, remuneradas e acompanhadas de critérios objetivos de mensuração, as atividades realizadas pelas mulheres estavam pautadas por critérios subjetivos de avaliação e “remuneradas” na forma de elogios e reconhecimento moral. Embora suas atribuições fossem exercidas em tempo integral e de forma incondicional, nenhuma vantagem objetiva pertencente ao mundo do trabalho externo se estendia à condição de trabalhadora no domínio privado e de partícipe do desenvolvimento econômico da sociedade. As mulheres, envolvidas nessa dinâmica relacional, distanciaram-se cada vez mais dos próprios desejos e de tudo que se referisse a elas próprias. Tornaram-se, assim, artesãs da própria invisibilidade social.

A década de 1960 configurou-se, com certeza, como um marco importante na mudança das condições femininas. Como nos lembra Badinter (1986), nessa época uma outra revolução varreu o mundo ocidental, pondo fim àquela do século XVIII. A procriação mais uma vez era alvo de discussões e debates. Contudo, nesse momento, o que se colocava em questão era o controle da fecundidade por parte das mulheres graças à descoberta dos contraceptivos. Desestabilizava-se, assim, o jogo de poder antes marcadamente nas mãos masculinas. Os ideais libertários embalados pelos movimentos feministas, a maior escolarização das mulheres, assim como sua maciça entrada no mercado de trabalho tornavam-se parte de um rol de transformações que atravessaram as relações sociais.

Sorj (2005) destaca que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres casadas, não se explica apenas pela questão da necessidade financeira. Deve-se levar em consideração que boa parte das mudanças culturais valorizam a independência e a autonomia das mulheres, estimulando-as ao trabalho. No entanto, as vivências femininas na busca de interação entre o universo público e o privado são, irremediavelmente, atingidas por uma lógica paradoxal – ao tempo em que a sociedade valoriza o investimento profissional e intelectual das mulheres e sua participação financeira

no orçamento familiar, também cobra muito mais delas tempo, cuidado e dedicação aos filhos, principalmente quando estes são pequenos.

Cabe fazer uma observação sobre a questão do “cuidado” como atributo de valorização moral das mulheres e como reforço à feminização. Araújo e Scalon (2005) nos apresentam a seguinte definição de “cuidado”: “provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas” (p. 22). As autoras argumentam que ao ser atribuído e esperado das mulheres, o “cuidado” deixa de ser analisado como atividade constitutiva da vida social e, conseqüentemente, das relações sociais e assim perderia sua dimensão de elemento de interesse social. Alegam que dessa forma as mulheres são prejudicadas, uma vez que se tornam as principais responsáveis por algo que é necessário e constitutivo das interações sociais, algo que demanda tempo, energia e investimento, configurando-se como mais uma atribuição a ser cumprida.

Nesse sentido, pode-se acrescentar que o cenário contemporâneo estimula o processo de individuação dos indivíduos, mas ao mesmo tempo imputa-lhe riscos e incertezas crescentes (Giddens, 1993). O lar, e mais especificamente as relações familiares, tendem a concentrar, então, elevadas expectativas com relação a afetos e autenticidade. Para as mulheres, essa realidade assume contornos contraditórios, uma vez que, inseridas numa esfera de competitividade e de busca de eficiência no mercado de trabalho, são estimuladas ao desenvolvimento de autonomia e ao exercício de escolhas. Ao mesmo tempo, vinculadas à imagem de cuidadoras e de “seres emocionais”, mantêm-se responsáveis pelo abastecimento emocional de suas famílias, o que gera sobrecarga de responsabilidades e cobranças que nem sempre podem ser atendidas. Na qualidade de referente afetivo familiar, as mulheres vivenciam tensões que irão repercutir na constituição de suas subjetividades, assim como no seu desempenho na esfera pública, e ainda, na sua saúde física e mental.

Não se pode negar que o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho configura-se em uma das transformações sociais mais marcantes ocorridas no país desde a década de 1970 (Goldenberg, 2000). Em pesquisa realizada nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil abrangendo a última década do século XX e os primeiros anos do século XXI, foi traçado um panorama sobre a atual situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro (Bruschini, Ricoldi & Mercado, 2008). Os dados do estudo apontaram para a existência de

progressos, mas também de atrasos no que se refere a essa realidade, como se pode verificar no trecho a seguir:

(...) de um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que vem ocorrendo desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do emprego feminino; de um lado, a conquista de bons postos e o acesso a carreiras e profissões de prestígio por parte das mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio de trabalho feminino em atividades precárias e informais (p. 15).

O estudo acima referido nos fornece outros dados relevantes: verificou-se que a população economicamente ativa (PEA) feminina aumentou consideravelmente no período 1995-2005, e que no ano de 2005, mais da metade da população feminina trabalhou ou procurou trabalho. Constatou-se ainda, visíveis transformações no perfil da força de trabalho feminino da década de 1970 para os dias atuais, passando de uma condição de maioria jovem, solteiras e sem filhos para mais velhas, casadas e mães. Bruschini e cols. (2008) trazem alguns percentuais importantes: “Em 2005, a maior taxa de atividade feminina, 74%, é encontrada entre mulheres entre 30 a 39 anos, seguida de 69% de 40 a 49 anos e de 54% de 50 a 59 anos” (p. 18).

A despeito das importantes conquistas e progressos empreendidos pelas mulheres no campo do trabalho, um fenômeno se faz presente e denuncia a precariedade que ainda faz parte da realidade vivida pelas mulheres brasileiras: a *feminização da pobreza*. Em torno de 70% das brasileiras exercem atividades de baixa remuneração, baixo prestígio social, sem qualificação profissional e sem proteção trabalhista ou previdenciária (Goldenberg, 2000).

A situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho não diz respeito apenas à realidade brasileira. Em estudos comparativos internacionais entre o mundo do trabalho de países como Brasil e França, Hirata (2003) afirma que existem muitos pontos de convergência entre os dois países no que se refere às condições de mercado de trabalho para homens e mulheres, embora existam diferenças estruturais entre os dois países. A autora esclarece que tal comparação se torna possível devido à emergência de situações como crise econômica e desemprego em massa na França, assim como aparecimento de novas categorias de trabalhadores mais instáveis que aproximaram a realidade dos dois países. Assim, reafirma o aumento da atividade feminina nos últimos trinta anos – mais de 47% no final da década de 1990, tanto no Brasil como na França. Esclarece, ainda, que essa cifra chega a atingir 80%,

entre as mulheres de 25 a 49 anos. Hirata verifica similaridade entre a taxa de desemprego masculina e feminina, sendo o desemprego feminino maior nos dois países, realidade que, segundo a autora, se repete em dois terços dos países avançados capitalistas. Além disso, confirma a existência de maior precariedade e vulnerabilidade no emprego por parte das mulheres.

Hirata (2003) conclui que persiste no panorama mundial uma flagrante injustiça quando se comparam os salários, as condições de trabalho e de emprego das mulheres em todo o mundo aos níveis de escolaridade, formação e qualificação que elas atingiram. Acrescenta que “Na realidade, embora mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento hoje das fronteiras do masculino e do feminino deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino” (p. 20). A autora pondera que enquanto ficar exclusivamente a cargo das mulheres o esforço de conciliar vida familiar e vida profissional, trabalho assalariado e trabalho doméstico, não estarão ameaçadas as bases que sustentam a divisão sexual de trabalho.

Embora o capitalismo moderno e a economia de mercado não façam distinção entre homens e mulheres como forças de trabalho, estudos na área como os realizados por Cruz (2005) revelam que a condição de gênero influencia na seletividade no mercado de trabalho, bem como na condução de práticas que perpetuam a assimetria e hierarquia entre os gêneros. Maruani (2003) destaca que embora a legislação sinalize um movimento no sentido de corrigir as desigualdades estruturais no mercado de trabalho, a prática cotidiana denuncia outra realidade:

Sabe-se que essas leis não funcionam, que elas não impedem nem a discriminação na contratação nem as desigualdades de salário e de carreira, e que a vontade de igualdade de oportunidade só existe no papel. O balanço dessas leis é conhecido por todos, mas nada foi feito para modificar, transformar ou, mais simplesmente, aplicar os dispositivos legislativos e regulamentares (p. 24).

Maruani (2003) deixa claro que embora se reconheça o valor dos progressos obtidos nas relações entre os sexos no que concerne ao mercado de trabalho, os estudos atuais devem buscar “romper com a indiferença às diferenças, de rejeitar a tolerância social às desigualdades, de sair da invisibilidade que a sustenta” (p. 27). Nesse sentido, mostrar as desigualdades é tentar torná-las ilegítimas.

É inegável que o processo de feminização do trabalho assalariado configura-se em uma mutação social de grande importância; no entanto, não se pode perder de vista que subsistem elementos mantenedores das desigualdades entre os sexos que precisam ser detectados e desarticulados. Nesse sentido, Maruani (2003) percebe que estamos em um momento decisivo em que as disparidades, impasses e dificuldades podem estimular soluções menos onerosas a uma das partes, no caso as mulheres. Segundo a autora, vivemos “um período de contrastes e de paradoxos, de progressos evidentes e de regressões impertinentes, de movimentos e de ventos contrários cujo resultado ainda se avalia mal” (p. 23).

Entre os avanços que se fazem presentes no campo do trabalho feminino, podemos destacar a diminuição das diferenças salariais entre homens e mulheres, a feminização de algumas profissões masculinas sem que ocorresse sua desvalorização e a possibilidade de carreiras menos estagnantes para muitas mulheres. Contudo, quando se avalia que atualmente as mulheres são globalmente mais instruídas que os homens, conclui-se que muito ainda precisa ser feito para tornar mais equitativa a situação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Maruani (2003), ao se referir às conquistas empreendidas pelas mulheres no espaço público nos últimos trinta anos, salienta que se tratam de mudanças que não se configuram como rupturas - são brechas decisivas, porém não definitivas. A autora enfatiza que o processo de feminização do mercado de trabalho é uma realidade, mas ainda inacabada.

Picanço (2005) ilustra um pouco a diversidade e complexidade da tessitura social atual quando nos apresenta os resultados do *survey* “Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada” - realizado com dois mil indivíduos - 984 homens e 1.016 mulheres. Tal estudo combinou dados quantitativos relativos à desigualdade de gêneros a dados qualitativos referentes às representações sociais sobre a mulher e o homem dentro e fora do trabalho. Verificou-se que, a despeito da maciça participação feminina no mercado de trabalho, fato que se desdobra em significativa parcela de mulheres co-provedoras e provedoras, ainda está muito ativa a representação social do homem provedor. A autora constata que, estar incluída no mercado de trabalho, leva as mulheres a considerarem mais a possibilidade de conciliação entre trabalho e maternidade, independentemente da fase do ciclo de maternidade que estejam vivendo, ao invés de optarem por escolhas excludentes entre uma e outra esfera de atuação.

A partir da análise de dados do *survey* acima referido, Picanço (2005) faz algumas interessantes observações. Primeiro, a autora destaca que a aceitação e estímulo conferidos

pelos homens à participação feminina na renda familiar parecem estar muito mais ligados à necessidade econômica para a manutenção da família do que propriamente a um descolamento da representação tradicional dos papéis sexuais. Segundo, constata que a representação de mulher na figura da mãe dedicada aos filhos, parece ser bastante imperativa para as próprias mulheres, assim como a idéia de que o ingresso no mercado de trabalho prejudica a vida familiar.

Sorj (2005), fazendo uso dos dados do mesmo *survey* “Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada”, apresenta perspectiva analítica quanto a tendências de homens e mulheres sobre percepção das desigualdades relativas à divisão sexual do trabalho e verifica que muitas desigualdades continuam não sendo vistas como injustas. No estudo, fica visível que ainda desfruta de legitimidade a percepção de que aos homens e às mulheres correspondem esferas de ação distintas. O estudo traz os seguintes dados: 52,4% dos homens e 45,1% das mulheres concordam com a seguinte assertiva: “o trabalho do homem é ganhar dinheiro e o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”. A autora destaca a surpreendente constatação de que, mesmo entre as mulheres, é alto o percentual de concordância com essa afirmativa, tendo em vista os consideráveis avanços obtidos pelas mulheres na esfera da atuação pública. Sorj sugere que tal resultado sinaliza para o poder de influência das ideologias patriarcais no país e seu nível de enraizamento entre as mulheres.

Cabe ressaltar que a valorização e autoridade da figura masculina, base sob a qual se assentam os fundamentos do patriarcado, encontra-se, sob a perspectiva de Cruz (2005), disseminada na cultura, nos valores, nas regras de comportamento, nos estilos de comunicação e também na institucionalização de normas sancionadas pela cultura. A autora, recorrendo ao pensamento de Saffioti, que percebe a ideologia patriarcal como substancial ao desenvolvimento do capitalismo, identifica o patriarcado como “sistema sexual de poder e organização hierárquica masculina da sociedade, que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho” (p. 40). No esforço de compreender as resistências e dificuldades que persistem entranhadas nas subjetividades dos indivíduos, não é demais lembrar que a realidade brasileira pauta-se, nas palavras de Cruz, “por um passado marcado por padrões de relacionamentos autoritários, reforçados pela herança dos regimes militares, o que provavelmente contribui para dificultar a construção de práticas em que as relações democráticas se apresentem como características predominantes” (p. 28).

Voltando ao estudo empreendido por Sorj (2005), outras tendências se revelam quanto à percepção das desigualdades relativas à divisão sexual do trabalho. Apesar da diferenciação entre esferas de ação de homens e mulheres, fica evidente uma grande valorização ao aporte financeiro das mulheres na renda familiar; 92,4% dos homens e 93,6% das mulheres concordam que homens e mulheres devem contribuir para a renda familiar. No entanto, quando perguntados sobre a maior participação dos homens nas tarefas domésticas, a porcentagem não é tão expressiva: apenas 66,9% dos homens e 79,7% das mulheres concordam com a assertiva “os homens deveriam assumir mais trabalhos domésticos do que fazem”. Ou seja, enquanto a participação feminina no âmbito do trabalho encontra-se legitimada e estimulada, a contrapartida na direção oposta em que o homem assuma mais as tarefas domésticas parece não ter a mesma acolhida.

Aos resultados apresentados por Sorj (2005) podemos acrescentar as considerações de Miranda-Martins (2006) ao investigar a dinâmica dos casais de dupla carreira, entendidos como aqueles em que ambos trabalham fora em tempo integral. A autora verifica que existe uma distância entre o que é articulado pelo discurso do casal, muitas vezes intitulado “moderno”, e o que na vida cotidiana efetivamente se realiza. Segundo a autora, embora muitos maridos estimulem e valorizem o trabalho remunerado de suas esposas, essa postura está condicionada à capacidade de conciliação que a mulher consegue fazer entre a dedicação ao trabalho remunerado e à atenção dispensada ao domínio familiar, ainda visto como prioritariamente feminino. Mesmo aqueles maridos que se dispõem a compartilhar das tarefas domésticas o fazem sob a chancela de estarem dando “uma ajuda” a suas parceiras. Verifica, ainda, que as esposas experimentam níveis mais altos de conflito que seus maridos no que tange à conciliação trabalho/família e que o acúmulo de tarefas afeta, de forma intensa, o nível de ansiedade destas mulheres, o que se revela na constância com que se reportam a termos como: estresse, sobrecarga, cansaço, tensão e saúde, por exemplo.

Embora a legitimidade do modelo tradicional da divisão sexual do trabalho venha sendo questionada nas últimas décadas e, importantes mudanças estejam ocorrendo na configuração dos papéis sexuais em função das atuais práticas econômicas e políticas, bem como da maior escolarização das mulheres e sua crescente participação no mercado de trabalho, ainda não foi possível realizar nas práticas cotidianas o que vem sendo apregoado como ideal igualitarista da retórica contemporânea.

Podemos vislumbrar, no entanto, sinais de mudanças que podem alterar as estruturas que sustentam essa dinâmica de funcionamento desigual e mesmo cruel entre homens e mulheres. Mourão e Galinkin (2008) apontam para transformações nas representações sociais ligadas ao mundo do trabalho assalariado ao estudarem equipes de mulheres que estão ocupando elevados postos no Serviço Público Federal brasileiro. As autoras informam que a atuação das mulheres vem crescendo nas posições de liderança em micro e pequenas empresas chegando, em 2005, a representar 46% do total de empreendedores brasileiros. Contudo, enfatizam que os altos cargos nas grandes corporações ainda se encontram muito restritos ao domínio masculino e apenas 6% dos cargos de chefia nas maiores empresas brasileiras são ocupados por mulheres. Esclarecem que é na esfera pública que as mulheres encontram maiores chances de ocupar postos de trabalho e cargos de chefia, uma vez que sendo a contratação via concurso público diminuem as possibilidades de posturas discriminatórias contra elas.

Mourão e Galinkin (2008) chamam a atenção para o fato de que a crescente participação das mulheres, tanto no setor público como no privado (empresarial), inclusive em cargos de chefia, pode estar contribuindo para uma significativa alteração nas representações sociais sobre gerenciamento, criando o “estilo feminino de administração”, que inclui um processo mais participativo, de compartilhamento de poder e de informação e que privilegia o desenvolvimento da auto-estima das pessoas. Essa forma de gerenciar, segundo as autoras, tem sido usada para fazer frente às mudanças tanto na sociedade como nas organizações e também para lidar com as relações de trabalho que se complexificam neste contexto. A partir de tal indicativo, podemos supor maiores possibilidades de mudanças na configuração da divisão sexual do trabalho em diferentes dimensões de atuação; uma vez que a implantação do “estilo feminino de administração” contribui para consolidar novos valores na esfera que tradicionalmente tem apresentado maior poder de influência na vida das pessoas.

Embora sinalizem uma tendência atual de avanço no sentido de transpor as limitações desenhadas por séculos de assimetria e hierarquização entre homens e mulheres no que se refere ao mundo do trabalho, Mourão e Galinkin (2008) reconhecem que mesmo as mulheres possuindo níveis educacionais mais elevados e muitas vezes apresentando melhores qualificações profissionais que os homens, elas encontram dificuldades em alcançar reconhecimento para suas equipes. As autoras afirmam que é necessário que as mulheres

trabalhem com muito mais afinco e que apresentem resultados superiores aos dos colegas homens para garantirem suas posições na organização. Ou seja, é exigido das mulheres um desempenho com nível de excelência para que possam galgar e assegurar melhores cargos em suas carreiras.

Picanço (2005) traz a idéia de que problematizar a divisão sexual do trabalho possibilita ampliar os modos de pensamento e propiciar novos e/ou outros diagnósticos do fenômeno no sentido de melhor compreensão das mudanças e das permanências presentes na prática cotidiana. Losada e Rocha-Coutinho (2007) alertam para o fato de que corremos o risco de nos tornar repetitivos ao retomar questões já amplamente analisadas e debatidas quando nos referimos à historicidade do processo constitutivo do feminino. Contudo, enfatizam que se considerarmos que o cenário contemporâneo apresenta-se prenhe de tensões, contradições, conflitos e desafios, não podemos nos furtar de incansavelmente buscar desvelar no tom de familiaridade e naturalidade que habitam o cotidiano, elementos que sustentam continuidades e outros que estimulam rupturas na organização social.

O contexto histórico-social na atualidade oferece-nos múltiplas, diferentes e contraditórias realidades. Losada e Rocha-Coutinho (2007), em estudo que investigou como pequenas empresárias do estado do Rio de Janeiro percebem a atividade profissional, colocam em evidência pontos interessantes. As autoras pontuam que ter uma profissão insere-se como algo que já faz parte de um desenvolvimento “natural” das mulheres e que não é simplesmente uma escolha que se coloca na idade adulta. Além disso, acrescentam que parece existir “uma força ideológica que ‘empurra’ a mulher para o mercado de trabalho a qualquer custo”, concomitante com a percepção de que permanecer em casa significa “desperdício de talento e uma perda de tempo” (p. 498).

Com base nas colocações de Losada e Rocha-Coutinho (2007), supomos que os novos paradigmas que norteiam as sociedades pós-modernas, ou pós-industriais e, que reconhecem na individualidade, autonomia, liberdade e independência valores supremos da contemporaneidade, contribuem para valorizar cada vez mais a esfera pública e privilegiar atributos como flexibilidade, mobilidade, dinamismo, dentre outros. Nesse sentido, o envolvimento com o espaço privado do lar parece não só dificultar o acesso ao mundo de oportunidades e de infinitas novidades que se renovam a cada instante, como também impor uma dinâmica de funcionamento que restringe, isola, impõe rotinas e exige certa estabilidade.

Na fala de suas entrevistadas, as autoras percebem um tom de desqualificação na condição de dona-de-casa, como a associação que é feita entre “viver para o lar” e “viver para e na sombra do outro” e a “esquecer-se de si e dos seus talentos”. Relatam, ainda, a associação que por vezes é feita com a idéia de que ficar em casa significa “não fazer nada”.

Na medida em que as atividades referentes à esfera doméstica continuam a desfrutar de pouca valorização e reconhecimento, tanto por homens como pelas próprias mulheres, fica difícil imaginar condições favoráveis para negociação em que a outra parte envolvida, no caso os homens, se interesse em assumir algo que é tido como um fardo. Acreditamos que a acentuação da conotação negativa vinculada aos valores que perpassam o mundo doméstico só dificulta maior flexibilização nas fronteiras que demarcam lugares e funções sociais percebidos como ilegítimos e injustos.

Araújo e Scalon (2005) reconhecem que as transformações no âmbito de gênero apresentam-se mais resistentes a mudanças, quer seja no que toca as relações de poder, quer seja no diz respeito às atribuições relativas aos papéis sexuais. No entanto, as autoras observam que as transformações que ocorrem no nível geracional apresentam-se mais desenvoltas, redefinindo a questão da autoridade e alterando a disposição hierárquica entre seus membros com mais facilidade. Assim, mesmo que de forma lenta, podemos vislumbrar no horizonte social pequenos passos a caminho de relações mais igualitárias e justas entre homens e mulheres.

CAPÍTULO 5

METODOLOGIA

5.1 – Algumas considerações epistemológicas

Investigar as vivências de mulheres adultas frente aos atuais referenciais que norteiam suas vidas, assim como melhor conhecer seus dilemas e desafios cotidianos é tarefa complexa que exige a escolha de abordagem metodológica capaz de promover aproximação com essa intrincada e instigante realidade.

Se, ao longo do tempo, a ciência consolidou-se como a forma hegemônica de conhecimento nas sociedades ocidentais, também criou condições favoráveis para por em xeque seus próprios limites de expansão. Assim, os fundamentos do pensamento positivista nos quais se assentam a produção do conhecimento científico tornaram-se, em fins do século XX, obstáculos clamando por novas formas de saber. De acordo com Minayo (2008), o paradigma científico obscureceu outras formas de conhecimento que acompanharam a existência humana, como a filosofia, as religiões, os mitos, a poesia e a arte, que, desde tempos imemoriais, forneciam explicações e davam sentido à existência humana.

Podemos dizer que as últimas décadas do século XX marcaram definitivamente novos rumos para a produção do conhecimento. O mundo experimenta o efeito das aceleradas transformações advindas do próprio desenvolvimento científico e tecnológico e exige readaptações na forma de se fazer ciência. É nesse contexto que, segundo Minayo (2008), a ciência precisa recorrer cada vez mais ao compartilhamento de saberes, transcendendo sua fragmentação imposta pelo paradigma positivista. Os desafios colocados pelo intenso processo de transformações demandam opções metodológicas que incluam estratégias inter e transdisciplinares, entendidas aqui como possibilidade de trânsito por campos de conhecimento distintos. A emergência de um pensamento complexo faz-se necessária para alcançar a contingência da vida.

Nesse sentido, a epistemologia qualitativa emerge como possibilidade de construção do conhecimento, orientada mais para a própria produção de idéias do que para a produção de dados a serem submetidos ao princípio da verificação científica. Segundo Rey (2002), observa-se, na pesquisa qualitativa, uma tendência ao não aprisionamento a marcos rígidos

que estabeleçam, *a priori*, o resultado. Assim, a pesquisa converte-se em recriação empírica do conhecimento. Sob o enfoque qualitativo, privilegia-se a noção de que nenhuma teoria esgota o estudado em seu caráter singular, que é percebido como fonte de elementos novos e desafiadores.

Segundo Mori (2002), embora o método científico clássico tenha sido fundamental para a criação e ampliação do saber sobre os fenômenos físicos e naturais que nos cercam, sua aplicação no campo das Ciências Sociais e Humanas tornou-se restritiva ou mesmo insuficiente para compreender e interpretar os fenômenos estudados por essas ciências. A complexidade do processo de apreensão do ser humano passou a exigir novas abordagens que comportassem a imprevisibilidade, contradição, incerteza e a não exigência de verdades absolutas.

Nesse sentido, Demo (2000) defende a idéia da convivência do conhecimento científico com a incerteza. Para o autor, embora a ciência tenha o compromisso com a credibilidade, está exposta a um duplo desafio dialético: “dar conta de realidade intrinsecamente incerta e saber manter-se flexível para poder renovar-se” (p. 59). Argumenta que é exatamente a incerteza que traz oxigênio novo para nossas certezas que, se permanecerem rígidas, perdem sua qualidade de captação da realidade. Conclui que, epistemologica e ontologicamente falando, a incerteza é marca da tessitura da realidade.

Vale ressaltar que o desenvolvimento da psicologia humanista, influenciado pela fenomenologia, muito contribuiu para a construção da epistemologia qualitativa. De acordo com Rey (2002), essa vertente da psicologia traz inovações, como a importância dada à perspectiva do outro, ao contexto metodológico e o privilégio dado às relações estabelecidas com o sujeito no processo de investigação. O autor acrescenta que a ciência não é só racionalidade, mas também subjetividade em tudo o que o termo implica – emoção, individualização e contradição, por exemplo. Assim, Rey argumenta que a epistemologia qualitativa atende ao propósito de estudar a subjetividade como parte constitutiva do indivíduo e das diferentes formas de organização social.

A partir das considerações tecidas, escolhemos como “caminho de pensamento” o método qualitativo que, nas palavras de Minayo (2008), é aquele que “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões,

produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (p. 57).

5.2 – Breves considerações sobre a questão do sentido ...

Sobre os sentidos ...

Ao contrário do que em geral se crê, sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica-se logo por aí, é direto, literal explícito, fechado em si mesmo, unívoco, por assim dizer; ao passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, ferveilha de sentidos segundos, terceiros e quartos, de direcções irradiantes que se vão dividindo e subdividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista, o sentido de cada palavra parece-me com uma estrela quando se põe a projetar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições.

José Saramago
Todos os nomes

A questão do sentido torna-se fundamental no processo de compreensão e interpretação das práticas discursivas e, portanto, liga-se ao propósito deste estudo. Sendo assim, vale uma breve reflexão sobre o tema. Spink e Medrado (2000) afirmam que dar sentido ao mundo é uma força poderosa e inevitável na vida em sociedade. Os autores percebem a produção de sentido como prática social dialógica e esclarecem que,

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta (p. 41).

Spink e Frezza (2000), fazendo uso das idéias desenvolvidas pelo psicólogo social Kenneth Gergen, pontuam que a produção de sentidos na vida cotidiana liga-se à forma como as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo em que vivem. As autoras, contudo, enfatizam que o processo de produção de sentidos privilegia o caráter de exterioridade, com ênfase na interação entre as pessoas e não como algo de caráter intra-individual.

Vale destacar que o desvelar de sentidos se dá não apenas a partir da comunicação verbal, entendida como construção complexa, portadora de riquezas que se encobrem em deslizos, sutilezas, ambigüidades e opacidades. A linguagem não verbal também deve ser

considerada. Assim, expressões faciais, gestos, posturas, silêncios, dentre outros pequenos detalhes devem ser considerados ao se proceder a análise da produção de sentidos.

Diante das considerações feitas, o presente estudo apresenta um olhar interpretativo possível de um fenômeno que, devido à sua complexidade, comporta muitas outras interpretações. Assim, em conformidade com a abordagem qualitativa, procuramos desvelar alguns sentidos que se ligam ao “ser mulher” na contemporaneidade.

5.3 – As participantes do estudo

O alvo de nossas reflexões são mulheres de classe média urbana, com no mínimo oito anos de escolarização e que se situam no período do ciclo de vida compreendido entre 30 e 45 anos de idade. Tal escolha assenta-se em algumas considerações: primeiramente, supomos que a classe média urbana possui um alto poder de absorção e de transmissão de valores midiaticamente veiculados, o que encontra respaldo nas palavras de Goldenberg (2008):

A visão de mundo e o estilo de vida das camadas médias urbanas têm um efeito multiplicador e extravasam os seus limites, podendo revelar, de forma mais geral, o processo de transformação que os papéis de gênero têm sofrido na sociedade brasileira (p. 19).

Segundo, estamos considerando a recente aquisição, por parte das mulheres, da vivência da “fase de jovem adulto” que, de acordo com Carter e McGoldrick (2001), constitui-se um marco de grande relevância na constituição da identidade por ser a etapa em que objetivos de vida pessoais são traçados e por ser um momento de investimento no “eu”. Supomos que a vivência desse período da vida tenha afetado o desempenho dos tradicionais papéis de esposa e mãe, no sentido de adiá-los, reformulá-los ou mesmo questioná-los.

Na medida em que muitas jovens nos dias de hoje investem maciçamente na formação profissional e que o trabalho adquire a condição de valor e de eixo importante na constituição de suas identidades, a realização de antigos desejos, especialmente o de viver a experiência da maternidade, é adiado para os limites impostos pelo funcionamento do “relógio biológico” da mulher. De acordo com Rezende e Montenegro (1999), a gravidez tem as melhores condições de ocorrer a partir dos 18-20 anos e o período do mais perfeito desempenho dura cerca de uma década, até os 30 anos, quando os riscos para a mãe e para a criança começam a ficar aumentados. Diante de tal limitação, não se pode estender em demasia a chamada “fase de jovem adulto” sem correr o risco de comprometer a possibilidade de realização do desejo de

ser mãe. Assim, por volta dos 30 anos, a mulher encontrar-se-ia no limiar do tempo para fazer escolhas que repercutirão de forma decisiva em sua vida.

Entendemos que é na fase do ciclo de vida da mulher compreendida entre os 30 e os 45 anos de idade que se concentram não apenas importantes e decisivas escolhas, mas, sobretudo, os desdobramentos dessas escolhas. Decisões como constituir ou não família, ter ou não ter filhos, priorizar a dimensão familiar ou a dimensão profissional, são algumas das inúmeras interrogações que se colocam. Diante da possibilidade ou da opção em transitar entre as dimensões do espaço privado (do lar) e o espaço público (do trabalho), o que tem sido observado em estudos recentes (Miranda-Martins, 2006; Losada & Rocha-Coutinho, 2007) é que isso tem ocorrido à custa de sofrimento psíquico, conflitos e inseguranças por parte da mulher. Assim, sob nosso ponto de vista, as mulheres com idade entre 30 e 45 anos de idade estariam mais vulneráveis a essa situação.

5.3.1 - Breve perfil das participantes do estudo

Com base nas informações colhidas nas fichas de identificação e nas entrevistas, foi elaborado um perfil das participantes, que será apresentado a seguir. Visando a preservação do anonimato dessas mulheres, cada uma recebeu um nome fictício escolhido pela pesquisadora.

Entrevistada 1

Adélia, 31 anos, é a oitava filha do terceiro casamento do pai. É natural de Goiânia e mora há 27 anos em Brasília. Aos dezessete anos começou a namorar um rapaz de quem engravidou aos dezoito e com quem viveu por dez anos uma relação bastante conturbada. Tem uma filha de 12 anos que reside com ela. Adélia teve sérios problemas relacionados à sua saúde na infância e apresenta, no momento, dificuldades de aprendizagem, de concentração e memória. Refere um quadro de dislexia.

Antes de casar tinha começado a trabalhar, mas interrompeu após o nascimento da filha. Depois de um tempo experimentou voltar à atividade profissional, mas largou novamente por pressão do marido que achava que o que ela ganhava não compensava. Na época da separação conjugal trabalhava como terceirizada em uma empresa e, no momento,

encontra-se desempregada e sem condições financeiras de concluir o curso de Psicologia no qual cursa o oitavo semestre. Tal situação a levou a trancar a matrícula na faculdade.

Seu grande objetivo atualmente é inserir-se no mercado de trabalho para ter condições financeiras de administrar a própria vida. Sonha em casar-se, mas deixa bem claro que não quer mais ter filhos.

Entrevistada 2

Bruna, 41 anos, é natural do interior de Goiás e vive há 17 anos em Brasília. Vem de uma família pequena: pai, mãe e duas filhas, sendo ela a mais velha. Casou-se aos 18 anos com o primeiro namorado e aos vinte e dois teve seu primeiro filho, que hoje está com 18 anos. O segundo filho, que é o caçula, está com 12 anos. Diz ter um casamento tranqüilo e equilibrado, mas que há dez anos atrás a situação era bastante conturbada. Os desafios eram múltiplos e ela se sentia muito exigida em diversas dimensões da vida, uma vez que reconhece que casou muito jovem e os dois eram ainda imaturos.

Relata que ser mãe era o grande sonho de sua vida. Embora o nascimento do primeiro filho tenha ocorrido em uma época de grandes tumultos, inclusive mudança de cidade em busca de melhores condições de trabalho para o marido, a maternidade foi vivida como algo positivo. Bruna, no entanto, pôde viver com mais tranqüilidade o nascimento do segundo filho e diz que isso fez muita diferença em sua vida e foi de grande importância. Pôde acompanhar de perto a educação dos filhos e sente-se orgulhosa por isso. Atualmente está bastante envolvida com a adolescência dos filhos e se preocupa em conseguir equilibrar bem a ansiedade que sente em relação a isso.

É psicóloga, trabalha em órgão público, conta com uma rotina de trabalho bem estabelecida e não se sente sob estresse no que tange a vida profissional. Diz que ser concursada e ter um emprego que lhe dá segurança se adéqua ao seu perfil de personalidade que não é competitivo. Embora diga que o trabalho é algo importante e que faz parte de sua vida, não faz grandes planos em relação à carreira. A certeza de uma aposentadoria garantida lhe dá condições de pensar em outras possibilidades de realização no futuro como, por exemplo, maior envolvimento com trabalhos sociais voluntários.

Entrevistada 3

Cecília, 42 anos, nascida no interior de São Paulo, mora há 18 anos em Brasília. É a quarta de uma família com seis filhos e tem poucos recursos financeiros. Na infância, como a mãe trabalhava fora e não gostava do serviço de casa, as crianças assumiam as tarefas domésticas. Sua infância foi marcada por violência física e intensa carência afetiva. Perdeu os pais ainda na mocidade e atualmente vive em Brasília apenas com a filha de 6 anos, sem contar com nenhuma rede de apoio familiar.

Saiu da casa dos pais para se libertar da vida opressiva que levava. Casou-se por volta dos 30 anos e ficou casada por 5 anos. Viveu uma relação conflituosa com o então marido que era “mulherengo” e segundo ela: “ele não conseguia ficar com uma mulher só”. As intensas brigas acabaram por influenciar no percurso da gravidez, que foi de alto risco. A filha nasceu prematura, pesando apenas um quilo e meio e antes de terminar sua licença-maternidade separou-se do marido. Por não contar com ninguém para ajudá-la, **segundo diz, “não podia se entregar aos problemas”** e enfrentou tudo sozinha. Três anos mais tarde teve uma grave crise depressiva e através de tratamento médico e psicológico conseguiu elaborar muitas questões de sua vida.

É analista de sistemas e muito engajada profissionalmente. Dedicar-se à área de pesquisa, tem artigo publicado em área diferente de sua especialização, orienta trabalhos científicos, além de ministrar curso à distância na área de Administração. Encontrou no trabalho uma forma de se realizar e se auto-afirmar. Faz planos para seu futuro profissional e se vê como uma pessoa de garra: “não importa o passado, importa o que eu consigo construir hoje”.

Entrevistada 4

Débora, 40 anos, natural do Rio de Janeiro, mora em Brasília há 29 anos. Não foi possível colher dados sobre a família de origem, pois há dez anos rompeu laços com a família e informou não estar ainda em condições de falar sobre o assunto. Casou-se aos 24 anos e teve o primeiro filho dois anos mais tarde. O marido já havia sido casado, mas sem filhos. A maternidade aparece como algo fundamental em sua vida: “eu queria ser mãe e casar com um bom pai para os meus filhos”. Idealizava ter cinco filhos, mas as dificuldades na condução da

gravidez e da própria vida a levaram a optar por apenas dois. A segunda filha nasceu dois anos e meio após o primeiro.

O trabalho remunerado sempre fez parte de sua vida, mas não chegou a ocupar lugar de destaque enquanto os filhos eram pequenos. Ficou quase cinco anos de licença-interesse para melhor acompanhar os filhos, pois nunca contou com rede de apoio familiar. Recentemente assumiu novo cargo no banco em que trabalha e deverá iniciar uma pós-graduação brevemente. Mesmo no momento atual, já com os filhos crescidos, sente-se dividida quanto a essa questão, pois considera que a fase de adolescência destes exige grande investimento de sua parte.

Débora deixa muito claro o quanto é difícil conciliar família e trabalho quando não se abre mão dos papéis tradicionalmente esperados de uma mulher. Em seu caso, além de não contar com rede de apoio teve, e ainda tem, dificuldades de delegar o cuidado da casa e dos filhos a outras pessoas externas à família. Intitula-se “cheia de manias” e expressa o quanto está desgastada física e psiquicamente por acumular tantos papéis. As expressões “não é fácil” e “é difícil” para referir-se ao cotidiano da vida aparecem 16 e 17 vezes, respectivamente, ao longo da entrevista.

Entrevistada 5

Elisa, 36 anos, nasceu no interior de São Paulo e veio para Brasília para estudar e trabalhar aos 19 anos de idade. É a sexta de uma família de oito filhos. Sua mãe sempre trabalhou por necessidade financeira e isso exigiu que as crianças assumissem responsabilidades no serviço da casa e que os filhos mais velhos ajudassem a cuidar dos mais novos. Aos 22 anos casou-se com um rapaz de 34 anos, já formado e com a vida profissional encaminhada.

Iniciou graduação em Letras e enquanto cursava a faculdade teve duas filhas. Ao final do curso conseguiu aprovação em concurso público e foi convocada a assumir a função de professora na periferia de Brasília. Por não contar com rede de apoio familiar que pudesse auxiliá-la nos cuidados com as crianças pequenas e por considerar que o salário não era atrativo o suficiente, decidiu abrir mão do emprego para ficar com as filhas. Quando estas entraram no colégio decidiu retomar seus projetos profissionais e iniciou cursinho preparatório para concursos. No entanto, uma terceira e inesperada gravidez adiou mais uma

vez seus projetos pessoais. Atualmente o filho mais novo está com cinco anos e Elisa cursa faculdade de Direito; alimenta sonhos quanto à sua realização profissional que percebe ter deixado para trás.

A condição de dona-de-casa, mesmo tendo situação financeira confortável, não é vivida com tranquilidade. Sente-se pressionada a incluir-se no contexto social que cobra desempenho e excelência nas diversas áreas da vida. Percebe a não inserção no mercado de trabalho como impeditiva de alcançar autonomia, algo que para ela é fundamental. Essa situação às vezes a faz sentir-se “como uma criança”. O trabalho é vivido como um sonho a ser alcançado e realizado.

Entrevistada 6

Fernanda, 45 anos, nasceu no Rio de Janeiro e mora em Brasília há 18 anos. Os pais se separaram quando tinha oito anos de idade, sendo a mais velha das três filhas do casal. Aos 15 anos ficou grávida e como ainda não tinha maturidade física e emocional, viveu um período de grandes dificuldades. Como era muito “miúda” o médico havia alertado para os riscos da gravidez. Com o nascimento da filha foi forçada a assumir responsabilidades para as quais não estava preparada. Casou-se com o pai da criança, mas separou-se um ano mais tarde. Esse foi um período marcante: “Eu tenho fotos minhas com o bebê no colo, que eu tô chupando dedo e ela mamando, assistindo televisão”.

Poucos anos mais tarde casou-se novamente e teve sua segunda filha, aos 22 anos. Com duas crianças pequenas e precisando trabalhar, interrompeu os estudos. Viveu a mocidade dividida entre as obrigações familiares assumidas e os atrativos que o mundo oferecia. Ao completar 30 anos e deparar-se com a filha de 15, afirma ter revivido a experiência traumática da gravidez com essa idade e entrou em grande crise existencial que culminou com o término do casamento.

Já em seu terceiro casamento e de forma mais tranquila e consciente optou por ser mãe aos 40 anos. Retomou o investimento nos estudos e concluiu curso de Direito, o que lhe possibilitou assumir nova função em seu local de trabalho. Profissionalmente diz sentir-se aprendiz e ter plena consciência que por muito tempo priorizou o envolvimento com a família apesar de sempre ter trabalhado. Agora a carreira profissional aparece como uma possibilidade.

5.4 - Instrumento de coleta de dados e Procedimentos

A técnica de entrevista foi eleita como a mais adequada aos propósitos do estudo por se tratar de instrumento que favorece a exploração consistente de particularidades e complexidades da vida pessoal. Segundo Ludke e André (1986), tal recurso reduz a relação de hierarquização estabelecida por outros instrumentos, como é o caso da aplicação de questionários ou mesmo da observação. Os autores pontuam que a entrevista adiciona um diferencial importante, “Estabelecer uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde” (p. 33). Assim, cria-se um contexto favorável para a emergência de questões que possam apontar novos caminhos na condução da pesquisa.

Minayo (2008) destaca que a entrevista é uma forma privilegiada de interação social, estando sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade. Acrescenta que, através da entrevista, podemos ter acesso às reflexões do sujeito sobre a realidade que vivencia, às suas idéias, crenças, sentimentos, atuações. A autora chama a atenção para o fato de que, embora a entrevista possa captar formalmente a fala sobre determinado tema, permite que outros elementos sejam incorporados ao contexto da produção da linguagem. Dessa forma, Minayo afirma que “Além da fala que é seu material primordial, o investigador terá em mãos elementos de relações, práticas, cumplicidades, omissões e imponderáveis que pontuam o cotidiano” (p. 262-263).

Após aprovação pelo Comitê de Ética para a realização da pesquisa, foi feita divulgação, por meio de fixação de cartazes, no campus do UniCEUB - Centro Universitário de Brasília. Oito mulheres entraram em contato com a pesquisadora por telefone. Nesse primeiro contato foram esclarecidas dúvidas quanto à pesquisa e seis mulheres dispuseram-se a participar. Uma das voluntárias é funcionária da instituição, três são alunas e duas são mulheres que, a partir de acesso ao campus universitário e aos cartazes, disponibilizaram-se em participar da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, com cada uma das participantes. Foi utilizado um roteiro que pudesse favorecer a exploração de aspectos ligados à temática proposta. No entanto, cuidou-se para que tal recurso não criasse limitações à exploração de aspectos que pudessem surgir no decorrer da entrevista. Com o objetivo de verificar a adequação das questões norteadoras da entrevista e, além disso, atentar para outros

aspectos não privilegiados inicialmente, foi realizada uma entrevista piloto com uma mulher na faixa etária estabelecida.

As entrevistas tiveram duração aproximada de duas horas e meia cada, foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. Repetidas leituras das transcrições das entrevistas foram realizadas e, quando necessário, retornou-se às gravações para melhor compreensão de aspectos que suscitaram dúvidas. Só então, iniciou-se a análise dos dados.

Foram realizados encontros individuais com as participantes nos quais foram apresentados os objetivos do estudo e colhidos os respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Quatro das entrevistas foram realizadas em sala disponibilizada para esse fim no campus do UniCEUB e duas, por conveniência das participantes, foram realizadas em suas residências.

5.5 - A análise dos dados: hermenêutico-dialética

As origens da hermenêutica encontram-se no desenvolvimento de uma abordagem que pudesse interpretar os textos bíblicos dentro da tradição iluminista do século XVII. Nesse momento, procurava-se desvendar o verdadeiro sentido da palavra da Sagrada Escritura. Posteriormente, tornou-se disciplina filosófica e se constituiu teoria geral das Ciências Humanas e Sociais com a finalidade de interpretar e compreender o comportamento humano (Mori, 2002).

Gadamer (citado por Minayo, 2008) assevera que a hermenêutica funda-se na compreensão e, além disso, “Contém a gênese da consciência histórica, uma vez que significa a capacidade da pessoa humana – e no caso o pesquisador – de se colocar no lugar do outro” (p. 328). Segundo esse autor, o exercício da hermenêutica implica acessar o momento presente, sabendo que este marca o encontro entre passado e futuro. Além disso, é um processo que exige o confrontar de diversidades mediadas pela linguagem, que pode apresentar-se translúcida ou opaca, permitindo um entendimento nunca completo e nunca total.

A atividade compreensiva, tal como concebida por Gadamer (citado por Minayo, 2008), utiliza-se de termos e idéias, tais como *sensu comum*, que traduz a cotidianidade e leva ao ajustamento em relação à realidade, ao meio-social; o termo *vivência* que, a partir das

idéias desenvolvidas por Dilthey, significa configurações de sentido e unidades de sentido que são reinterpretações que fazem parte da objetivação da experiência; e ainda o termo *símbolo* que encerra a “íntima unidade da imagem e do significado que não anula a tensão entre o mundo das idéias e o mundo dos sentidos” (p. 336).

Minayo (2008) destaca que a hermenêutica, na tarefa de esclarecer as condições sob as quais surge a fala, utiliza-se da polaridade entre familiaridade e estranheza. Nesse sentido, a dialética surge como recurso adicional no processo de compreensão. Segundo a autora, a dialética “É a arte do estranhamento e da crítica” (p. 337), tendo assumido ao longo de toda a história da filosofia variados significados. No século XI, no entanto, a dialética é retomada em seu sentido original grego como o método adequado para se formular dúvidas e críticas.

A articulação entre a hermenêutica e a dialética mostra-se fecunda para o estudo da realidade social, uma vez que possibilita uma reflexão que se funda na *práxis*. Enquanto a hermenêutica busca as bases dos consensos e da compreensão na tradição e na linguagem, a dialética, para alcançar a compreensão da realidade, lança mão do conflito e da contradição (Minayo, 2008).

Elegemos, portanto, a abordagem hermenêutico-dialética como forma de tratamento dos dados. Entendemos que tal abordagem constitui-se recurso que possibilita acesso privilegiado ao cotidiano e é capaz de promover esclarecimentos acerca das profundezas e obscuridades que se apresentam na prática da vida diária.

O encontro com cada uma das participantes constituiu-se momento privilegiado de contato com a diversidade das vivências humanas. O estabelecimento de um clima de confiança e descontração entre a pesquisadora e as entrevistadas permitiu que, não apenas a narrativa pessoal pudesse fluir, mas também a expressividade das emoções, gestos e posturas. Assim, procurou-se compreender a realidade vivida por essas mulheres a partir de escuta e olhar atentos, considerando seu contexto e cultura específicos. As transcrições das entrevistas individuais foram repetidamente lidas para que seus conteúdos pudessem ser melhor assimilados pela pesquisadora. Além disso, buscou-se estabelecer um contínuo diálogo entre a fala das entrevistadas e as leituras realizadas a respeito dos temas em questão.

CAPÍTULO 6

VIVÊNCIAS FEMININAS: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Entre os ecos do passado ... e o burburinho da contemporaneidade ...

Com o propósito de investigar as vivências de mulheres adultas na atualidade frente às novas possibilidades de ser e estar no mundo, recorreremos à escuta de narrativa pessoal em busca da experiência vivida em toda sua singularidade, diversidade e complexidade. Tal recurso mostrou-se adequado na medida em que proporcionou à pesquisadora flexibilidade para indagações e esclarecimentos que se fizeram necessários, assim como liberdade às entrevistadas para que desenvolvessem suas idéias de forma espontânea.

No decorrer das entrevistas, algumas dimensões da vida emergiram como focos privilegiados de interesses ou de dificuldades e conflitos. As vivências pessoais apresentaram-se permeadas por emotividade, pausas reflexivas, silêncios, *insights*, o que denota a riqueza contida nessa modalidade de expressão.

A maternidade confirmou-se como dimensão de importância capital na constituição da identidade feminina, apresentando-se como realidade multifacetada e portadora de múltiplos sentidos. O trabalho aflorou como outra importante dimensão da vida dessas mulheres, assumindo *status* de eixo estruturante da identidade e elemento organizador de suas vidas na atualidade. A articulação entre as dimensões familiar e profissional mostrou-se intrincada e complexa, apontando para conflitos, dúvidas e inseguranças que apareceram em suas falas, trazendo elementos preciosos para nossas análises. A indagação “como é ser mulher nos dias de hoje?” nos trouxe material que possibilitou reflexões no sentido de melhor compreender como as mulheres estão lidando com a multiplicidade das demandas cotidianas.

É importante destacar que a variedade de sentidos atribuídos a diferentes dimensões da vida se faz presente não apenas de mulher para mulher; os sentidos também se transformam ao longo da vida de uma mesma pessoa a depender do momento específico vivido e da perspectiva em que é percebido.

6.1 - Maternidade: dilemas e desafios

a – Maternidade: como se inscreve na vida das mulheres?

A maternidade revelou-se dimensão de grande importância na vida das mulheres entrevistadas. Para cinco das seis mulheres é considerada um curso “natural” na existência feminina, não sendo questionada, mas realizada como destino. Contudo, quando uma das entrevistadas posiciona-se claramente contrária ao simples cumprimento dos valores normativos e assume que “ser mãe” não era seu desejo, nos faz retomar considerações tecidas por Barbosa e Rocha-Coutinho (2007). As autoras, conforme destacamos em capítulo anterior, sinalizaram em seus estudos um processo de mudança na sociedade rumo à desconstrução de antigos determinismos sociais e apontaram para novas formas de realização feminina desvinculadas da maternidade compulsória. Se, há poucas décadas, a maternidade era a realização máxima de toda mulher, o cenário contemporâneo tem revelado que essa “verdade” não se sustenta mais. Embora a vivência da maternidade ainda seja de extremo valor na constituição da identidade feminina, outras dimensões da vida se fazem cada vez mais importantes e presentes na vida de uma mulher.

A despeito das novas tendências que se delineiam no horizonte social e que oferecem a possibilidade de reconhecimento de uma multiplicidade de formas de “ser mulher”, é inegável a expressividade que a maternidade tem para grande parte das mulheres nos dias de hoje. Nossas entrevistadas, em diversos momentos, fizeram uso da expressão “natural” para se referirem à forma pela qual a maternidade inseriu-se em suas vidas. Neste ponto, nos interrogamos quanto ao significado de tal expressão para cada uma dessas mulheres. O que estaria implicado subjetivamente? O que se pôde perceber foi que, enquanto para algumas o significado parece estar ligado a uma determinação biológica que deve ser cumprida, para outras, evidenciou-se ligação com um aprendizado que se faz desde muito cedo na vida de uma menina. Assim, na fala de Débora, encontramos evidências do imperativo biológico que atravessa sua vivência:

Se ele [o marido] não fizesse vasectomia eu ia engravidar de novo, mesmo com tudo isso [problemas de saúde na gravidez], porque eu tenho isso no sangue, eu sempre quis ...

Nas colocações de Fernanda, já encontramos referências ao percurso histórico-cultural que permeia a construção do feminino e a inclusão da maternidade como algo inerente a esse processo:

Toda minha vida foi sendo mãe, desde pequenininha, porque bebezinha eu já era mãe da minha irmã, então a maternidade já veio comigo desde pequena, desde pequenininha, sempre teve muito espaço, (...) eu cuidei da minha irmã com quatro anos, eu tinha quatro anos quando minha irmã nasceu, eu cuidava dela, eu ajudava a cuidar. Então eu sempre trouxe isso da minha infância, da responsabilidade....

Quer tenha um fundamento na biologia, na cultura ou ainda em ambas, a naturalização da maternidade inscreve-se como algo emblemático na vida dessas mulheres. Como nos lembram Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), é como se a mulher já nascesse com a capacidade de tornar-se mãe, enquanto o homem precisasse ser preparado para poder tornar-se pai. Assim, percebemos na fala de nossas entrevistadas a vivência da maternidade como experiência de afirmação da própria feminilidade e fonte de realização:

Na verdade, eu sempre quis ser mãe e desde pequena, mais do que tudo na vida, minha realização sempre foi ser mãe. (...) Não sei porque eu tenho isso. Tem explicações, com certeza, mas eu queria ser mãe e casar com um bom pai para os meus filhos, essas duas coisas. (Débora)

(...) Mas parece que isso tudo era muito tranqüilo, muito natural. Eu ia trabalhar, eu ia estudar, eu ia casar e eu ia ter família. (...) Isso [ser mãe] era um sonho! (...) eu queria muito e pra mim era uma coisa muito, muito, muito boa, que me realiza muito. (Bruna)

No decorrer da análise das entrevistas ficou evidente que, embora se trate de algo considerado “natural” no percurso de vida das mulheres, a maternidade é fenômeno complexo que necessita ser cuidadosamente investigado e apreciado para que se possa melhor entender a importância e a força com que se estabelece na vivência feminina. Além da biologia, que confere a potencialidade de se tornar mãe; além da socialização, que assegura a realização desse potencial, outros elementos atravessam esse fenômeno tornando-o instigante objeto de pesquisa. Explorar esses outros elementos é a tarefa a que nos propomos a seguir.

O tom informal e descontraído que acompanhou os depoimentos propiciou um clima de confiança que fez com que pequenos detalhes pudessem fluir, trazendo à tona a riqueza do cotidiano. Dessa forma, emergiram variados sentidos ligados à experiência de ser mãe. Consideramos que a proximidade com a dimensão subjetiva implicada nesses sentidos pode ser de grande importância para a compreensão de tão intrincada e complexa realidade.

b - Maternidade: a face obscura aparece ...

A história de vida de Cecília nos faz pensar nas diversas faces que a maternidade pode assumir na vida de uma mulher e nos remete à polêmica trazida à tona por Badinter (1985) sobre o mito do amor materno. A mãe de Cecília parece encaixar-se perfeitamente no discurso da autora que afirma: ser boa mãe é apenas uma realidade entre outras possíveis. Na verdade, a mãe de Cecília enquadra-se especificamente no rol das outras possibilidades, pois, assumidamente, não gostava de ser mãe.

Minha mãe nunca aceitou o fato de ser dona-de-casa, até porque é uma coisa meio chocante de dizer, mas ela não gostava de ser mãe. Ela vivia falando isso aos quatro ventos. Escutávamos isso e eu morria de medo de não gostar de ser mãe, mas comigo foi o contrário, eu amei...

Olha, minha mãe, se fosse hoje, o Conselho Tutelar tirava os meninos dela, entendeu? Seca, espancava a gente, era merecendo ou não merecendo, ela espancava de o sangue escorrer pelas pernas; minha mãe era muito violenta ...

(...) Acho que eu tinha um ano e pouco, a gente ia sair e diz que eu fiz cocô na fralda, minha mãe catou, pegou, me pegou e esfregou minha cara, meu nariz no cocô tanto, tanto, que diz que sangrou tudo, chega diz que eu comecei a ficar roxa e desmaiei, de tanta violência física...

Badinter (1985) reconhece a existência do amor materno desde a origem dos tempos; no entanto, advoga que este não existe necessariamente em todas as mulheres. Segundo a autora, é inegável que a criança necessita de atenção e cuidados maternos para se desenvolver, mas daí afirmar que todas as mães estão aptas a corresponder a tal necessidade há uma grande diferença. Em suas palavras: “Não parece existir nenhuma harmonia preestabelecida nem interação necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe.

Nesse domínio, cada mulher é um caso particular. Algumas sabem compreender, outras menos, e outras ainda nada compreendem” (p. 18). Assim, a história de Cecília nos confronta com a incômoda realidade da falta de amor que pode atravessar a relação mãe e filho.

Uma infância marcada por violência física e moral, além da privação de cuidados e afeto, parece ter sido decisiva para Cecília construir um sentido de maternidade vinculado ao resgate de sua condição humana e da própria identidade.

c - Maternidade: resgate da identidade

No caso de Cecília, o drama da infância parece ter imposto a necessidade de vivenciar a maternidade como forma de resgate de questões do passado. Em primeiro lugar, havia um grande medo que precisava ser confrontado. O medo de não gostar de ser mãe:

(...) Sempre foi uma coisa minha, sonho meu, eu queria ter, eu achava, eu tinha medo de não ser mãe, (...) então eu falava: eu tenho que experimentar pra saber se é isso mesmo, né?

Mas se eu tivesse passado pela vida e não tivesse sido mãe, poder saber o que é ser mãe, eu ia falar: nossa, eu tenho que voltar, eu tenho que voltar lá, porque isso tem que fazer parte da minha vida. Então, realmente, pra mim, ser mãe foi a maior realização que eu já tive na minha vida, independente de qualquer coisa.

Em segundo lugar, parece haver em Cecília uma demanda existencial de reconstrução da identidade tão brutalmente atingida pela severidade das condições a que foi exposta. Assim, a gestação por volta dos 35 anos veio concretizar essa necessidade. No entanto, esse foi um processo que também assumiu um caráter dramático, pois a turbulência de um relacionamento conjugal instável contribuiu para uma gestação de alto risco, culminando com o nascimento prematuro da criança. Em seu relato, fica evidente sua luta pela vida do bebê que parece assumir o caráter de assegurar seu próprio renascimento. Nesse sentido, a chegada do bebê configura-se em um meio de auto-maternagem, ou seja, possibilidade de, através do cuidado com a filha, recuperar a auto-imagem desfigurada e distorcida pelo abuso sofrido. Como nos lembra Cukier (1998), quando a criança não tem suas necessidades de dependência respeitadas e satisfeitas, sofre um grave dano em sua identidade básica.

A existência da filha parece confirmar a capacidade de superação de Cecília, que se mostra muito consciente do processo que vivencia em relação à maternidade.

Então, hoje pra mim é minha maior realização porque como eu te disse, eu penso: como é que da minha pessoa sai um ser como esse?(...) Às vezes eu olho ela ... e eu me vejo ... como se fosse eu. Algumas coisas que ela faz, alguma coisa que ela fala, algum gesto, eu falo assim: olha, eu tô me vendo. Então isso pra mim é bom porque de certa maneira eu tô cuidando de mim, pode parecer egoísta né? Mas de certa maneira eu me vejo cuidando de mim mesma quando eu tô cuidando dela. Quando eu quero o melhor pra ela, quando assim, eu sou vaidosa então eu cuido do cabelo dela, eu passo creme e tal. (...) Isso pra mim é fantástico!

Assim, através dos cuidados dispensados à filha, Cecília parece se reconciliar com a “criança ferida” que carregava dentro de si, o que lhe possibilita ser mãe. Tal expressão, cunhada por Cukier (1998), traduz a idéia de que a criança, quando submetida a qualquer tipo de abuso ou negligenciada em suas necessidades básicas de dependência, cresce apenas física e socialmente, enquanto que emocionalmente permanece, de alguma forma, presa ao estágio em que se viu humilhada, envergonhada e carente. Dessa forma, seu psiquismo segue reivindicando aquilo que não teve e tentando reparar a auto-estima e a dignidade comprometidas.

d - Maternidade e vivências infantis ...

No depoimento de Elisa, a maternidade também apareceu ligada à ressignificação de vivências passadas. No entanto, em seu caso, não havia uma premente necessidade de ter filhos, pois afirma: “Eu tinha vontade de ser mãe, mas eu tinha mais vontade da minha realização profissional do que de ser mãe e ... do casamento em si”. Contudo, quando a maternidade colocou-se como realidade em sua vida, trouxe a possibilidade de ressignificar sua experiência infantil:

Vi minha mãe trabalhar... é por isso que eu fiquei meio dividida, porque, na verdade, eu sentia muito a falta da minha mãe. Então, quando eu tive que assumir [o emprego], quando eu passei em um concurso, que os meninos eram pequenos, eu não quis, pesou isso...(...) eu sentia muito a falta dela! Não era aquela coisa de dar atenção... não teve essa preocupação que eu tenho hoje de que meus filhos sejam felizes...

O caso de Elisa remete-nos às colocações de Carter e McGoldrick (2001) quanto aos efeitos que determinados eventos podem assumir em gerações posteriores. As autoras ponderam que a família compreende todo um sistema emocional de pelo menos três gerações e que existe uma complexa teia de laços familiares que atravessa gerações em uma dimensão linear do tempo. Assim, eventos de um determinado momento geracional podem ter um efeito poderoso nas gerações seguintes, impondo modos de funcionamento familiar que buscam equilibrar demandas psíquicas que ficaram “adormecidas” ao longo do tempo.

Elisa, ao experienciar a maternidade, parece recuperar a possibilidade de dar à infância um significado lúdico, leve e descontraído, algo que ficou impedido em sua trajetória de desenvolvimento, pois as responsabilidades fizeram-se presentes desde muito cedo em sua vida:

Eu até brinco: nós não fomos educados, nós vingamos [sentido de ter sobrevivido], porque assim, cada um teve que traçar seu caminho; a gente tinha que ser mais independente, a gente tinha que correr mais cedo atrás das coisas porque os pais assim davam o mínimo. É diferente de hoje, que você quer dar tudo pronto...

O desenrolar do depoimento de Elisa pareceu conduzir à reflexão pessoal quanto às escolhas empreendidas em determinados momentos de sua vida. Nesse sentido, podemos tomar de empréstimo as palavras de Barus-Michel (citado por Mansur, 2003) de que: “toda pesquisa é uma clínica que se ignora” (p. 6). Elisa, de alguma forma, parece elaborar questões pessoais e conseguir deixar claro para si certas opções empreendidas que se ligam ao passado marcado por sentimento de desamparo. Assim, falar sobre si, seu passado, suas escolhas em um contexto de acolhimento e escuta, assemelha-se ao que acontece no espaço da clínica psicológica. Além disso, dá margem a desabafos esclarecedores como: *Na verdade, assim... eu fui mais mãe e mais dona-de-casa, porque na verdade eu tenho medo de abandonar meus filhos, entendeu?...*

O relato de Elisa nos leva a considerar a experiência da maternidade como forma de reparação de carências que se inscrevem na existência de muitas mulheres. Assim, a dedicação aos filhos, mesmo assumindo a condição de ser um sacrifício, como nos revela em determinado momento, faz-se necessária, uma vez que cumpre o papel de suprir algo que

ficou pendente: a condição que toda criança necessita, que é poder depender de alguém, contar com o outro que cuida.

Sob uma perspectiva psicanalítica, De Felice (2006) destaca que a experiência de ser mãe é atravessada por questões que dizem respeito ao psiquismo da mãe, ou seja, “à constelação de objetos de seu mundo interno” (p. 16). A autora, fazendo referência ao pensamento de Helene Deutsch, pondera que o exercício da maternidade está intimamente ligado a conflitos inconscientes não resolvidos do passado da mãe que buscariam satisfação e resolução. Assim, podemos imaginar que, quando Elisa se preocupa com o bem-estar e a felicidade dos filhos e teme “abandoná-los” se privá-los de sua presença, estaria, na verdade, retomando suas próprias vivências infantis que agora podem ser reparadas.

e - Maternidade: fenômeno em mutação a depender do momento de vida

Já a história de vida de Fernanda suscita a consideração de outros elementos ligados à maternidade, fazendo pensar nas transformações ao longo do desenvolvimento humano. Se vivenciar a maternidade na vida adulta é um desafio, na adolescência configura-se um evento, muitas vezes, traumático. Fernanda associa a vivência de ser mãe na adolescência com a sensação de medo, insegurança e despreparo físico e emocional:

Eu me sentia totalmente despreparada. Eu acho que fiquei grávida na primeira relação, eu tenho quase certeza; e o medo de contar pra minha mãe! Eu achava que a minha mãe ia me bater, ela vai me bater, ela vai me bater, como que eu vou fazer?

A forma como Fernanda imagina que a mãe iria repreendê-la, ou seja, batendo, denota o quanto se sentia infantil e amedrontada diante da transgressão cometida. Grávida aos 15 anos e, “empurrada” para a vida adulta sem direito a retrocesso, viu-se obrigada a assumir prematuramente os rigores dos novos papéis que lhe cabiam. Conforme relata, aos dezesseis anos, devido à necessidade, estava no mercado de trabalho e já separada do marido. Tal direcionamento na vida confirma o que Dias e Teixeira (2010) apontam como conseqüências possíveis da gravidez na adolescência: ingresso precoce no mercado de trabalho não-qualificado, separação conjugal e evasão escolar, que também se confirmou em seu caso.

Via de regra, a fase da adolescência implica tensões e conflitos não apenas para o adolescente, mas também para o sistema familiar, demandando readaptações na organização

da família. A gravidez, por sua vez, também é um processo que envolve reestruturação e reajustamento em várias dimensões: bioquímicas, físicas, psicológicas, socioeconômicas, além de interferir na identidade e na definição dos papéis sociais. A junção dessas duas experiências, adolescência e gravidez, pode, então, assumir proporções traumáticas.

Fernanda, no auge do processo de construção da própria identidade, viu-se impelida a assumir responsabilidades para as quais não estava preparada. Em suas palavras: *Era ser mãe, dona-de-casa, esposa; cuidar do bebê ... Foi traumático!* Ser adolescente e mãe ao mesmo tempo configurou-se um excesso, uma sobrecarga de exigências de toda ordem, que imputou a esse período um significado de sofrimento, além de renúncia compulsória de experiências próprias a essa etapa do desenvolvimento.

Eu fiquei totalmente indefesa, eu era a ovelha negra, a filha que fez tudo errado na vida, que não prestava; eu demorei pra entender que não era assim...(...) A experiência não foi boa não, eu ficava muito sozinha, eu chorava muito, acho que eu tive uma crise de depressão, isso depois que o bebê nasceu.

Embora não se possa atribuir à vivência da maternidade na adolescência um caráter de homogeneidade, estudos na área (Dias & Teixeira, 2010; Moreira & Nardi, 2009) têm mostrado que tanto a gestação como o exercício da maternidade na adolescência são marcados por conflitos e dificuldades. Não é difícil imaginar que essa passagem brusca da condição de filha para a de mãe resulte em situações confusas, mal definidas e mesmo perturbadoras. É passar de uma condição em que se *quer colo*, ainda que de forma inconfessa, para uma de ter que *dar colo*. O trecho a seguir ilustra isso de forma exemplar: *Eu tenho fotos minhas com o bebê no colo que eu tô chupando dedo e ela mamando, assistindo televisão...*

Fernanda, de acordo com seu relato, viveu durante muito tempo como se estivesse anestesiada; em suas palavras: *estava vivendo, mas era como se não estivesse*. Faz uma analogia do seu enfrentamento com os touros que puxam o carro de boi e que, independente do peso da carga, vão puxando, puxando... *nem que seja por teimosia!* Somente quando completou 30 anos, iniciou um processo de elaboração e ressignificação dos traumas sofridos. A vivência da gravidez precoce e da maternidade não planejada pôde aflorar com toda carga emocional que lhe cabia:

Porque quando eu fiz trinta anos minha filha fez quinze e eu me choquei com ela, eu olhava pra ela e falava: eu não acredito que eu tinha a idade dela...(...) Eu olhava pra minha filha e falava: não pode, como que isso aconteceu comigo? Foi aí que eu comecei a assimilar o que tinha acontecido comigo...

Fernanda revela que entrou em crise existencial profunda e que a ajuda terapêutica neste momento constituiu-se um marco importante. Questões antigas foram retomadas e superadas e novas possibilidades delinearam-se no horizonte.

Aos quarenta anos, em um terceiro casamento e já com uma condição financeira, profissional e emocional mais estabilizada, Fernanda pôde fazer uma escolha consciente quanto à maternidade. Embora tenha enfrentado a perplexidade de muitas pessoas que lhe lembravam que já estava na idade de ser avó e que ter um filho nessa idade era “arrumar problema”, decidiu viver a experiência, que agora poderia assumir novos matizes.

Essa foi “a gravidez”; essa gravidez foi curtida, eu preparei o quartinho, saí pra fazer enxoval, eu escolher o enxoval, eu escolher a cor da cortina que ia colocar, antes não era assim... era a minha mãe. A primeira vez, foi minha mãe que comprou o enxoval todo e eu não tive a oportunidade nem de escolher a cor...

O filho parece simbolizar a retomada da vida sob novas condições, com algo da alegria e da liberdade duramente conquistadas. Nessa fase da vida, em que pode contar com rede de apoio e outras facilidades, a maternidade para Fernanda assume contornos absolutamente diferentes daqueles de tempos atrás. Vale acrescentar que, na história familiar, não havia a presença de homens. Fernanda conta que a família, incluindo as tias e primas, é predominantemente composta por mulheres e ressalta que é o tipo de família matriarcal em que são as mulheres que mandam. O pai é referido como figura apagada e merecedora até de certo desprezo. Nesse sentido, a gravidez também trazia a possibilidade de incorporar um menino a esse universo dominado por mulheres, como de fato aconteceu.

O relato de Fernanda denota claramente o aspecto de transformação de sentidos que a maternidade pode assumir para uma mulher ao logo do curso de sua vida. Viver uma gravidez na adolescência em que a imaturidade física e emocional é pungente pode ser radicalmente diferente de vivê-la em outra fase. Fernanda, só aos 30 anos, pôde se dar conta da magnitude dos enfrentamentos que precisou fazer na juventude, vivida em clima de estresse e intensos

conflitos pessoais. Em suas palavras: *de um lado havia um mundo de responsabilidades e de outro a vida me chamava*. Assim, os sonhos da adolescência, que muito provavelmente incluíam liberdade, descompromisso, brincadeira, ficaram embaçados pela dureza do imperativo de ser uma menina-mãe.

f - Maternidade: não incluída como projeto de vida ...

Adélia também vivencia a gravidez na adolescência; no entanto, outras facetas dessa experiência tornam-se visíveis. Em seu caso, não havia sonhos de casamento, menos ainda de maternidade. O que mais desejava era “curtir a vida” sem maiores compromissos:

Eu não pensava em trabalhar, não pensava em estudar, não pensava em namorar, não pensava em nada! Eu queria só me divertir, eu não tinha nem começado o segundo grau...(...) Eu não queria ser mãe... Eu falava que eu não ia ter filhos, não ia casar e não ia ter filhos. Dizia: se um dia eu casar vai ser bem velha, quase perto dos quarenta...

A gravidez indesejada, aos 17 anos, parece consolidar a certeza de que a maternidade não fazia parte de seus projetos pessoais. Quando, no decorrer da entrevista, é perguntada sobre a possibilidade de outro filho, Adélia é categórica:

Não... nunca mais, nem pensar. Meu sonho de consumo é fazer laqueadura, não tô brincando não. É sonho de consumo mesmo, quando eu estiver trabalhando, tiver dinheiro, eu vou fazer...

Fato interessante e que revela o caráter surpreendente e contraditório do ser humano é a postura assumida por Adélia diante da reação do companheiro frente à notícia de sua gravidez. Embora não quisesse estar vivendo essa situação e não incluísse filhos em seus projetos de vida, ao se deparar com a atitude do namorado, assumiu integralmente a defesa da criança que trazia no ventre:

No dia que eu descobri que estava grávida, ele falou que não era dele, porque quando eu descobri, ele tava viajando de férias e eu fiquei. Aí, quando ele voltou, eu dei a notícia, aí ele falou: como assim? Não, eu viajo, passo um mês e meio fora e você não tava grávida, eu volto e você tá? Não é meu! (...) Ele mandou até eu abortar. Então já começou nesse dia que ele me mandou abortar... Eu joguei ele na parede, quase

perdi; eu joguei ele na parede, eu peguei ele pelo peito, joguei ele na parede e falei: se eu perder essa criança eu te processo e se eu não puder te processar eu vou presa porque eu vou te matar...

Adélia revela-nos a dialética que se faz presente no caminhar da vida. Alheia à lógica ou à racionalidade que se esgotam em determinadas situações do cotidiano, mostra-nos a face paradoxal, incerta e imprevisível do ser humano. Nesse sentido, é preciso reconhecer a complexidade do fenômeno humano de que trata Morin (2007) e que nos leva a considerar as incertezas, indeterminações, incoerências e contradições para alcançar seu entendimento. Se, na visão clássica da ciência, o surgimento da contradição é sinal de erro, na visão da complexidade, a contradição, longe de indicar erro, aponta para “o atingir uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução na nossa lógica” (p. 68).

No caso de Adélia, a gravidez e a maternidade foram assumidas claramente como perda de um momento importante da juventude. Conforme revela, era época de estar viajando com os amigos e aproveitando. Parece ter sido iniciada na vida adulta sob um clima de sacrifício, renúncia e sofrimento, algo que muito se aproximava da imagem que tinha de sua própria mãe. Assim, de forma abrupta, é levada a abandonar as fantasias adolescentes e ingressar em um mundo que lhe exigia muitas responsabilidades.

Eu engravidei e, de repente, eu já tava morando com ele, de repente eu já era dona de casa, mãe e mulher...

E ele [o marido] tava esperando que eu fizesse o melhor sem estar preparada. Nessa época, eu cuidava de casa, cuidava dela [da filha], cuidava dele... Porque quando ele chegava das cachaçadas, eu que cuidava.

De acordo com seu relato, não havia opção, *era aprender ou aprender*. A passagem da adolescência para a vida adulta sob condições tão adversas acabou trazendo implicações no desenvolvimento tanto da jovem mãe, quanto do bebê, que não pôde contar com a atenção adequada. Como Adélia esclarece, a própria relação com o marido também sofreu as conseqüências dessa delicada situação:

Então, eu nunca sabia o que eu tinha que fazer. Eu era a filha mais velha dele!(...) Eu nunca me senti a esposa na casa, e isso foi me acabando...

Sob essas condições, a maternidade foi vivida de forma confusa, insegura e pouco definida. Após a separação, Adélia refere ter tido sorte de encontrar uma casa na mesma rua de sua mãe, o que lhe permitia fazer as refeições lá e contar com sua ajuda na criação da filha. Acrescenta, ainda, que não consegue ficar sozinha na própria casa, sente-se insegura e desprotegida. Tal fato nos leva a considerar os efeitos danosos do ingresso precoce na vida adulta com a maternidade indesejada. O desenvolvimento da personalidade, assim como da confiança em si mesma parecem ter sido amplamente afetados.

g - Outras considerações sobre a maternidade

Além da variedade de sentidos que podem ser atribuídos à maternidade e que conferem à essa experiência um valor extraordinário, muitas outras questões atravessam essa dimensão da vida, tornando-a um fenômeno complexo. Nesse sentido, vale retomar algumas reflexões de Morin (2007) acerca do que vem a ser a complexidade. De acordo com o autor, para melhor apreendê-la, seriam necessárias pelo menos duas considerações iniciais. Primeiro, “a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo”. Segundo, “a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico” (p. 13). Seguindo essa linha de pensamento, a maternidade é tecida com uma variedade enorme de fios que trazem aspectos da dimensão pessoal, social, cultural, política, simbólica e religiosa, dentre outras possíveis.

Na articulação entre a fala de nossas entrevistadas e o contexto social no qual se inscrevem, podemos apreender as tensões e pressões que se fazem presentes no que tange à maternidade. Sutis mecanismos sociais tratam de reafirmar as normas e parâmetros estabelecidos como adequados a uma determinada sociedade. De acordo com Rodrigues (2008), a etnografia mostra que, mesmo nas sociedades tribais, existem controles mediados culturalmente sobre a reprodução que permitem, por exemplo, operar flutuações na taxa de crescimento populacional. Assim, se houver interesse na reprodução como garantia de preservação da sociedade, ela é estimulada e tem sua importância reconhecida. Se, no entanto,

a norma social for anti-natalista, as mulheres, ao transgredirem a norma, podem sofrer estigmatizações e retaliações morais e/ou sociais. Dessa forma, as dimensões individuais e sociais se entrelaçam e muitas vezes se confundem. Na fala de Elisa, podemos constatar a força e a influência desse tipo de dispositivo regulador:

Casei, comecei a faculdade, tava fazendo o curso de Letras na Católica, morando no Guará, aí começava a pressão de quando vem o primeiro filho... O pai dele queria, sonhava com um neto. (...) Aí começou a cobrança: quando que vão ter o primeiro filho? E como que tem o primeiro filho, você no auge daquela paixão, daquela coisa toda? Eu nem pensava ...

Embora, na contemporaneidade, a maternidade possa assumir contornos de projeto individual ou familiar, é inegável que sofre pressões do que se convencionou ser a norma social no tocante a essa questão. O caso de Elisa ilustra uma cena comum na vida dos casais após certo tempo de casamento. Não apenas a família, mas os círculos de amigos, os colegas de trabalho, tratam de lembrar e cobrar sistematicamente a realização do que ainda é o padrão convencional de comportamento a ser seguido: ter filhos no casamento.

Segundo Almeida (2007), o desempenho dos papéis sociais vincula-se a um sistema de valores que norteia a concepção do mundo social e que orienta o comportamento dos indivíduos. Dessa forma, a norma relativa à maternidade, mesmo sendo socialmente produzida, passa a ser naturalizada, ou seja, inscreve-se como expectativa a ser cumprida. Nesse sentido, delineia-se um modo adequado de ser mãe, que inclui: tempo e idade certos, número de filhos, determinada condição financeira, dentre outras condições estabelecidas (Moreira & Nardi, 2009).

Assim, é determinada uma forma ideal de realização da maternidade, que define para os dias atuais, por exemplo, a quantidade de filhos em dois. Como nos explicam Moreira e Nardi (2009), esse número passa a ser regulador na medida em que ter um filho apenas é visto como problemático para o desenvolvimento da criança. Dessa forma, segundo os autores, ter dois filhos, além de evitar as dificuldades de educar o filho único, torna-se recomendável por possibilitar melhores condições de oferecer afeto e recursos financeiros adequados. Acrescentam, ainda, que atualmente uma família com mais de dois filhos é considerada grande e, não raro, é associada à falta de planejamento e certa irresponsabilidade dos pais.

Dentre nossas entrevistadas, duas têm um filho apenas, sendo que uma delas não desejava ter nenhum; a outra, embora quisesse mais um filho, não contou com condições favoráveis para isso. Duas têm dois filhos; uma delas realmente planejou essa quantidade e a outra, embora desejasse ter cinco, pelas dificuldades vividas no papel de mãe e por questões de saúde, acabou optando por dois. Duas têm três filhos; em um dos casos houve a decisão de viver a gravidez aos quarenta anos como se fosse a primeira vez, e a outra, de fato, não planejava o terceiro filho, como se pode perceber na seguinte expressão:

(...) Aí comecei a sentir enjoô do nada, descobri que tava grávida do J.[terceiro filho]; meu mundo acabou de desabar!...

Ao analisarmos os relatos pessoais, é possível perceber uma tendência de conformidade aos parâmetros de comportamentos considerados ideais e que preconizam a quantidade de dois filhos na atualidade. Moreira e Nardi (2009), ao investigarem como os enunciados constituem e contribuem para a normalização da maternidade, ilustram com o ditado “Um é pouco, dois é bom e três é demais” a referência à “escolha” quanto à quantidade de filhos. Os autores fazem, ainda, uma interessante observação acerca de outro ditado popular de uso frequente: “Mãe é tudo igual, só muda o endereço”. Esclarecem que a igualdade aludida, além de ser um efeito discursivo, parece dizer respeito muito mais “ao conjunto de exigências que são colocadas para as mulheres como mães do que a uma uniformidade no modo efetivo com que elas exercem a maternidade” (p. 573).

Em nosso percurso empírico pudemos constatar que, embora nossas entrevistadas tenham nascido após os anos 1960 e, provavelmente, tenham tido acesso às conquistas sociais e mudanças de valores decorrentes dos movimentos feministas, parecem estar, ainda, fortemente atreladas a padrões tradicionais referentes à maternidade. Isso implica em dificuldades, pois o exercício da maternidade pautado por valores seculares requer das mulheres um envolvimento e disponibilidade incompatíveis com as novas demandas do mundo contemporâneo, que lhes exigem investimentos em várias frentes de atuação, o que acarreta sentimentos conflituosos e desgaste físico e emocional.

Dentre as seis entrevistadas, Débora parece ser a que mais se encaixa na forma tradicional de ser mãe e é também a que deixa transparecer maior desgaste físico e emocional no desempenho de suas funções. Vale destacar que seu depoimento foi marcadamente

pontuado pelas expressões “não é fácil” e “é difícil” para referir-se à lida diária. A adequação às normas como forma de atuar no mundo revela a força de influência dos dispositivos reguladores e reflete o jogo de poder que permeia as relações de gênero:

Porque vem da nossa cultura, né? Ainda tem um mundo machista. A gente ainda tem toda a sobrecarga da mulher de antigamente. Toda a administração do lar ainda é nossa, por mais que o homem ajude, fica sempre na ajuda, né? Porque deveria ser também dividido essa parte, mas é nossa; fica tudo do filho ... é tudo com a gente. Então assim, eu acho sobrecarregado, é complicado, mas também é mais fácil da gente conseguir ser feliz. (Débora)

Quando Débora se refere à sobrecarga e dificuldades que lhe cabem, mas em seguida acrescenta que a adaptação a esta situação viabiliza o sentimento de felicidade, parece estar aludindo às sólidas barreiras culturais erguidas entre o domínio masculino e feminino e ao difícil empreendimento de se colocar contra a ordem imposta que lhe atribui deveres e obrigações definidos historicamente. Como mulher, inserida no mercado de trabalho e em contato com os valores que regem o domínio público, encontra dificuldades em equacionar as demandas conflitantes das duas esferas e, mesmo se desdobrando ao máximo, sente-se culpada por não conseguir aproximar-se ainda mais do ideal do que se convencionou ser “a boa mãe”.

Eu não sou a mesma pessoa pros meus filhos como eu já fui...(...) Eu sei a diferença do que você é de qualidade de mãe, não é só quantidade não, mas é assim a tua disposição, a disponibilidade mesmo...(...) Quando eu tô às vezes com a minha filha, eu não tô, porque a cabeça tá em um monte de coisas...(...) Eu queria ter esperado mais [para pegar cargo de auditora]. (Débora)

De acordo com Sarti (2000), na medida em que atualmente existe espaço social para o desenvolvimento individual das mulheres, os papéis familiares se tornam conflitivos na sua forma tradicional. O que se percebe é que a vida familiar continua sendo valorizada. No entanto, os ajustes necessários para atender aos novos arranjos existenciais encontram dificuldades de flexibilização, inclusive por parte das próprias mulheres, como constatamos nos relatos a seguir:

Na verdade, eu gosto de fazer o serviço de casa; então, se eu puder, a casa toda organizada sou eu; os lugares...tudo no lugar sou eu; até a roupa pra guardar sou eu; ninguém mexe no meu armário; então, eu sou um pouco neurótica com essas manias de arrumação; obsessiva mesmo, de ter essa coisa do controle. (Débora)

Na verdade o ônus maior é pra mulher, porque o homem só trabalha, só traz o dinheiro, mas em casa quem resolve tudo é a mulher, sou eu, né? Então a sobrecarga é muito grande; quando chega em casa tem que estar tudo prontinho, porque se não, tem... tem aquela cobrança; mas ele tem razão, porque ele precisa fazer o dinheiro... (Elisa)

A fala de Elisa nos coloca diante da experiência conflituosa frente à realidade que vivencia. Se por um lado reconhece a legitimidade de seus anseios profissionais, desejos de autonomia e realização em outras esferas da vida, por outro, se vê como a principal responsável pela criação dos filhos e administração do lar, o que denota estreita ligação com valores tradicionais. Embora questione a rígida demarcação de papéis, parece assumir como especificamente feminina as atribuições domésticas e, “naturalmente” masculina, a provisão do lar. A fala seguinte reforça esse pensamento:

(...) Do ponto de vista do homem também não é fácil, ele tem a responsabilidade toda da família, então tem isso em jogo. Mas eu me sinto bem!(...) A pressão que eu sinto é a seguinte: o homem quer chegar em casa e ver tudo pronto. Ele curte, Nossa Senhora! Ele chega em casa e tá tudo pronto...

No caso de Elisa, é provável que a nítida demarcação de papéis tenha ficado acentuada devido à opção em adiar o investimento na área profissional e escolher se dedicar à família. Contudo, ela se mostra bastante consciente de que precisou fazer uma escolha e que isso implicou abrir mão de outras tantas, pelo menos temporariamente, como deixa transparecer no seguinte trecho: *Assim, essa coisa de ser dona-de-casa, de ser dependente, nunca existiu na minha cabeça. Isso foi uma necessidade que eu tive que me adequar!*

É interessante registrar que no relato de Elisa fica muito claro que ocupar a posição de dona-de-casa nos dias atuais não significa estar imune ao estresse que assola as mulheres que se propõem a conciliar família e trabalho. Em um tom de desabafo, nossa entrevistada revela

que ocupando esse espaço, por vezes, sente-se excluída da sociedade e diferente de suas amigas.

Embora haja consenso entre nossas entrevistadas sobre a desigualdade na divisão das responsabilidades domésticas, essas mulheres encontram dificuldades em questionar os fundamentos ideológicos que as colocam como eixo fundamental na organização familiar. Esse fato nos remete à dimensão política que perpassa o fenômeno maternidade. Há pelo menos quatro décadas os movimentos feministas já levantavam a bandeira “o pessoal é político” para denunciar as desigualdades e injustiças impostas ao espaço privado do lar, destinado às mulheres, frente à oposição ao espaço público, destinado aos homens. De acordo com Swain (2005), ao se demarcar os territórios e se fixar atribuições segundo o gênero, retirou-se das mulheres a condição de agentes, de sujeitos políticos. Assim, segundo a autora, as mulheres foram reduzidas, ao longo dos séculos, a um papel “natural”, secundário, recluso e passivo. A longa trajetória histórica do feminino, marcada pela dissociação com o mundo político, parece ter deixado marcas profundas nas subjetividades das mulheres, dificultando a atuação das mesmas em benefício próprio.

Na fala das mulheres ouvidas, nos deparamos com situações que refletem a forma pessoal de lidar com os efeitos das desigualdades de gênero na esfera privada. Como bem nos lembram Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), encontrar uma solução para os impasses advindos da divisão tradicional dos papéis sexuais tem ficado muito mais a cargo de cada mulher. Segundo as autoras, “Cabe à mulher descobrir os melhores meios, os mais congruentes com suas necessidades, possibilidades e vontades” (p. 174).

Débora, ao assumir o papel da boa mãe nos moldes tradicionais, exigindo-se, inclusive, cuidar pessoalmente tanto da casa quanto dos filhos, precisou chegar ao limite de suas condições físicas para buscar alternativas que atenuassem a desigual divisão das responsabilidades domésticas. Contudo, tal fato não foi suficiente para levá-la a questionamentos quanto a essa divisão:

*Eu ficava muito só cuidando das crianças.... mas eu gostava, tá! Mas só que era totalmente diferente da vida que eu tinha tido, e eu tinha que dar conta sozinha...(..)
Eu fiquei com a coluna toda estourada...não precisava sofrer tanto; então, quando minha filha tinha três pra quatro meses, aí eu vi que não dava mais; eu falei: gente é*

impossível! Não dou conta, não dou conta... Aí resolvi colocar uma empregada!(Débora)

Como salienta Duran (1983), o espaço doméstico encontra-se subordinado ao espaço público, gerador de renda e *status*; assim, situa-se na periferia do poder e distancia-se do jogo político. Ademais, pode-se acrescentar que negociar o compartilhamento dos cuidados com os filhos pode significar, para algumas mulheres, distanciarem-se da norma que define a boa mãe como aquela que coloca o filho em primeiro lugar e abre mão de outras realizações em prol do bem-estar da família. Implica, portanto, em desconstruir uma imagem arraigada em si mesma e construir um novo modelo de mãe, em sintonia com a realidade plural, dinâmica e incerta. Esse, no entanto, não é um empreendimento que se realiza sem resistência, contradições e inseguranças.

Ao se considerar a maternidade na interface de múltiplas dimensões e sentidos na vida das mulheres, pode-se ter uma idéia do quanto se faz significativa e, em certos casos, até mesmo imperiosa na existência feminina. Embora muito se fale sobre a propalada liberdade de escolhas que se faz presente na condição de sujeito social conquistada pelas mulheres, e a maternidade possa incluir-se como uma, a ser feita ou não, constatamos que essa liberdade ainda opera de forma precária, talvez muito mais em um nível idealizado que efetivamente vivido. Conforme vimos, a maternidade pode assumir caráter reparador de vivências passadas e, portanto, revestir-se do estatuto de necessidade de ser experienciada. Além disso, ainda é freqüente a situação de “ver-se grávida de repente”, ou mesmo de ceder às pressões familiares e sociais que cobram o nascimento de descendentes. Assumir a posição de sujeito de escolhas, principalmente quando estas se referem à maternidade, é fenômeno que se mostra complexo. O exercício da liberdade sexual e o de assumir a autoria da própria história é algo em construção para as mulheres, sujeito a vacilações e, ainda em processo de descobertas.

Em estudo que buscou investigar as experiências de mulheres que, por opção ou por circunstâncias, não tiveram filhos, Mansur (2003) verificou que a não realização do potencial de ser mãe traduz-se em um desvio de norma secular e instauração de incômoda diferença para estas mulheres. De acordo com a autora, ao se colocarem em desacordo com as expectativas sociais, tais mulheres experimentam sentimentos conflitantes e, muitas vezes, a “escolha” vai sendo elaborada com sofrimento. É oportuno lembrar que a não-maternidade pode ocorrer em consequência de problemas ligados à infertilidade, ou mesmo, por não se ter

encontrado um parceiro em momento adequado. Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), buscando entender como mulheres estão lidando com a opção de adiar a maternidade e/ou não ter filhos, observaram que, embora socialmente já se admita a possibilidade da mulher escolher não ser mãe, esta decisão ainda é acompanhada de cobranças e de expressões pejorativas que denotam resistência quanto à nova realidade que se impõe.

Acreditamos que a partir de melhor entendimento sobre o sentido, importância e complexidade da maternidade na vida das mulheres, se possam reinventar relações com essa dimensão do feminino, fazendo frente aos desafios da contemporaneidade. Instigar questionamentos sobre valores, representações e atribuições de papéis torna-se fundamental para se desarticular um funcionamento social e familiar que tem exigido das mulheres ônus tão elevado. Além disso, é necessário que as próprias mulheres se tornem mais conscientes de sua participação na manutenção de normas e padrões de comportamento que dificultam suas vidas nos dias atuais.

6.2 – As mulheres em relação com o trabalho

Se a maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho tornou-se indelével marca das conquistas femininas no século XX, a consolidação do trabalho como elemento fundamental da identidade das mulheres, bem como requisito indispensável da auto-estima e sentimento de pertença à sociedade, inaugura o cenário do novo século. Retomando o pensamento de Lipovetsky (2000), “O trabalho feminino já não aparece como último recurso, mas como uma exigência individual e identitária, uma condição para realizar-se na existência, um meio de auto-afirmação” (p. 221).

Ao considerarmos a identidade perpassada por dimensões pessoais e sociais e, além disso, atravessada pelas mudanças culturais que valorizam a independência e autonomia, é de se supor que as formas de “ser mulher” encontrem-se fortemente afetadas por esses referenciais. De acordo com Losada e Rocha-Coutinho (2007), ter uma profissão se insere como algo que já faz parte de um desenvolvimento “natural” das mulheres e não simplesmente uma escolha que se coloca na idade adulta.

No depoimento de nossas entrevistadas, é nítida a centralidade que a atividade profissional ocupa em suas vidas:

Era um sonho antigo que eu tinha, eu me imaginava independente, eu já sonhava ser independente dos meus pais, em ter aquela autonomia, de ter o meu dinheiro, minhas coisas, de conquistar o meu espaço; aí de repente as coisas impulsionaram pro casamento...(Elisa)

(...) hoje o trabalho pra mim é uma continuidade, sabe, é algo assim que me realiza, que eu não me vejo não trabalhando; é algo que faz parte da minha vida, tá nos meus planos, tá na minha rotina e tem um significado... (...) é muito importante pra mim sair pra trabalhar, também é um tempo meu, né? Uma coisa individual; existe uma realização nisso muito importante, mas só isso não seria suficiente...(Bruna)

As falas de Elisa e Bruna trazem os reflexos de um processo de socialização que estendeu às mulheres o incentivo à educação e a projetos profissionais. Não se deve, contudo, desconsiderar que, paralelo a isso, outro discurso hegemônico continuou reverberando valores tradicionais ligados às responsabilidades familiares atribuídas especificamente às mulheres. Assim, a coexistência do antigo e do novo, do arcaico e do moderno repercute na vida dessas mulheres sob a forma de conflitos, incertezas e questionamentos.

Embora Elisa acalentasse, desde cedo, o sonho de ser independente e ter autonomia, quando confrontada com as solicitações da experiência de ser mãe, viu-se diante de um grande impasse, onde valores tradicionais e o sentido atribuído à maternidade falaram mais alto. Os projetos profissionais precisaram, nesse caso, ser adiados, mas permaneceram clamando por realização, inscrevendo a dimensão do trabalho como essencial ao pleno desenvolvimento humano.

O que mais me incomoda é o sonho que ficou pra trás, aquela coisa de criança, de ter autonomia, de ter seu trabalho, é aquela coisa que ficou... (...) aquele sonho que foi e ficou, entendeu? Essa coisa de você não ser reconhecida porque você não tem profissão. Então eu acho que isso que ficou, e é isso que eu pretendo buscar, correr atrás, buscar no futuro...

O relato de Débora também é exemplar para ilustrar a tensão que se estabelece entre os legítimos e atuais anseios por independência e autonomia e a permanência do desejo de ser mãe, que, de alguma forma, exige uma dinâmica de funcionamento em dissonância com a esfera pública. Ou seja, para o exercício da maternidade, são requeridos atitudes e

comportamentos que, por vezes, são incompatíveis com aqueles esperados e exigidos no mundo do trabalho remunerado.

(...) sempre fui super independente a ponto de ninguém acreditar como que eu poderia estar em casa cuidando de filho ...

Na história de vida de Débora incluem-se a valorização da liberdade e projetos pessoais ligados à profissão. Ela vem de uma família em que ambos, pai e mãe, trabalhavam e seu relato deixa transparecer que houve incentivo para que trilhasse o caminho profissional. No entanto, em seu caso, a mesma biografia parece ter sido fundamental para determinar uma premente necessidade de vivenciar a maternidade de forma obstinada, a ponto de optar em se licenciar do trabalho por quase cinco anos para melhor exercer as funções maternas. Percebemos, no percurso de vida dessa mulher, a coexistência de dois discursos hegemônicos: um tradicional, que lembra o modelo ideal de ser mãe, e outro moderno, que acompanha as evoluções empreendidas nas relações de gênero.

a – O trabalho: fonte de renda e promotor de dignidade, valorização e realização pessoal

Como afirma Maruani (2003), a feminização do mercado de trabalho é uma realidade e sabemos que, em grande medida, atende às necessidades de sobrevivência e de adequação à economia capitalista em que vivemos. Contudo, é importante assinalarmos a inscrição subjetiva que o trabalho vem adquirindo na vida das mulheres. É visível que, gradualmente, este vem assumindo valores e sentidos múltiplos e se incorporando como dimensão fundamental da existência. O relato de Cecília torna-se significativo ao ilustrar essa questão e trazer a importância que o trabalho assume em vários sentidos. Primeiramente, ligado ao atendimento de necessidades básicas:

Quando eu tinha dezoito anos, meu pai morreu; eu, no meu inconsciente, pensei: eu tenho que vazar daqui [a casa dos pais], senão vão me matar. Foi aí que eu meti o pé e sumi no mundo...

Assumir a responsabilidade por sua própria subsistência, ainda na adolescência, implicou a necessidade de ter um trabalho. Todavia, o que se percebeu foi que a dimensão do trabalho adquiriu, no decorrer de sua vida, um valor que em muito transcendeu a questão da sobrevivência. Entre lágrimas e forte emoção, Cecília revela-nos um valioso sentido:

Olha, o que me realiza é eu poder produzir coisas que outras pessoas vão poder usar, tipo deixar um estudo, um artigo, uma pesquisa que daqui um tempo ... já pensou meu neto usando meu artigo?! Ia ser muito legal mesmo, quando eu não estiver mais aqui ... tipo assim, deixei alguma coisa produtiva pra minha descendência, nem que seja meus filhos. Daqui, sei lá alguns anos, eu pensar: outros estudantes vão aprender, ter acesso ao conhecimento por meio do meu trabalho, isso me deixa feliz...

Na história de Cecília, assim como a maternidade inscreveu-se como necessidade de resgate da própria identidade, o trabalho parece conferir sentimento de dignidade e valorização na reconstrução da auto-imagem tão violentamente atingida, conforme explicitamos anteriormente. Além disso, diante de dificuldades encontradas em outras áreas da vida, como relacionamentos afetivos e vida social, o trabalho tornou-se alvo de investimentos maciços e importante fonte de satisfação pessoal capaz de motivá-la e conferir sentido à vida.

b – O trabalho: fonte de reconhecimento social, independência e autonomia

No depoimento de Elisa encontramos conflitos e inquietações diante da impossibilidade temporária de se incluir no mercado de trabalho. Embora esteja em uma relação conjugal que lhe proporciona situação financeira confortável e na qual não há cobranças quanto a gastos e direcionamento da renda familiar, que em grande parte é administrada por ela, deixa transparecer o incômodo dessa situação:

Pra você ser reconhecida, você tem que estar inserida dentro do seu contexto, (...) Se você é só dona-de-casa, você não consegue o reconhecimento pela sociedade... (...) Se você não está no mercado de trabalho, você se sente meio burra, comparado com as outras mulheres que estão; porque existe sempre essa pressão, de que hoje em dia a mulher não deve ficar só dentro de casa...

Quando Elisa se refere às pressões que silenciosamente atuam no sentido de forçarem um caminho a ser seguido e que, dessa forma, vão conferir sentimento de pertença ao grupo, nos remete às considerações de Losada e Rocha-Coutinho (2007): “parece haver uma força ideológica que ‘empurra’ a mulher para o mercado de trabalho a qualquer custo” (p. 498). Além disso, a fala de nossa entrevistada traz, claramente, outras pressões, que longe de serem

silenciosas, são proferidas justamente por aqueles pelos quais abriu mão de outras formas de realização: os filhos.

Às vezes, a minha filha chega e fala assim (agora nem tanto, porque agora já entendeu), mas quando era menor falava: a senhora trabalha onde mesmo? O que que a senhora faz? ... Ela quer um referencial, porque a amiguinha dela... a mãe dela é dentista, é médica; então a criança quer um referencial da mãe... E aí, a senhora é o que? A senhora tem que ser alguma coisa; então, até as próprias crianças já entenderam que a mãe tem que ser alguma coisa além de mãe...

Além das múltiplas e diversificadas pressões que cobram atuação no espaço valorizado da esfera pública, mulheres como Elisa, que optaram por fazer um maciço investimento na família, deparam-se, sobretudo, com conflitos internos. Ao se verem lembradas do que não fazem (trabalhar fora de casa), muitas vezes se percebem desvalorizadas pelo que fazem (cuidar da casa e filhos), que é, num discurso social contraditório e ambíguo, lembrado a todo instante como fundamento de uma sociedade saudável e equilibrada. Assim, embora nossa entrevistada tenha priorizado a família em um momento em que não pôde contar com uma rede de apoio que lhe desse outras alternativas viáveis, não se sente reconhecida socialmente, o que traz repercussões para sua identidade e auto-estima, como se verifica no trecho a seguir:

E assim, na verdade, a gente quando tá próximo de alguém que trabalha, a gente se sente um pouquinho diminuído. Pôxa! Por que essa pessoa dá conta de trabalhar, de ser mãe, de ser mulher e eu não dou conta, entendeu? Por que ela consegue desempenhar vários papéis e eu não consigo desempenhar?... E a gente observa que a mulher que fica em casa, embora ela seja maquiada com essa coisa de dona-de-casa moderna, ela ainda é meio frustrada, sente que ela está sempre recuada. Como se ela tivesse ficando pra trás mesmo, como se essas mulheres que trabalham estivessem assim mais à frente da gente. Elas tão conseguindo o reconhecimento, o que a gente não tem, né?(Elisa)

Não estar inserida no mercado de trabalho parece criar dificuldades na configuração da identidade que, na contemporaneidade, assume contornos inéditos que denotam maior complexificação da realidade. Retomando o percurso teórico empreendido neste estudo, vale

lembrar as reflexões tecidas por Ciampa (1987) que tomam a identidade como algo que se realiza na atividade social e aí busca um sentido para a vida. Além disso, cabe considerar as ponderações de Deschamps e Moliner (2009) quanto à busca das pessoas, inseridas em um contexto social, por sentimento de pertença e também de singularidade. Não acompanhar um estilo de vida, plural, mutante, dinâmico e que integra diferentes dimensões parece assumir valor negativo, ainda que justificado por tão nobres intenções (dedicação à maternidade).

Nesse sentido, é oportuno destacar que, embora na atualidade as mulheres desfrutem de maior liberdade de fazer escolhas, sustentar uma opção que destoe dos padrões socialmente convencionados (não estar inserida no mercado de trabalho) é fator de sofrimento psíquico. Se considerarmos a intensidade e constância da participação feminina no mercado de trabalho, inclusive das mães de filhos pequenos, é de se supor que não fazer parte do rol de mulheres que assumem o desafio de exercer múltiplas e diversificadas funções gere sentimentos de inadequação e incapacidade.

c – Outras considerações sobre o trabalho na vida das mulheres

Cabe lembrar, que o discurso social de valorização dos cuidados maternos e da figura da mãe na educação dos filhos, não condiz com as políticas voltadas a esse fim, que ainda se mostram incipientes e pouco abrangentes. Sorj, Fontes e Machado (2007) trazem à tona essa questão quando apontam que o pouco desenvolvimento dos serviços públicos atua como cerceador da quantidade e qualidade da inserção feminina no mercado de trabalho. As autoras argumentam que a gestão dos conflitos entre trabalho e família permanece como questão de foro privado muito em função do desenvolvimento insuficiente das políticas públicas. Além disso, ressaltam que o estágio de desenvolvimento dessas políticas sinaliza a forma como a sociedade percebe e valoriza tais questões. Ou seja, embora o discurso social valorize e cobre das mulheres comprometimento com os cuidados relativos à família, a prática política deixa transparecer a inconsistência dessa retórica.

Nesse sentido, a falta de uma rede de apoio familiar e institucional foi decisiva para que Elisa não pudesse fazer uma opção conciliatória entre família e trabalho, o que, segundo Picanço (2005), tem sido uma escolha recorrente para grande número de mulheres quando podem contar com apoio externo. A esse respeito, Bruschini, Ricoldi e Mercado (2008) destacam que, na região Sudeste, por haver uma presença mais efetiva de instituições de apoio

(creches e escolas infantis), as taxas de atividade das mães de filhos muito pequenos (até quatro anos) são bem mais elevadas do que a de mulheres de outras regiões do país que não contam com tal suporte. Os autores enfatizam que, em 2005, as mais altas taxas de atividade feminina, superiores a 70%, no país, são as das mães com filhos maiores de sete e até 14 anos, faixa etária em que a escola fundamental obrigatória, funciona como apoio no cuidado infantil.

A história de Cecília nos faz pensar nas limitações que a falta de uma rede de apoio impõe ao desenvolvimento do potencial profissional. É inegável que se trata de uma mulher com aspirações e comprometimento com a carreira, e aqui cabe fazer distinção entre trabalho e carreira. De acordo com Miranda-Martins (2006), enquanto o trabalho diz respeito ao exercício de atividades que geralmente não requerem alto-grau de instrução, não demandam altos investimentos externos ao ambiente de trabalho e atendem mais a suprir necessidades financeiras, a carreira implica alto investimento em aperfeiçoamento, grande envolvimento pessoal e projetos de ascensão profissional. O relato de Cecília ilustra o esforço de encontrar soluções individuais para contornar e minimizar os efeitos perversos de uma realidade social contraditória e marcada por desigualdades de condições entre os gêneros.

Sendo obrigada a assumir, sozinha, os cuidados com a filha, Cecília precisou, em muitos momentos, buscar com determinação e criatividade a conciliação entre a esfera familiar e a profissional. Certa ocasião, quando a filha estava com dois anos, ao chegar em casa, já de noite, e não encontrar a filha e a empregada - que depois soube estar em um bar bebendo com as amigas, tomou a decisão de trancar a faculdade, mas isso não implicou em estancar seus projetos pessoais. A saída encontrada foi fazer curso à distância, o que denota o alto grau de comprometimento com a questão profissional.

Minha vida é trabalho e estudo, eu estudo muito, muito, muito. Tanto é que eu fiz um artigo científico sozinha, sem orientação, porque eu não consegui orientação. O artigo foi aceito pela Universidade Estadual de Goiás e está pra ser publicado.

Para Cecília, planos de mestrado e doutorado incluem-se entre as perspectivas de futuro e isso nos faz refletir sobre a magnitude que assume o trabalho e, mais especificamente, a carreira na constituição de formas de “ser mulher” pautadas, não apenas por multiplicidade de tarefas e funções, mas também por novas possibilidades de atuação no

mundo. Nesse ponto, valendo-nos do pensamento de Giddens (2002) cabe salientar que, diante das novas possibilidades que se apresentam no cenário contemporâneo, coexistem riscos e tensões permanentes. Ou seja, o próprio momento histórico que vivemos, a que o autor intitulou modernidade tardia, traz acessibilidade a um leque de escolhas possíveis, que demanda, entre outras coisas, aprender a lidar com a frustração. Ao se fazer uma escolha, impõe-se a necessidade de abrir mão de muitas outras, e isso é algo que requer um processo reflexivo que parece estar presente no caso de Cecília:

Olha, eu já namorei algumas pessoas depois que eu me separei, mas o que é que acontece? Os homens não conseguem entender algumas limitações que a gente tem, eles não passam por isso, então eles não têm como saber. Então tipo... um cara não quer uma mulher que não pode sair de noite, que não possa ficar sozinha, entendeu? (...) Resumo: hoje eu tô sozinha, não tenho namorado nem ninguém, ou é minha filha ou eles, não dá pra conciliar (...) Eu trabalho e estudo até não poder mais ...

Para nossa entrevistada, projetos pessoais que incluem os cuidados com a filha e o investimento na carreira implicam em elaboração dessa escolha que compromete outras possibilidades de realização. Cecília mostra-se bastante consciente de tal realidade e procura focar sua atenção naquilo que está ao seu alcance nessa fase da vida e não no que está deixando de viver pelas circunstâncias de seu contexto social. Percebemos aí um processo reflexivo, fator de saúde mental, talvez favorecido pelo contato com um processo terapêutico iniciado em fase crítica da vida:

Aí num dia eu caí numa depressão, minha filha, que eu fui parar no psiquiatra. Fiz tratamento, tomei remédios muitos fortes e tal, foi aí que eu comecei a entender algumas relações, minha mãe, meu pai e tal ... (...) Hoje eu me sinto bem, eu tenho boa noção das coisas... do que eu quero, e do que eu não quero; do que eu não permito na minha vida, e do que ... às vezes, a gente tem que abrir mão de algumas coisas em detrimento de outras, né?

No depoimento de Fernanda também encontramos essa conscientização de que, ao privilegiar uma dimensão da vida, outras áreas ficam, de alguma forma, prejudicadas. Vale ressaltar que ela também passou por acompanhamento psicológico, o que pode ter influenciado na melhor elaboração dos aspectos envolvidos em suas escolhas e permitido

seguir na vida, contornando as pressões e dificuldades. Ao imperativo que se impôs de conciliar família e trabalho em condições adversas, não houve chance para considerações acerca do desenvolvimento de uma carreira, fato que só recentemente pôde entrar na pauta das possibilidades reais:

Foi uma guinada que dei na minha vida eu ter me formado, e eu também guinei no trabalho.(...) Então não tá sendo muito fácil pra mim, porque eu já estou numa idade mais madura, concorrendo com meninos que estão saindo da faculdade. Eu estou conquistando assim espaço novamente no trabalho. (...) A carreira ainda não desabrochou, mas é uma possibilidade.(...) Mas eu tive outras escolhas antes também. Eu tive outras escolhas, eu dei prioridade pra outras áreas da minha vida, fiz outras coisas interessantes que talvez um monte de pessoas não tenha feito...

Maior investimento na área profissional apresenta-se, nesta fase da vida de Fernanda, não apenas como consequência de um momento mais favorável, no qual conta com melhores condições financeiras e ajuda de terceiros nos cuidados com o filho pequeno. Na verdade, diante das possibilidades que o mundo oferece, torna-se imperativo certa adequação a um perfil profissional em sintonia com novas demandas contemporâneas. Algumas de nossas entrevistadas revelaram sentirem-se impelidas a acompanhar um estilo de vida que inclui o trabalho como elemento definidor da condição de sujeito social.

Nesse sentido, Débora, em seu relato, deixa entrever que, mesmo sendo uma mulher de apenas 40 anos, vê-se destoando de colegas de trabalho mais jovens que conferem ao trabalho um valor privilegiado. Assim, sente-se pressionada a desenvolver mais seu potencial profissional.

Lá no trabalho, eu olho e falo assim: caramba! Eu já não sou mais desse tempo. E eu tô tentando, tô tentando, na verdade, estou nessa fase de tentar pegar essa função, se for pra ser...eu vou conseguir, entendeu?

Eu vou voltar a estudar agora, vou fazer pós-graduação e eu não sei como vai ser. Eu tenho que fazer porque pra área que eu estou, eu tenho que fazer.(...) eu poderia não querer agora, mas não tenho essa opção, nesse cargo.

Débora revela não apenas a angústia quanto ao desenvolvimento profissional, mas também o caráter contraditório de seus pensamentos. Inicialmente, afirma que investir na profissão neste momento é uma escolha pessoal, no entanto, deixa entrever vários elementos envolvidos na intitulada “escolha”. Percebe-se que sua decisão atende a várias demandas. Primeiramente o incentivo do marido, que assume contornos de pressão para que ela desenvolva seu potencial profissional:

Pegar a função, na verdade, assim, é uma oportunidade; só que eu mesma, por mim, talvez eu não tivesse pego; (...) é o meu marido que fala que eu posso, é ele que tá futucando..., porque se não fosse por ele, hoje eu estaria na função antiga. Então é mais por estímulo dele, e ele fala que eu vou dar conta...

Em segundo lugar, Débora parece buscar na dedicação ao trabalho uma forma de ir preenchendo sua vida com projetos pessoais e gradualmente permitir maior liberdade aos filhos adolescentes. Embora atravessada por inseguranças, Débora parece perceber, no envolvimento profissional, um meio de conferir sentido à sua vida, que por longos anos foi voltada prioritariamente aos filhos. Tal processo é vivido com angústia e pontuado por incertezas, mas é percebido como necessário e importante.

Na verdade eu estou tentando, (...) eu não sei se vou dar conta; tô nessa fase que é muita coisa; então tem hora que eu falo assim: será que vale a pena? Será que vale a pena eu ficar tão cansada assim? Será que isso compensa? Pra que?

Se fosse em outro tempo, eu não faria essa opção [investir na carreira], jamais! Eu tô fazendo agora porque os meninos já estão grandes, mas mesmo assim... eu ainda fico pensando se não seria interessante só daqui uns três, quatro anos ...

Eu ainda não consigo te dizer se esse investimento profissional é a solução, se é o caminho, não consigo, mas é assim que eu tô tentando, tô tentando mesmo...

Fernanda também traz algo da pressão social que permeia as relações de trabalho e do desejo de se sentir incluída em seu contexto. Aos 40 anos, vive a experiência de iniciar uma nova etapa no trabalho após ter concluído o curso superior. Assumir função de maior exigência intelectual e buscar aprimoramento profissional compõe o cenário de adequação a

uma realidade que exige reciclagem de conhecimento, dinamismo, competitividade e envolvimento com a carreira. Sua fala é reveladora:

Todos os meus colegas de trabalho que resolveram tomar essa decisão antes [investir na carreira], já estão na minha frente; então tem essa questão também de todos os meus colegas já estarem muito mais na minha frente, eu ainda estou engatinhando, eu estou concorrendo com quem entrou agora; então é complicado também na parte profissional. Eu me vejo em desvantagem sim; porque querendo ou não, as pessoas questionam: pôxa, tantos anos de serviço e ainda tá nessa!

Considerando as diversas formas de interação com o mercado de trabalho apresentadas pelas mulheres entrevistadas, constatamos que, se estar fora do mercado de trabalho mobiliza sentimentos de exclusão, alienação e desvalorização, como no caso de Elisa, estar nesse mercado não assegura a ausência de tais sentimentos, caso de Débora e Fernanda, por exemplo. Encontramos, ainda, na fala de Bruna, expressões que deixam transparecer a auto-cobrança que se instala diante de modelos femininos contemporâneos que rompem com a imagem de mulher passiva, pouco competitiva, alheia a ambições profissionais:

Eu fico questionando assim se é comodismo, até que ponto é conforto, comodismo e até onde eu deveria de repente buscar uma coisa nova... então as vezes eu fico... oscila, (...) de repente eu podia estar buscando uma coisa melhor, né?... algo que eu pudesse crescer um pouco mais; aí depois vem aquela coisa do temperamento, de ah! tá confortável, então deixa quieto. Mas quando eu oscilo não tem uma expectativa dos outros não, é mais uma coisa minha. É uma coisa minha de ... tá me questionando quanto à acomodação, de... pera aí! eu estou muito jovem, eu tô acomodada!...

Embora Bruna conte com a estabilidade e segurança de ser funcionária pública concursada e, como relata, ter um perfil profissional avesso à competição, sente as ressonâncias de um discurso social que lembra a todo instante que o mercado de trabalho é dinâmico e exige engajamento e aperfeiçoamento constante. Ou seja, existe uma pressão velada que requer esforço de adequação a valores socialmente compartilhados.

Uma questão que merece destaque e que julgamos relevante quando se busca maior igualdade nas relações entre homens e mulheres diz respeito à valorização atribuída ao trabalho realizado no âmbito do lar. Embora na literatura tenhamos constatado que os afazeres

domésticos e as funções familiares atribuídas às mulheres não desfrutam socialmente de *status* e reconhecimento, nossa entrevistada que ocupa o lugar social de dona-de-casa - Elisa - revelou-se bastante conscientizada de sua condição de trabalhadora. Tal achado reveste-se de significativa importância, pois sinaliza uma mudança de percepção em relação a si mesma como mulher que participa com um tipo de trabalho que, embora não-remunerado, é socialmente necessário. Essa conscientização torna-se caminho para a desconstrução de um modelo cultural que desqualifica e mesmo torna invisível o trabalho extenuante realizado no espaço privado do lar.

É nosso ponto de vista que a conscientização acerca do valor e importância desse tipo de trabalho, a começar pelas próprias mulheres, é fator primordial para que ocorram negociações a fim de se alcançar maior equalização entre os sexos no que diz respeito às responsabilidades domésticas. No entanto, estudos como o de Losada e Rocha-Coutinho (2007) sinalizam outra realidade distante dessa condição favorável. As autoras alertam para o fato de que as mulheres, ao se inserirem no mercado de trabalho, parecem incorporar a lógica mecanicista da divisão das esferas de atuação de forma dicotômica: pública (da produção) e privada (da reprodução). Tal situação leva as mulheres a atribuírem ao trabalho doméstico e às demais incumbências familiares valor de não-produção, “desperdício de talento” e até de “perda de tempo”. Vemos, nesse tipo de comportamento, um fator de risco para a manutenção da diferença hierárquica, pois buscar parceria para algo que se mantém desvalorizado torna-se muito mais difícil.

A questão da não valorização do trabalho doméstico é algo complexo e romper com essa condição é desafio de grandes proporções. Na sociedade capitalista, pautada pelo poder de consumo, mesmo que o trabalho doméstico fosse reconhecido socialmente como tal, faltariam atributos, como por exemplo, valor econômico e valor de troca, capazes de conferir independência e autonomia a quem os realiza. Nesse sentido, encontramos em Elisa os vestígios da condição de dependência que se instaura na situação de ser dona-de-casa, mesmo que revestida de uma aparência de modernidade:

Você ter seu dinheiro, sua autonomia, é muito importante. Porque a mulher quando não trabalha, ela não tem autonomia; ela vive como uma eterna criança...

Eu acho que essa é a diferença da mulher que não consegue se colocar no mercado de trabalho. Você sempre fica ponderando as coisas, você sempre fica querendo agradar, não é agradar, na verdade você fica com medo de desagradar o seu marido, então você vira uma eterna criança, eu me sinto assim... Sinto falta de ter autonomia.

Ser mulher dona-de-casa e não contar com valorização social quanto às responsabilidades que lhe cabem reforçam a condição de subordinação e dependência, tanto no plano simbólico, como no econômico. Além disso, quando se tem acesso à escolarização de nível superior, fica facilitado o contato com valores que permitem questionar o lugar social que se ocupa, o que acentua a probabilidade de conflitos e dilemas. É muito interessante a alusão feita por Elisa à imagem de criança na qual se sente espelhada. Nessa condição, sente-se incapacitada de assumir a direção da própria vida, o que vai de encontro aos ideais modernos de independência e autonomia que se afinam com a valorização da individualidade.

Ao falarmos de independência e autonomia, vale destacar a história pessoal de Adélia, em que tais aspirações tornaram-se possíveis a partir do rompimento de uma relação conjugal disfuncional e não satisfatória, fazendo valer direitos conquistados pelas lutas femininas das últimas décadas. No entanto, em seu caso, não poder contar com os recursos de um trabalho remunerado no momento atual, coloca em risco não apenas a opção de ser independente, mas, sobretudo, sua própria identidade. Como se percebe em seu relato, o estresse e ansiedade são visíveis e comprometem um recomeço almejado:

Eu digo, normalmente, que minha vida ultimamente não tá, não tá nada, eu não tô estudando, não tô trabalhando, não tô namorando, não tô nada (riso ansioso)... Parece que eu parei no tempo, pra mim está muito difícil ... uma agonia!

Nos últimos meses, eu engordei, cansaço direto, uma vontade de dormir o dia inteiro, chega à noite eu não consigo dormir. Me sinto cansada, irritada, sem vontade pra nada...

A situação vivenciada por Adélia nos coloca diante da essencialidade do trabalho como veículo mediador e sustentador das novas possibilidades que se apresentam na vida. Se, em um momento crucial de sua trajetória, pôde sair de uma situação opressora e cerceadora de seu crescimento, o trabalho, agora, torna-se elemento fundamental para assegurar o caminhar em novas direções ancorada na possibilidade de fazer escolhas. Ademais, considerando as

reflexões de Diniz (2004), sendo o trabalho fundamental na constituição da identidade e da auto-estima, uma vez que a capacidade produtiva foi inscrita como fator de valorização pessoal e social, a falta deste pode comprometer o senso de identidade e a própria saúde mental.

Assim, o trabalho, além do sentido de realização pessoal, fonte de satisfação, de *status* social e de necessidade econômica, assume o caráter de veículo fundamental na promoção da autonomia e liberdade, atributos tão caros ao processo de democratização das relações sociais, foco e alvo da luta empreendida pelas mulheres ao longo dos anos.

Conforme pontua Picanço (2005), o trabalho remunerado foi um dos principais temas que impulsionou os estudos sobre as mulheres na segunda metade do século XX, na qualidade de ser um dos grandes diferenciais que marcavam a vida de homens e mulheres. Enquanto o trabalho estava incorporado à vivência masculina, encontrava-se distanciado da feminina, sendo tomado, em muitos estudos, como fator explicativo da condição de subordinação das mulheres. A partir dos anos 1960, a maciça participação feminina no mercado de trabalho configurou-se grande fenômeno social do final do século.

Embora a literatura reitere as condições de precariedade e vulnerabilidade da inserção feminina na área do trabalho, bem como a persistência das desigualdades entre os gêneros na esfera pública, é fato que avanços significativos têm ocorrido e que o trabalho inscreve-se como valor inexorável da trajetória de vida das mulheres na contemporaneidade. Se, em um passado recente, era comum a concentração das mulheres em setores tradicionalmente femininos como o educacional, de saúde e de serviços, o recorte feito por este estudo pôde constatar diversidade nas áreas de atuação: informática, jurídica, bancária e saúde, que se apresentaram como áreas de interesse capazes de trazer realização e desenvolvimento pessoal. Tal cenário parece sinalizar maior liberdade em fazer escolhas desvinculadas de um passado fortemente atrelado a imagens femininas estereotipadas, idealizadas e forjadas no calor de interesses políticos, sociais e econômicos, dentre outros. Contudo, como nos alerta Maruani (2003), não se pode ser indiferente ou tolerante com as desigualdades que persistem no panorama social. É importante dar visibilidade às injustiças e incoerências de um sistema político e social que reluta em promover equalização de poderes e horizontalizar as relações entre os gêneros.

6.3 - Outras questões se mostram relevantes ...

Além da maternidade e do trabalho outros temas emergiram no diálogo com as entrevistadas, trazendo uma rica variedade de vivências que se tornaram desafiadoras questões para pesquisa. Como é ser mulher? Como vivem a conjugalidade? Que desafios enfrentam? Como enfrentam? Estas foram algumas das interrogações que deram margem a depoimentos repletos de significados e sentidos. A seguir discutiremos algumas dessas questões iniciando com a temática de como se sentem como mulheres nos dias atuais.

No início do século XX, a Psicanálise de Sigmund Freud fazia a seguinte interrogação: “Afim, o que quer a mulher?”. Havia, nesse questionamento, uma alusão ao mistério, ao “enigmático continente negro” para se referir à imagem feminina (Zalberg, 2007). O novo século se inicia com as Ciências Sociais indagando não apenas o que quer a mulher, até porque a noção de mulher universal não encontra mais sustentação no mundo acadêmico, mas os questionamentos giram em torno do que sentem, pensam, almejam, desejam, do que são capazes as mulheres? Agora, não mais envoltas num manto de mistério e indefinição, mas tomadas como sujeitos sociais.

Quando as mulheres não mais se sujeitaram a apenas seguir o imperativo de um modelo único amalgamado por interesses diversos e abriram caminho para a reinvenção do ser mulher, “deixando para trás as certezas do feminino, o conforto do gesto repetido e aprovado, aplaudido e esperado” (Oliveira, 1999, p. 23), adentraram o território das transformações, deslocamentos, rompimentos, que não se realizam livres de tensões, contradições, riscos e incertezas.

Como nos lembra Lipovetsky (2000), talvez as mulheres estejam, pela primeira vez na história, mais livres dos grilhões das prescrições ideológico-sociais e mais abertas à imprevisibilidade de suas próprias escolhas, tornando-se protagonistas de suas histórias. Mulheres em movimento, confrontadas com a multiplicidade de oportunidades, mas também com a pluralidade de hesitações e questionamentos. Inseridas na esfera pública, mas, ainda de muitas formas, aprisionadas ao espaço privado (do lar), em grande parte por representações sociais que ecoam em seus íntimos e entram em desacordo com o discurso social modernizante que elas próprias entoam. Encontramos essa realidade efervescente e

desafiadora refletida nas falas de nossas entrevistadas quando refletem sobre a condição feminina nos dias atuais.

a - Como é ser mulher?

Ao serem indagadas sobre a percepção que têm sobre si mesmas como mulheres, pudemos constatar que na maioria dos depoimentos essa imagem está associada à idéia de “mulher que dá conta de tudo”, de “mulher multi”. Vale registrar que na fase inicial das entrevistas prevaleceu um discurso de auto-afirmação em que os aspectos positivos do “ser mulher” foram amplamente ressaltados. Em contrapartida, no decorrer do depoimento e, após estabelecido um clima de confiança e descontração, questões mais difíceis e áridas puderam aparecer. Assim, transparece nas diferentes vivências sentimento paradoxal em relação à condição feminina:

Parece que você tem que estar bem em todas as áreas. Me sinto pressionada! Você tem que desempenhar muitos papéis, e tudo simultaneamente. Você tem que estar com o corpo bem, você tem que estar bem pros filhos, você tem que estar bem pro marido, você tem que estar bem na sua profissão, você tem que estar com o humor bom. Parece que a sociedade não está preparada pra uma eventual falha; a sociedade quer você bem o tempo todo. Então eu me sinto muito pressionada...(Elisa)

Olha, eu tenho assim a sensação de que hoje ser mulher é... ser muito dinâmica, não sei se é esse o termo, mas você tem que ser um pouquinho de tudo ao mesmo tempo, pelo menos comigo tem sido assim. Ser mulher é ser multi e, com muito esforço, procurar ter qualidade em cada um desses papéis... (Bruna).

O uso ostensivo da expressão “tem que” nas falas de Elisa e Bruna, ao se referirem aos modos de “ser mulher” na contemporaneidade, remete-nos à imagem de super-mulher sugerida por Rocha-Coutinho (2000). Segundo a autora, os papéis femininos parecem ter sido ampliados e multiplicados sem que, em contrapartida, tenha ocorrido divisão de responsabilidades entre os membros da família, o que acaba por exigir uma *performance* semelhante à de super-herói. De certa forma, tal posicionamento é paradoxal à idéia de liberdade de escolhas, disseminada pela retórica de tom moderno e democrático que circula no cotidiano. Assim, aspectos contraditórios emergem no bojo das transformações sociais em

curso. Embora seja inegável a conquista de maior liberdade como forma de atuar no mundo, seu exercício mostra-se intrincado e complexo.

A diversidade de papéis desempenhados, bem como a simultaneidade no seu exercício, destacados por Elisa e Bruna, fazem-nos refletir sobre as colocações de Hall (2004) ao tratar da identidade cultural na pós-modernidade. O autor identifica um processo de fragmentação das identidades que estariam sendo “descentradas”, ou seja, estariam perdendo o sentido de serem estáveis e integradas. Hall se interroga sobre o significado desse processo e, inclusive, se este configuraria uma crise da identidade contemporânea.

É importante reconhecer que, quando Hall (2004) fala em crise de identidade no mundo contemporâneo, refere-se a um profundo processo de transformações, não apenas estruturais, ideológicas, políticas e econômicas, mas também conceituais, que se fazem necessárias diante de particularidades de uma época marcada por fenômenos como globalização, multiculturalismo e alta-tecnologização, que trazem novos parâmetros para se conceber as identidades. Na concepção desse autor, as identidades tornam-se mais fluidas, mutantes, em conformidade com a complexidade da vida na atualidade.

Se, há algumas décadas, as mulheres encontravam-se circunscritas ao espaço doméstico e, portanto, de certa forma, preservadas das turbulências sociais; na atualidade, inseridas no espaço público, vivem intensamente os reflexos dessas transformações de grandes proporções. As palavras de Débora ilustram bem a conscientização da condição de maior liberdade conquistada, mas também o caráter relativo e problemático do qual se reveste:

Eu acho que a mulher hoje tem mais chance de ser feliz, porque ela já foi, muito tempo, tolhida da liberdade, e pra mim, a coisa mais importante é a liberdade. Então assim, hoje a gente tem muito mais vantagens nesse sentido, porque a gente pode escolher; tem mais chance, mas é um desafio, porque é muito difícil também, porque a gente tem que conciliar tudo. (Débora)

A possibilidade de fazer escolhas é, inegavelmente, uma das grandes conquistas femininas e está estreitamente vinculada à aquisição de maior autonomia e independência econômica. No entanto, mostra-se um fenômeno problemático, não apenas no que toca à vivência feminina, mas à condição humana na atualidade. De acordo com Giddens (2002), o

mundo de hoje experiencia uma ordem social na qual a dúvida permeia a vida cotidiana, falamos que “a modernidade é uma cultura de risco” (p. 11), lembrando que as mudanças ocorrem em ritmo muito acelerado e afetam com maior amplitude e profundidade as práticas sociais e os comportamentos existentes. O autor aponta o comportamento compulsivo, fenômeno tão presente no cenário social atual, como sinalizador da falta de autonomia para se fazer escolhas, estando associado à sensação de perda de controle sobre o eu. Giddens esclarece que os vícios são compulsivos e que constituem o comportamento contraposto à escolha.

Nesse sentido, fazer escolhas assume, para qualquer dos sexos, um caráter desafiador e perpassado por angústias. A feminista norte-americana, Betty Friedan (1983), já nos anos 1980, nos alertava para a dificuldade de se fazer escolhas em tempos de turbulências, questionamentos e rupturas. Recomendava cautela quanto a julgar épocas passadas de forma nostálgica e quanto a cultivar a ilusão de retrocesso a uma situação anterior de maior estabilidade que, no entanto, encobria a falta de escolhas das mulheres. A autora apontava, então, para a necessidade de se formular novas perguntas diante dos conflitos e desafios que se apresentavam. As ponderações de Friedan permanecem atuais e nos colocam frente ao desafio de buscar no presente os meios necessários para articular as várias dimensões da vida com os diferentes recursos disponíveis.

A história de Adélia traz elementos interessantes para pensarmos as transformações por que passam as percepções acerca da própria auto-imagem como mulher. Em certo momento, nossa entrevistada busca em um trecho de uma música de Maria Betânia a imagem que parece ter de si mesma como alguém passiva, emotiva e sonhadora, atributos estreitamente ligados a um modelo estereotipado do feminino:

Eu brinco que sou como aquela música da Maria Betânia: “Eu sou dessas mulheres que só dizem sim, por uma coisa à toa, uma noitada boa, um cinema, um botequim ...”. Eu falo que essa música é minha porque eu sou assim; se você chegar pra mim com uma rosa na mão você já me ganhou, não precisa de muita coisa, se me levar pra comer um cachorro quente na esquina já...

Da forma como Adélia se expressa, parece ser uma mulher passiva, talvez submissa. No entanto, sua biografia revela um esforço de superação do modelo ao qual ainda se encontra fortemente ligada: sua mãe. De acordo com seu depoimento, a mãe é uma mulher

que durante a vida inteira se adequou às demandas do marido, largou o emprego, foi trabalhar com ele, deixou de trabalhar quando este adoeceu para poder cuidar dele e teve uma relação conjugal marcada por sofrimentos e humilhações. O trecho a seguir revela algo dessa situação:

A gente sempre questionou minha mãe o motivo dela nunca ter se separado do meu pai. Porque por mais que ele fosse o grande amor da vida dela, ele aprontava muito, e ela lá sempre com ele. E ela falava: não... é porque tem que ser assim. Acho que ela foi criada pra... estar ali. Então, eu nunca entendi isso!

Adélia, no decorrer de seu depoimento, deixa transparecer os fortes laços que a mantém presa à figura materna. Em dado momento, refere-se à mãe como sendo um pára-raios que condensa todos os problemas familiares, posteriormente, faz a mesma analogia em relação a si mesma e revela que se sente em dívida com a mãe por esta ter sido tão presente em momentos sofridos de sua vida: *Eu falo que eu e minha mãe a gente sofre, e tudo que a minha mãe sofreu eu tô sofrendo...*

Embora Adélia preserve uma imagem de si, afinada à imagem que tem da própria mãe - mulheres que só dizem sim -, parece ter consciência de ter rompido com um padrão de funcionamento que impunha limites muito restritos à vivência feminina. Mesmo estando desempregada na época, foi capaz de dizer NÃO a um estilo de vida que lhe roubava todas as possibilidades de se desenvolver como ser humano.

Eu fiz o que ela [a mãe] não fez!... Só está faltando minha independência financeira...(...) Na época, eu tava desempregada quando eu saí de casa. Eu tava desempregada, sem dinheiro. Aí, assim que eu saí, eu consegui um emprego, comecei a trabalhar, voltei pra faculdade ...

A história de Adélia ilustra a expansão de fronteiras do feminino e o esforço na construção de práticas sociais de caráter transformador e libertador. Conforme nos lembra Sorj (2005), espera-se que as gerações pós-movimentos feministas sejam mais favoráveis e atuantes no sentido de alcançar melhor equalização entre os gêneros uma vez que, provavelmente, estiveram mais expostas ao ideário igualitarista. Embora limitada por condições econômicas e emocionais desfavoráveis, percebemos, no caso de Adélia, um avanço significativo rumo a novas configurações do feminino.

b - Refletindo sobre a conjugalidade

Outra questão que evidencia as transformações pelas quais passam as vivências femininas diz respeito às novas demandas existenciais, agora reivindicadas e assumidas pelas mulheres como direitos legítimos e necessários ao seu pleno desenvolvimento. Bruna encarna essa nova realidade ao colocar em cena o fato de ter vivido um período de turbulências na vida conjugal pela necessidade que sentiu de viver algumas experiências próprias à juventude. Segundo nossa entrevistada, se essa pesquisa fosse feita com ela há uns dez anos atrás, encontraria sua vida em situação muito diferente da atual. Em suas palavras: *foi uma fase de muito tumulto*. Embora em nenhum instante Bruna questione seu casamento, o momento em que este aconteceu é colocado em xeque e tomado como fator impeditivo do contato com outras vivências também importantes para um bom desenvolvimento psicossocial.

Carter e McGoldrick (2001), ao discorrerem sobre o ciclo de vida familiar, lembram que, assim como a noção de infância encontra suas raízes no século XVIII e a de adolescência no século XIX, a noção de idade adulta jovem é algo que aparece apenas no século XX. As autoras enfatizam que a geração de mulheres que viveram a juventude em finais do século XX é pioneira em reivindicar o direito de vivenciar a fase de jovem adulto na qual estabelecem objetivos pessoais e se lançam em projetos profissionais. Bruna parece se encaixar nesse segmento de mulheres que não abre mão de experimentar essa fase que, cada vez mais, parece tornar-se enriquecedora do desenvolvimento humano.

Além dos objetivos pessoais e perspectivas profissionais características da fase de jovem adulto destacados por Carter e McGoldrick (2001), consideramos ser nessa etapa que as jovens, mais livres da ingerência da família de origem e ainda isentas das responsabilidades de uma nova família, podem ter acesso a experiências antes vividas apenas pelos homens. Assim, buscam afirmar sua individualidade e se reconhecerem como sujeitos. Bruna, que cresceu vislumbrando participação ativa na esfera social, pois confessa não se imaginar sem trabalhar fora de casa, ao se casar muito jovem com alguém extremamente caseiro e pouco voltado às relações sociais, parece ter se sentido em débito com a juventude que ficou a reclamar algumas vivências.

Aí, chegou uma hora que parece que eu senti necessidade de viver algumas coisas que a maioria das pessoas vivem e é o certo, saudável. Vivem solteiras, né? De ir pra uma

festa, de sair com as amigas, almoçar com os amigos e amigas.(...) Se alguém viesse me pedir conselho hoje, eu falaria: gente, cada fase tem que ser vivida, vive isso e depois casa...

Sentir a necessidade de vivenciar tal fase já é indicativo de avanços no processo de transformações sociais e culturais, não abrir mão do direito de vivê-la é ainda mais significativo. O depoimento de Bruna é exemplar nesse aspecto ao trazer a situação conflituosa que viveu no casamento e na família quando, desafiando preconceitos e julgamentos tendenciosos, forjou um espaço de descobertas e aprendizado pessoal.

Em alguns momentos, eu quis sair sozinha, sabe aquela coisa que solteira faz? Porque eu não tive, eu saí da adolescência e com dezoito anos já comecei a namorar sério.

Eu imagino que deve ter sido bem difícil pra ele [o marido] em alguns momentos, assim como era pra mim, porque eu ia, eu queria fazer, mas lá dentro eu não ficava bem; sabe aquela confusão? Conflito mesmo, eu achava isso terrível!... (...) Mas, eu acho que eu precisei mesmo! Senão, eu ia ter ficado carregando isso como uma frustração, né?

Bruna destaca que sofreu cobrança do meio em que vive quanto a comportamentos considerados desviantes para uma mulher casada e, conforme esclarece, não se tratava de nada demais, apenas certa liberdade de usufruir de sua individualidade no cultivo das amizades e na descontração e alegria de participar de festas. De acordo com Diniz (2009), esse contato com redes sociais é fonte fundamental de suporte na vida das pessoas, além de ser benéfico para a saúde dos relacionamentos. É importante frisar que essa cobrança não partiu de seu marido o que nos faz refletir sobre as transformações nas relações conjugais e também no que tange à configuração da masculinidade na contemporaneidade. Se, nos dias atuais, existe para as mulheres a possibilidade de reivindicarem certas vivências a elas vetadas até bem pouco tempo, é possível também encontrar homens sensíveis capazes de entender a demanda de suas companheiras e que se empenhem em buscar em conjunto novas formas de convivência. O trecho a seguir traz algo nesse sentido:

Aí, eu tive que lidar com outra coisa que foram as críticas das pessoas - da minha sogra, do meu sogro, da família...do tipo assim... mulher casada fazendo isso? (...) E era assim: um lado seu queria, outro lado preferia não ter feito, não estar com

vontade; e a cobrança social, que, por incrível que pareça, eu nunca tive dele, mas eu tive do meu meio.

Se eu tenho o relacionamento que eu tenho hoje é realmente graças a ele. Totalmente, e nossa! Se ele não tivesse tido a postura que ele teve, se ele não fosse a pessoa que ele é, talvez a gente tivesse até separado...

Embora o foco de nossa análise não seja as transformações pelas quais passam as identidades masculinas, é importante lembrar que não se pode falar de transformação feminina sem considerar a contrapartida das mudanças que se têm processado no âmbito da masculinidade. Nas entrevistas realizadas, constataram-se flexibilizações nos modos de interação entre homens e mulheres no sentido de buscar novas alternativas que viabilizem a manutenção dos relacionamentos.

Nas relações conjugais, os pares têm sido convocados a encontrar um ponto de equilíbrio entre valores paradoxais que permeiam a convivência diária. Os relacionamentos mostram-se menos marcados por hierarquia e autoridade de um dos membros e cultivam ideais de preservação da individualidade, maior autonomia, desenvolvimento e satisfação para cada um. Assim, se por um lado são estimulados a se perceberem em suas singularidades, por outro, são compelidos a criar uma identidade conjugal, que requer o que poderíamos chamar de “afrouxamento” dos limites do eu. Nesse sentido, Féres-Carneiro e Ziviani (2009) postulam a criação de uma “zona comum de interação” na qual circulam desejos e projetos comuns ao casal.

A articulação entre a dimensão individual e conjugal é um dilema que se coloca para as mulheres entrevistadas. Assim como no caso de Bruna encontramos uma dinâmica relacional no sentido de flexibilização e abertura para novas configurações conjugais, em outros, persistem formas tradicionais de conjugalidade, como é o caso de Elisa. Seu depoimento possibilita problematizar algumas questões que se inscrevem nesse tipo de relacionamento e revela uma face do casamento que, por vezes, é considerada parte de um passado já ultrapassado.

Porque na verdade você se anula.... não é só em relação à vida profissional, é como mulher também. Quantas e quantas coisas você deixa de fazer, coisas em função do casamento. Às vezes é um teatro, um baile, uma viagem que você gostaria de fazer;

então você também fica se podando o tempo todo em função do casamento, entendeu? Na verdade, eu acho que hoje em dia se você perguntasse assim qual a palavra chave da mulher de hoje, eu acho que é anulação, eu acho que a mulher se anula o tempo todo, a mulher ainda não conseguiu ser como aquela expressão... ser você mesma em toda sua plenitude...

Percebe-se, na tônica desse discurso, um quê de desabafo. O que nos leva a considerar o caráter reflexivo que a narrativa pessoal pode assumir no breve intervalo de tempo de realização da entrevista. A fala de Elisa evidencia a manutenção de um padrão de relacionamento ainda bastante presente que atribui às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e qualidade da relação conjugal. Como nossa entrevistada deixa transparecer, muitas vezes a manutenção do casamento vai se dando à custa de sacrifícios pessoais que, acumulados ao longo do tempo, vão onerar, não só a saúde da mulher, como a da própria relação. Essa responsabilização é reiterada em outro momento da entrevista:

Eu vejo isso mais nas minhas mãos. Às vezes, eu até me queixo com ele, eu falo assim: pôxa! Mas se eu não me movimentar nesse casamento, que vai ser desse casamento? Na verdade, ele fica feliz com tão pouco e eu preciso de mais pra ser feliz... (...) Então eu brinco com ele e falo: se não for eu mexendo, eu não sei até quando... que vai esse casamento; porque ele é assim muito parado, sabe? Eu tenho que movimentar o tempo todo, e isso também é por minha conta... (...) Eu não acho certo ficar me anulando por causa dele. Eu fico admirada que ele não tem necessidade de muita coisa, ele tem necessidade da profissão.

Em pesquisa realizada com o objetivo de verificar a influência de revistas brasileiras de conteúdo geral como Isto é, Veja e Época e revistas femininas como Nova, Marie Claire e Criativa na formação de normas sociais neste início de século, Diniz (2009) constatou tanto a reafirmação de padrões conservadores, como o incentivo de posturas progressistas por essas publicações. Cabe salientar que, assim como a mídia exerce influência sobre os padrões sociais vigentes em determinado momento histórico, também reflete a dinâmica de funcionamento dessa sociedade, essa é uma via de mão dupla. Ao buscar entender como as revistas estão tratando questões relativas ao casamento, a autora verificou que, quando se abordam questões como a responsabilização das mulheres pela qualidade das relações amorosas, muito mais do que questionar esse “lugar de comando” assumido pelas mulheres,

são oferecidas dicas de como desempenhar de forma cada vez mais eficiente essa louvável atribuição. Ou seja, não se coloca em dúvida a naturalização dos cuidados com a relação conjugal como função feminina, muito ao contrário, reforça-se esse padrão que se converte em mais um fator que tensiona o dia-a-dia da mulher.

Nesse sentido, podemos retomar as ponderações tecidas por Rocha-Coutinho (1994) quanto à dificuldade encontrada pelas próprias mulheres em abrir mão do poder e controle que aprenderam a exercitar no âmbito do lar. Assim como parece existir certa resistência, ainda que de forma velada e não consciente, no sentido de uma divisão das responsabilidades domésticas de forma mais igualitária, parece, também, haver dificuldades em abandonar a convicção de que são as principais responsáveis pelo cuidado com a qualidade do relacionamento amoroso. Abdicar dessa prerrogativa talvez assuma feições de perda, algo que se mostra problemático em um panorama social e cultural que estimula e valoriza os ganhos. Falar de perdas nos leva a considerar certas reflexões de Viorst (2001), que nos lembra que estas fazem parte da vida tanto quanto os ganhos e, além disso, incluem não apenas morte e separações, mas, também, perdas de sonhos românticos, expectativas impossíveis, ilusões de liberdade e poder, dentre tantas outras questões. Como bem alerta a autora, precisamos admitir que perdas são necessárias e que, de alguma forma, ligam-se aos ganhos.

c - A face penosa do “ser mulher” ...

No caso de Elisa, embora se encontre fora do mercado de trabalho e, portanto, não submetida à dupla jornada laboral que tanto tem exigido das mulheres, outras formas de pressões e cobranças se impõem. O fato de viver um casamento nos moldes mais tradicionais a cerceia de variadas formas e, dispor de nível educacional privilegiado, lhe dá acesso a informações e realidades distintas, o que parece criar uma situação de intensos conflitos internos. Sentimentos contraditórios como frustração e realização, felicidade e infelicidade, percepções de conquistas e perdas, de independência e dependência parecem se misturar, criando um panorama de incertezas e indefinições. Embora em outro momento da entrevista tenha se declarado realizada em vários domínios da vida, no trecho a seguir revela o teor de tensão e angústia que atravessa o dia-a-dia:

É essa panela de pressão... Se você analisar, a mulher nunca teve tanta coisa, e nunca foi tão infeliz. Eu acho que a mulher nunca teve tantos recursos na área da estética,

na área da saúde; assim... nunca teve tanta liberdade, mas eu acho que a mulher nunca foi tão infeliz como agora. Se você ver a quantidade de mulheres que tomam anti depressivos... que têm síndrome do pânico, TPM. Eu acho que isso tudo é em função do estresse do dia-a-dia, não tem mais tempo de curtir as coisas, é pressão o tempo todo, correndo, correndo, correndo! Eu acho que isso tudo são sintomas da mulher da vida moderna. Essa coisa da mulher tá perdendo cabelo... você já reparou a quantidade de mulheres que estão perdendo os cabelos?

É interessante notar que, ao expressar a face penosa e contraditória da jornada feminina na construção da própria história, Elisa se utiliza do recurso de falar sobre as mulheres de forma geral e não sobre si. Podemos supor que esse distanciamento favoreça um processo reflexivo sobre o que se fala. Além disso, pode ser um artifício que cria um distanciamento protetor, de uma realidade que se mostra ambígua, perturbadora, ainda que sedutora. Sinaliza, dessa forma, certa dificuldade em admitir que essa realidade também é sua.

Essa situação de mal-estar feminino na atualidade foi abordada recentemente por reportagem da revista *Veja Especial Mulher* de junho de 2010, ilustrando, portanto, que esta é uma questão da ordem do cotidiano e que recebe atenção da mídia. A matéria intitulada “O paradoxo da tristeza feminina”, inicia-se com o seguinte trecho: “Há mais empregos, os salários são melhores e os homens, mais respeitosos – mas por que, afinal, as mulheres não sorriem?” Os autores expõem a constatação de que, embora as mulheres tenham conquistado *status* e reconhecimento social em grande parte das sociedades ocidentais, elas não relatam sensação de bem-estar correspondente aos avanços obtidos. Destacam, ainda, que estar casada ou não, ter filhos ou não, não altera de forma significativa essa constatação. Além do aumento das demandas em várias dimensões da vida que explicaria parte dessa desconcertante situação, os autores aventam a possibilidade das mulheres estarem avaliando sua felicidade nos dias de hoje sob muitos aspectos que antes não eram possíveis e colocam como interrogação se elas não estariam, nos dias atuais, sentindo-se mais confortáveis para admitir a infelicidade.

Cabe lembrar que a situação de mal-estar não se aplica somente às mulheres e nem é característica apenas da contemporaneidade. Tal fenômeno já era apontado por Freud na década de 1930, quando publicou “O mal-estar na civilização”. Nessa obra, o autor abordou as mazelas humanas decorrentes do processo de civilização. Na visão de Bauman (1998),

Freud se dedicou nesse estudo a tratar do exercício da liberdade frente à necessidade de viver em sociedade o que, invariavelmente, diz respeito a aprender a lidar com as perdas e ganhos inerentes ao processo da modernidade. O fato das mulheres mostrarem-se mais suscetíveis aos efeitos desse processo talvez esteja ligado à recente expansão dos domínios de suas vidas, associado ao nível de excelência exigido em cada um deles. Essa linha de pensamento encontra respaldo nas reflexões de Rocha-Coutinho (1994):

(...) a mulher agora tenta atingir o padrão de perfeição no trabalho, estabelecido por homens para eles mesmos, que tinham as esposas para tomar conta de todos os detalhes de sua vida e, ao mesmo tempo, alcançar um padrão de desempenho em casa como mãe, estabelecido por mulheres cujo senso de valor, poder e domínio tinha que advir do fato de serem donas-de-casa e mães perfeitas (p. 122)

Embora as normas sociais preconizem, exijam e reforcem o estilo de vida que as mulheres vêm adotando para dar conta de uma demanda que se mostra cada vez mais intangível, talvez seja o momento das próprias mulheres saírem em defesa de si mesmas e colocarem na berlinda os parâmetros e critérios que as têm norteado. A fascinação e encantamento por tantas conquistas empreendidas, a sensação do potencial plenamente exercido, o doce afago do reconhecimento social por tanto tempo desejado, podem estar escamoteando outras demandas que se fazem necessárias e urgentes. Que demandas seriam essas então? Esta é uma interrogação que cada mulher necessita, com urgência, fazer ecoar em seu íntimo. Já nos recomendava o grande poeta Rainer Maria Rilke que deveríamos procurar amar as próprias perguntas, mesmo que ainda não pudéssemos encontrar de imediato as respostas.

Manter um padrão de excelência em múltiplas áreas da vida tem implicado elevado custo para as mulheres que, freneticamente, buscam soluções adaptativas no contexto que as cerca. O corpo, no entanto, na qualidade de interlocutor implacável, como bem destacou Elisa, denuncia os abusos cometidos sob a forma de patologias e sofrimentos psíquicos diversos. Uma área de tensão a mais se estabelece, envolvendo o corpo como palco de conflitos. Se o corpo comunica os desequilíbrios decorrentes de um estilo de vida acelerado e voltado à perfeição, também é tomado, como nos lembra Giddens (1993), como portador visível da auto-identidade que, em nossa sociedade pós-industrial valoriza demasiadamente o que Del Priore (2000b) denominou tríade da beleza-juventude-saúde. O que se tem observado é que a exigência de perfeição também se estendeu ao corpo, que precisa ser magro, belo e de aparência jovem.

Nossas entrevistadas não escapam a mais esta faceta da realidade contemporânea e se rendem à necessidade de acompanhar os ditames estéticos que, por vezes, se disfarçam de cuidados com a saúde. Na cultura brasileira, particularmente, o culto ao corpo tornou-se ditatorial e se converteu em mais uma fonte de ansiedade e frustração. Vejamos o que dizem:

Ele cobra [o marido], ele cobra o tempo todo! Que tem que fazer dieta, que tem que estar bem. O tempo todo, o tempo todo. Ele foi e me matriculou numa academia, pagou seis meses e falou assim pra mim: - você vai começar a fazer academia. Então existe uma cobrança, uma pressão; o homem gosta de exibir uma mulher bonita, o homem não gosta de exibir uma mulher gorda, uma mulher feia, até porque pra ele é um troféu, né? Eu concordo com ele, né? Porque ele quer, porque a sociedade também quer... (...) Você tem que estar bonita, é uma pressão a mais... (Elisa)

Embora seja uma pressão a mais que se impõe na vida, adequar-se aos padrões de beleza é algo que se encontra enraizado em nossa cultura. A associação entre a mulher e o belo não é novidade dos tempos atuais, vem de longa data e o que tem mudado é a forma como a estética é concebida, representada e atuada nos diversos contextos histórico-culturais. Na atualidade, a liberdade de escolhas e a autonomia financeira têm sido articuladas pela mídia, publicidade e indústria de consumo no sentido de atribuir à beleza valor de construção individual, ou seja, o embelezamento é possível e acessível a mulheres de diferentes segmentos sociais e, assim, só é feia quem quer. Tornada “direito” inalienável de toda mulher, a beleza, quando não assumida como tal, é tomada como negligência feminina (Sant’Anna, 1995). A questão é que as fronteiras entre o direito e a obrigação tornaram-se difusas e não corresponder ao ideal de beleza preconizado pela sociedade transformou-se em fator de tensão e ansiedade, mesmo para as mulheres muito jovens.

Elisa inicialmente descreve o desconforto de se sentir pressionada a cumprir mais uma atribuição entre as tantas que lhe cabem. Contudo, como a questão do cuidar do corpo e da aparência está estreitamente ligada ao que a sociedade convencionou como “gostar de si”, “valorizar-se”, “cuidar-se”, tal exigência acabou por assumir *status* de comprometimento consigo mesma. Dessa forma, Elisa parece dar-se conta de que esse é um dos critérios que modulam a inclusão em um grupo de iguais e promove reconhecimento social, assim, expressa sua concordância com as exigências do marido e da sociedade que, afinal, só querem vê-la jovem e bonita.

Cabe observar que, se por longo tempo as mulheres definiam-se pelo cuidado como os outros (filhos, marido, os enfermos, os idosos), é fato que aprenderam a voltar cuidados para si. Entretanto, a pergunta que se coloca é: como tem sido esse cuidado? Ao que parece, a supremacia da imagem, o culto à beleza e à juventude, aliados ao discurso publicitário e ao poder exercido pela indústria da beleza têm sido eficientes no convencimento de que tais cuidados referem-se, basicamente, à aparência física. Assim sendo, via de regra, as mulheres cuidam-se frequentando academias de ginástica, clínicas de cirurgia plástica, impondo-se dietas, consumindo vasta linha de cosméticos e buscando atender aos irrecusáveis apelos da indústria da moda.

Fernanda é outra, dentre as entrevistadas, que traz a questão da aparência física como algo que demanda investimento de sua parte, que implica em responsabilidades aumentadas e que atua como fonte de tensão.

A estética é uma coisa que me incomoda, até porque pelo que eu conheço do meu marido, se eu começar a ficar muito mal ele não vai mais querer saber de mim (risos). Ele quer que eu fique sempre jovem, mas eu tenho o meu limite, eu não vou muito longe não. Eu tenho essa necessidade, eu sempre gostei de me cuidar, não esse cuidado excessivo de fazer plástica, lipo, ficar na maca o tempo inteiro, não é isso; mas tenho vontade... (Fernanda)

É interessante observar que Fernanda, ao se referir à estética, expressa em primeiro plano o incômodo que sente em relação a isso. Embora goste de cuidar da aparência, percebe os limites impostos pela inexorável passagem do tempo e parece sentir-se pressionada a dar conta do impossível: permanecer jovem. Viver em uma sociedade que valoriza demasiadamente a juventude e a beleza, que é pautada pela produção, consumo desenfreado e a incessante busca do novo, traz dificuldades às mulheres que se aproximam do envelhecimento. Como bem nos lembram Mori e Coelho (2004), o processo de envelhecimento nas culturas ocidentais, ancorado nos valores característicos da pós-modernidade, tem assumido caráter pejorativo e as mulheres têm encontrado maior dificuldade de vivenciar tal processo.

Quando, no trecho a seguir, Fernanda lança a interrogação “como é envelhecer?” parece desvelar toda sua angústia, incompreensão e limitação diante da complexidade de vivenciar o envelhecimento nos tempos atuais:

Agora que eu estou ficando mais velha eu tenho uma preocupação: como é a questão de envelhecer? Porque até pouco tempo eu não me via envelhecendo, é como se eu não estivesse envelhecendo, tivesse parado no tempo, eu era uma menininha. Com essa minha mudança, toda essa reviravolta, eu percebi que já estão me chamando de senhora (risos). Então, essa questão do envelhecer, como é envelhecer isso me deixa assim... eu olho às vezes pra minha mãe e falo: eu não quero envelhecer assim como ela, eu quero envelhecer diferente! Mas como é envelhecer?

Fernanda relata que sua mãe, uma mulher bonita na juventude, envelheceu precocemente, em suas palavras, um envelhecimento *no sentido físico e emocional*, e isso é algo que a assusta. Tal afirmação traz consigo o significado que o envelhecer assumiu nas sociedades capitalistas contemporâneas, estreitamente vinculado às perdas de toda ordem e a um caráter de negatividade. Vivenciar um contexto histórico-social que nega o envelhecer e que busca de todas as formas disfarçá-lo e evitá-lo, torna a proximidade com a meia-idade algo temido e sofrido (Mori & Coelho, 2004). Envelhecer sob circunstâncias pós-modernas torna-se desafio para qualquer ser humano, mas, para as mulheres, ganha proporções gigantescas.

Em nossa cultura, o culto à beleza está intimamente ligado ao feminino, à juventude e à saúde, portanto, a velhice corrompe os valores normatizadores da cultura e instala, principalmente entre as mulheres, o medo de envelhecer. Vale registrar que envelhecer é comumente associado à perda de todos esses atributos (beleza, juventude e saúde). Diariamente, as mulheres são confrontadas com corpos idealizados e inatingíveis, forjados ao *clac* de câmeras fotográficas e de recursos computacionais; corpos que não expressam a passagem do tempo, a vivência da dor, os dissabores que permeiam o cotidiano. Sem que percebam em tal situação uma armadilha, as mulheres tornam-se prisioneiras do mito da eterna juventude (Del Priori, 2000b).

Você olha minha mãe hoje e fala: não é aquela pessoa que eu conheci! Então eu acho que ela até evita de se olhar no espelho do tanto que ela se acabou, ela conseguiu se

destruir por dentro e por fora, então essa velhice me assusta e eu não quero isso! Esse é o meu dilema hoje.

Quando Fernanda se faz a interrogação “*como é envelhecer?*”, parece ter apenas uma certeza: não querer envelhecer como a mãe. O modelo materno talvez traga as marcas de uma época em que as mulheres eram definidas no cuidar dos outros e no esquecimento de si mesmas. Assim, tomada de incertezas, nossa entrevistada imprime em sua fala as vacilações quanto à forma de lidar com o cuidado consigo mesma, quanto aos valores impostos pela cultura, quanto ao processo de envelhecimento nesse meio social que o relega ao plano secundário e desvalorizado. Além disso, mostra-se insegura em sua condição de mulher que, enquanto jovem e bonita, era valorizada e, agora, diante da proximidade da meia-idade se vê em risco de experienciar a solidão. Acima de tudo, Fernanda mostra-se consciente de sua condição de sujeito de escolhas, algo provavelmente diferente da realidade vivida por sua mãe. Portanto, preocupa-se com as escolhas que tem empreendido e sinaliza vivenciar um processo reflexivo na busca de um futuro mais ameno e promissor.

Elisa, ao refletir sobre a condição feminina na atualidade, sintetiza sua impressão na forma de uma pergunta: *o ideal é existir o equilíbrio, né? Ceder profissionalmente até esse ponto, como mãe até esse ponto, como mulher até esse ponto. Mas é difícil encontrar esse ponto de equilíbrio...* Percebemos, nas colocações de nossa entrevistada, o delinear de uma conscientização que ainda se faz tímida, mas que se revela necessária e urgente. Pensar em equilíbrio liga-se à idéia de considerar limites e isso talvez entre em choque com o discurso social contemporâneo que estimula e valoriza a expansão, produtividade, criatividade, capacidade de resolução de problemas. Devemos considerar, no entanto, que são principalmente as mulheres que têm pago um alto preço por se manterem afinadas a essa retórica que se expandiu a todas áreas de suas vidas. Assim, cabe às próprias mulheres, fazendo uso da autonomia e liberdade de escolhas, tão duramente conquistadas, empreenderem a descoberta de seus limites pessoais. Talvez essa seja uma grande conquista que, embora na contramão da lógica capitalista, possa contribuir de maneira decisiva para que a vida não seja meramente enfrentada, mas, sobretudo, desfrutada e de fato vivida.

Iniciamos as entrevistas com algumas indagações que se tornaram ponte de acesso a preciosos detalhes que habitam a intimidade do dia-a-dia das mulheres. Obtivemos depoimentos esclarecedores, alguns surpreendentes, outros instigantes. Assim, concluímos

este estudo com outras tantas interrogações que incitam novas pesquisas em busca de aprofundamento e melhor compreensão das particularidades das vivências humanas concernentes à época atual. Como é ser homem na atualidade? Como é a vivência masculina na relação com as mulheres? Como é envelhecer nesse cenário de tantas transformações? Como os novos arranjos de conjugalidade têm sido vividos? Essas são algumas das muitas indagações que ficam à espera de novos, renovados, mas sempre singulares olhares e escutas que ajudam a tornar a prática clínica e o conhecimento acadêmico vias de aprimoramento da existência humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pós-modernidade, ou modernidade tardia, inaugurou estilos de vida radicalmente diferentes de qualquer outra época anterior. Ao lado de inovações e facilidades inéditas, convivemos com a incerteza e instabilidade, próprias aos dias atuais. Ao tempo em que um cenário de infinitas possibilidades se apresenta cotidianamente, a insegurança e os riscos permanentes infiltram-se nas particularidades dos gestos, ações e pensamentos diários. Assim, o mundo pode configurar-se como único e inigualável sob muitos aspectos, mas também cria formas de fragmentação e dispersão que vão repercutir, sobremaneira, na própria identidade dos indivíduos (Giddens, 2002; Hall, 2004).

A identidade feminina, que por séculos alicerçou-se em parâmetros como o lar, a família e a maternidade, vê-se irremediavelmente afetada pelos novos parâmetros que norteiam a pós-modernidade e que trazem toda uma gama de transformações advindas dos movimentos feministas empreendidos, principalmente, na segunda metade do século XX. Os avanços e melhorias na condição de “ser mulher” são inquestionáveis; a independência e autonomia são preciosidades sonhadas por gerações e gerações de mulheres e que, agora, fazem parte da realidade de tantas outras. A questão é que, embora melhorias sejam visíveis e concretas, persistem mecanismos mantenedores e perpetuadores da assimetria e hierarquia entre os gêneros. A divisão sexual do trabalho, a valorização e autoridade conferidas à figura masculina, amplamente disseminada na cultura, são exemplos desses mecanismos.

A inserção das mulheres na esfera pública e a efetiva participação no mercado de trabalho marcaram época e trouxeram transformações sociais, culturais e econômicas revolucionárias. Estudos na área de gênero (Rocha-Coutinho, 1994, 2007; Diniz, 2004; Perlin & Diniz, 2005) têm apontado que as mulheres, particularmente, têm pago um alto preço por se dividirem entre o espaço público e o privado. Tal situação é apontada como decorrente da forma diferenciada com que cada um dos gêneros lida com trabalho e/ou carreira e com a família. Enquanto para os homens é “natural” a dedicação e o envolvimento maciço com o mundo do trabalho e certo distanciamento das questões domésticas e familiares; para as mulheres, a relação com a dimensão profissional, que se tornou imprescindível e importante eixo estruturante da identidade, é mediada pelas condições familiares, favoráveis ou não. A forma significativamente diferente de lidar com essas questões liga-se ao processo de

construção das identidades de gênero e reflete as dificuldades encontradas por qualquer dos sexos em se desvincularem de padrões de funcionamento secularmente referendados.

Conforme as idéias desenvolvidas ao longo deste estudo, a naturalização, tanto de funções, como de características específicas a cada um dos sexos, assim como a respectiva articulação com a conformação biológica destes, tornou-se poderoso e convincente recurso justificador das desigualdades e hierarquia entre os gêneros. A naturalização das responsabilidades familiares, afetivas e domésticas como especificamente femininas encontra-se no cerne da problemática que atualmente aflige grande parte das mulheres. Como desconstruir séculos de representações sociais que teimam em sorateiramente comparecer nos pequenos detalhes da vida diária? Detalhes, impregnados de conteúdos simbólicos que, não raro, passam despercebidos às próprias mulheres? Como vivenciar as múltiplas dimensões da vida sem tanta culpa? Como abrir mão de certos poderes e prazeres que há muito vêm mostrando sua face ambígua, contraditória e mesmo problemática? Estas são algumas das incontáveis questões que se colocam no dia-a-dia das mulheres.

A clínica psicológica é testemunha das inquietações, incertezas, medos, culpas, questionamentos que atravessam as vivências femininas na contemporaneidade. As mulheres, herdeiras de um processo de construção do feminino que as talhou mais expressivas, mais voltadas aos relacionamentos e aos sentimentos, buscam no apoio psicológico, suporte, entendimento e, fundamentalmente, escuta para os dilemas e desafios que se apresentam no cotidiano de suas vidas. Assim, a experiência clínica tornou-se inspiradora para que este estudo fosse empreendido e buscasse, no diálogo com a academia, a junção de saberes, visando o aprimoramento na compreensão do humano.

Vale lembrar que este é um estudo exploratório, realizado com apenas seis mulheres pertencentes à classe média urbana de Brasília. No entanto, traz dados significativos que podem ser complementados por outros estudos de maior porte ou sob perspectiva longitudinal ou, ainda, que se utilizem de outras metodologias de análise.

O objetivo geral deste estudo foi investigar como mulheres (entre 30 e 45 anos) têm vivenciado o “ser mulher” na atualidade. Assim, a pergunta inaugural das entrevistas foi: “como é para você ser mulher nos dias de hoje?”. Se, inicialmente, para a maior parte das mulheres prevaleceu um discurso de auto-afirmação e valorização das múltiplas e

significativas conquistas alcançadas, no decorrer dos depoimentos puderam aflorar as dificuldades e sofrimentos ligados a essa questão. Maternidade, trabalho, relacionamentos afetivos, conjugalidade, preocupação com o corpo, envelhecimento foram alguns dos temas que emergiram pontuados de sentidos e impregnados de emoções.

Não foi possível identificar áreas de menor ou maior grau de transformação na vida dessas mulheres. As mudanças parecem se estender a todas as áreas, denotando a amplitude dos desafios que se colocam na busca de novas ou renovadas formas de viver a vida. A maternidade se fez tema de privilegiado interesse, confirmando-se como importante eixo da identidade feminina, embora não mais figurando como realização imprescindível a toda e qualquer mulher. Pôde-se constatar, neste pequeno recorte da realidade, sinais de desconstrução de padrões sociais tradicionais que creditam à maternidade o ponto máximo da realização feminina. Outros interesses mostraram-se importantes e o trabalho apareceu como grande concorrente das atenções e investimentos pessoais. Na busca de compreensão da tarefa, nada fácil, de conciliação entre essas duas dimensões, que funcionam regidas por lógicas opostas, procurou-se apreender a forma e a força com que se inscrevem na vivência de cada uma das mulheres entrevistadas.

A maternidade revelou-se fenômeno que transcende a visão reducionista que faz da biologia o fundamento e justificativa do destino feminino. No entanto, mostrou também não corresponder à idéia de se tratar de mera prerrogativa de escolha a ser empreendida livremente. O fenômeno parece situar-se entre um e outro posicionamento, sendo atravessado por questões de cunho social, político, simbólico e religioso, dentre outros. Além disso, sentidos instigantes e surpreendentes deixaram-se conhecer, apontando para a complexidade envolvida na questão. Maternidade como resgate da identidade, como possibilidade de ressignificar vivências infantis, como algo não incluído como projeto de vida, ou mesmo como fenômeno em mutação a depender do momento de vida da mulher, foram alguns desses sentidos. Assim, tais elementos foram levados em conta quando se procurou entender as dificuldades e dilemas enfrentados pelas mulheres diante dessa vivência.

Diversas faces da maternidade puderam aparecer a depender da história de vida da mulher, das representações sociais em ação, do momento vivenciado, das condições de seu contexto social, da rede de apoio disponível. Dessa maneira, a forma como a maternidade é vivida, ou mesmo se vai ser vivida ou não, mostrou-se mediada por essas questões que

comparecem silenciosamente e envoltas num manto de invisibilidade. Assim, as “escolhas” empreendidas e os dilemas e conflitos vivenciados trazem as marcas do passado e a influência das condições presentes.

No que tange ao trabalho, ficou evidente o valor fundamental que assumiu na vida das mulheres nas últimas décadas. Parece configurar sentido que comporta vários significados: necessidade econômica, realização pessoal, via de acesso à condição de consumidora, promotor de *status* social e auto-estima, dentre outros. Assim, neste estudo, a identidade feminina mostrou-se estreitamente vinculada a essa dimensão da vida, que se consolida como importante eixo estruturante da personalidade.

Embora persistam desigualdades entre os gêneros no campo profissional a despeito dos elevados níveis de escolaridade, formação e qualificação que as mulheres atingiram, a feminização do trabalho é realidade incontestável, conforme aponta a literatura. Tal fato confirmou-se entre nossas entrevistadas: das seis mulheres, quatro estão inseridas no mercado de trabalho e as outras duas lutam por essa inclusão. O trabalho remunerado revelou-se fator gerador de reconhecimento social, sentimentos de pertença ao grupo, autonomia e liberdade de escolhas e de ações. Assim, mostrou-se condição essencial para que o sentimento de realização seja mais amplo, embora não exclua a existência de conflitos que se estabelecem de variadas formas na interface com outras dimensões da vida.

Cabe ressaltar que a desvalorização que acompanha o trabalho realizado no âmbito do lar parece causar entraves no processo de rearticulação da divisão sexual do trabalho no que tange às tarefas domésticas. Outro fator que parece contribuir com essa dificuldade é a resistência feminina em abrir mão de certas atribuições que, por séculos, lhes foram delegadas. Se, por um lado, tais atribuições (responsabilidade pela educação e cuidados com filhos, administração do lar, responsabilidade pelo cuidado e qualidade da relação amorosa/conjugal) trazem desgastes físicos e emocionais, conforme amplamente relatado por nossas entrevistadas; por outro, ao conferirem poder e controle sobre os membros da família, exercem atração por sua manutenção e receio por sua perda. Lidar com essa questão constitui-se em dilema que busca melhor equacionamento.

A conciliação entre maternidade e trabalho mostrou-se problemática na vida das mulheres entrevistadas, gerando sentimentos de fragmentação da identidade, ansiedade,

cansaço, culpa e muitas dúvidas. Outras fontes de tensão fizeram-se presentes: a preocupação com a aparência e, mais especificamente, com o corpo e o medo do envelhecimento. Dar conta de tantas atribuições, exigindo-se padrão de excelência em cada uma delas mostrou-se uma combinação perigosa, que talvez não esteja sendo percebida como tal. O grande dilema parece ser: Como dar conta de tudo com padrão de perfeição e ainda se sentir feliz e realizada?

Na análise desse dilema, um olhar cuidadoso foi necessário conduzindo à reflexão de que não parece existir um questionamento, pelas próprias mulheres, quanto à multiplicidade de atribuições a seu cargo. Ao contrário, parece circular certo orgulho das mesmas em atuar em tantas áreas e, de uma forma ou de outra, dar conta de todas elas. A busca parece ser encontrar a melhor forma de se multiplicar. Tal qual um caleidoscópio que incessantemente confirma sua potencialidade criativa, as mulheres parecem absorvidas em sua surpreendente capacidade de criar e recriar infinitas formas de ser mulher. No entanto, é oportuno considerar o risco que se corre em promover a naturalização da capacidade de dar conta de tudo.

As lutas feministas completam 50 anos e estão em plena maturidade. Dizem que a maturidade pode nos conceder certo descompromisso com as regras estabelecidas, certa liberdade de agir. Talvez, seja tempo de aliar as prerrogativas da maturidade do movimento com aquelas que corajosamente foram conquistadas ao longo dos anos: direito a ter direitos, autonomia, independência econômica, possibilidade de escolhas. Talvez, o propósito de descobrir os limites pessoais seja o elemento transgressor das normas sociais vigentes que necessita, com urgência, ver-se incluído na pauta do dia de cada mulher. É bem verdade que é quase um tabu falar-se em limites em plena era das possibilidades ilimitadas, como bem traçou Giddens (2002). No entanto, deve-se considerar que o alto ônus da manutenção dessa situação recai, principalmente, sobre as próprias mulheres e, notadamente, comprometendo sua saúde física e mental.

É tempo de travessia, novos e velhos valores oscilam e vacilam em um cenário também mutante. Desafios se colocam cotidianamente, exigindo posicionamentos que muitas vezes mostram-se frágeis, indecisos e confusos. A atualidade, contudo, como em nenhuma outra época, pode oferecer meios que favoreçam processos reflexivos que sejam libertadores e salutares. Se o equilíbrio de uma época anterior foi rompido e, sob o signo da pluralidade, novas formas de equilíbrio estão em andamento, é tempo de aprendizagem e descobertas.

Rubem Alves (2008), poeta e psicanalista, em linguagem própria aos poetas, nos diz que “ostra feliz não faz pérola” e trata de nos explicar: da areia que penetrou na carne macia do molusco, brotou o incômodo, a dor. Para livrar-se da aspereza, das arestas e pontas, enfim, da dor, foi preciso envolver o grão de areia e transformá-lo: nascia assim a pérola. Inspirados nas palavras do poeta, poderíamos refletir sobre a possibilidade de transformação das dificuldades, dilemas e desafios atuais em oportunidades de criação de um futuro que comporte maior beleza nas caleidoscópicas formas de ser mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, L. S. de (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. *Rev. Dep. Psicol., UFF* [on line], Vol. 19, n. 2, pp. 411-422. ISSN 0104-8023. doi 10.1590/S0104-80232007000200011. Acesso em maio/2010.
- Alves, R. (2008). *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Planeta.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Araújo, C & Scalon, C. (2005). Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. Em C. Araújo & C. Scalon (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil* (pp.15-77). Rio de Janeiro: FGV.
- Austin, J.L. (1998). *Como hacer cosas con palabras*. Barcelona: Paidós.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (1986). *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bandeira, L. & Siqueira, D. (1997). A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 12 (2), 263-284.
- Barbosa, P. Z. & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19 (1), 163-185.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor..
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16 (3), 233-239.
- Bruschini, C., Ricoldi, A. M. & Mercado, M. C. (2008). Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. Em A. de O. Costa, B. Sorj, C. Bruschini & H. Hirata (Orgs.), *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais* (pp. 15-33). Rio de Janeiro: FGV.

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calvino, I. (2005). *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ciampa, A. da C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina – um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos Ltda.
- Costa, S. G. (2004). Movimentos feministas, feminismos. *Estudos Feministas*, 12 (N.E.), 23-36.
- Cruz, M. H. S. (2005). *Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade*. São Cristóvão, SE: UFS.
- Cukier, R. (1998). *Sobrevivência emocional: as dores da infância revividas no drama adulto*. São Paulo: Ágora.
- De Felice, E. M. (2006). *Vivências da maternidade: e suas conseqüências para o desenvolvimento psicológico do filho*. São Paulo: Vetor.
- Del Priore, M. (2000a). Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. Em M. Del Priore (Org.), *História das Mulheres no Brasil* (pp. 78-114). São Paulo: Contexto.
- Del Priore, M. (2000b). *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. São Paulo: SENAC.
- Demo, P. (2000). *Certeza da incerteza: ambivalência do conhecimento e da vida*. Brasília: Plano
- Denby, D. (1998). *Grandes livros: minhas aventuras com Homero, Rousseau, Shakespeare, Marx e outros escritores brilhantes*. Rio de Janeiro: Record.
- Descarries, F. (2000) Teorias Feministas: liberação e solidariedade no plural. Em T. N. Swain (Org.) *Feminismos: teorias e perspectivas*. Textos de História: *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*, 8 (1/2), 9-47. Brasília: UnB.
- Deschamps, J. & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Dias, A. C. G. & Teixeira, M. A. P. (2010). Gravidez na adolescência; um olhar sobre um fenômeno complexo. *Paidéia* 20 (45) 123-131. Ribeirão Preto, SP: [on line] ISSN 0103-863X. doi: 10.1590/S0103-863X2010000100015. Acesso em jun/2010.

- Diniz, G. (1999). Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. Em T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Diniz, G. (2004). Mulher, trabalho e saúde mental. Em W. Codo (Org.), *O trabalho enlouquece?* Rio de Janeiro: Vozes.
- Diniz, G. (2009). O casamento contemporâneo em revista. Em T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 135-155). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Duran, M. A. (1983). *A dona-de-casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Ergas, Y. (1991). O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. Em G. Duby & M. Perrot (Orgs.), *História das mulheres no ocidente* (Vol. 5). Porto: Edições Afrontamento.
- Féres-Carneiro, T. & Ziviani, C. (2009). Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. Em T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 83-107). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fernández, A. (1994). *A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Friedan, B. (1983). *A segunda etapa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves
- Gardey, D. (2003). Perspectivas históricas. Em M. Maruani & H. Hirata (Orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (C. Rapkiewicz, Trad.), (pp. 37-53). São Paulo: Senac.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Goldenberg, M. (2000). De Amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. Em M. Goldenberg (Org.), *Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros*, (pp. 105-123). Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2005). *De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2008). *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro: BestBolso.

- Guareschi, P. A. (1996). Representações sociais: alguns comentários oportunos. Em C. M. Nascimento-Schulze (Org.), *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social* – Coletâneas ANPEPP, 1 (10), (pp. 9-35). Florianópolis, SC: UFSC.
- Hall, S. (2004). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2007). Quem precisa de identidade? Em Silva, T. T. (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 103-133). Rio de Janeiro: Vozes.
- Héritier, F. (1996). *Masculino feminino: o pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Higonnet, A. (1991). Mulheres, imagens e representações. Em G. Duby & M. Perrot (Org.), *História das mulheres no ocidente: o século XX* – Vol. 5 (Sob direção de Françoise Thébaud), (pp. 403-427). São Paulo: EBRADIL.
- Hirata, H. (2003). Apresentação à edição brasileira. Em M. Maruani & H. Hirata (Orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (C. Rapkiewicz, Trad.) (pp. 15-20). São Paulo: Senac.
- Jacobina, E. (1998). Letras em canto-cantigas. Em E. Jacobina & M. H. Kühner – *Feminino / Masculino: no imaginário de diferentes épocas* (pp. 114-146). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Kehl, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Klapisch-Zuber, C. (1990). Introdução. Em G. Duby & M. Perrot (Orgs.), *História das mulheres no ocidente – A Idade Média* (Vol. 2) (pp. 9-23). Porto: Edições Afrontamento.
- Laqueur, T. W. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Losada, B. L. & Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. *Psicologia em Estudo*, 12 (3), 493-502.
- Louis, M.-V. (2005). Diga-me: o que significa gênero? Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6992200600030000&Ing=pT&nrm=iso>. Acesso em dez/2009.
- Louro, G. L. (1995, julho/dezembro). Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*. 20 (2), 101-132.

- Lüdke, M & André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Macedo, J. R. (2002). *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto.
- Maia, A.C. (1995). Sobre a analítica do poder de Foucault. *Tempo Social*, 7 (1-2), 83-103.
- Mansur, L. H. B. (2003). Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23 (4), 2-11.
- Martins, R. B. (1998). Vagas divagações em torno de Eva, Adão e seus descendentes. Em E. Jacobina & M. H. Kühner (Orgs.), *Feminino / Masculino no imaginário de diferentes épocas* (pp. 167-191). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Maruani, M. (2003). Introdução. Em M. Maruani & H. Hirata (Orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado do trabalho*. (C. Rapkiewicz, Trad.) (pp. 21-28). São Paulo: Senac.
- Minayo, M. C. (2002). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em Representações Sociais* (pp. 89-111). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec
- Miranda-Martins, A. L. (2006). *Casamento e trabalho: reflexões sob a ótica de gênero e do ciclo vital*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Moraes, M. L. Q. de (1998). Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, 11, p. 99-105. São Paulo.
- Moreira, L. S. & Nardi, H. C. (2009). Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade (s) contemporânea (s). *Rev. Estud. Fem.* [on line] 17 (2) 569-594. ISS 0104-026X. doi: 10.1590/S0104-026X2009000200015. Acesso em maio/2010.
- Mori, M. E. (2002). *A vida ouVida: a escuta psicológica e a saúde da mulher de meia-idade*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Mori, E. & Coelho, V. L. D. (2004). Mulheres de corpo e alma: aspectos biopsicossociais da meia-idade feminina. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (2), 177-187.
- Morin, E. (2007). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.

- Mourão, T. M. F. & Galinkin, A. L. (2008). Equipes gerenciadas por mulheres: representações sociais sobre gerenciamento feminino. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 21 (1), 91-99.
- Nolasco, S. (1998). Representações masculinas e femininas na televisão. Em E. Jacobina & M. H. Kühner (Orgs.), *Feminino / Masculino no imaginário de diferentes épocas* (pp. 147-157). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Oliveira, R. D. (1999). *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense.
- Passerini, L. (1991). Mulheres, consumo e cultura de massas. Em G. Duby & M. Perrot (Org.), *História das mulheres no ocidente: o século XX – Vol. 5* (Sob direção de Françoise Thébaud), (pp. 381-401). São Paulo: EBRADIL.
- Pedro, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História* [on line], 24 (1) 77-98. ISSN 1980 – 4369. doi: 10.1590/S0101 – 90742005000100004. Acesso em dez/2009.
- Perelson, S. (2004, janeiro/junho). Da subversão do gênero à reinvenção da política. *Ágora*, VII (1) 155-159.
- Perlin, G. & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? *Psicologia Clínica* 17 (2) 15-29.
- Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc.
- Picanço, F. S.(2005). Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. Em C. Araújo & C. Scalon (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil* (pp. 149-172). Rio de Janeiro: FGV.
- Rangel, E. de F. M. (2004). Uma nova concepção de linguagem a partir do percurso performativo de Austin. *Revista Letra Magna*, 1 (1), 2º Semestre, 1-16.
- Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Rezende, J. de & Montenegro, C. A. B. (1999). *Obstetrícia fundamental*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2000). Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. *Psicologia Clínica*, 12(2), 65-82.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2009). De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de

- família? Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 219-235). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rodrigues, C. (2005, janeiro/abril). Butler e a desconstrução do gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, 13 (1), 179-199.
- Rodrigues, G. de C. (2008). *O dilema da maternidade*. São Paulo: Annablume.
- Sant'Anna, D. B. (1995). Apresentação. Em D. B. de Sant'Anna (Org.), *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Sarti, C. A. (2000). Família e individualidade: um problema moderno. Em M. do C. B. de Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate* (pp. 39-49). São Paulo: EDUC.
- Sarti, C. A. (2004, maio/agosto). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, SC. 12 (2), 35-50.
- Scott, J. W. (1990, julho/dezembro). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 16 (2), 05-22.
- Scott, J. W. (2005, janeiro/abril). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, SC. 13 (1), 11-30.
- Silva, T. T. (2007). A produção social da identidade e da diferença. Em Silva, T.T. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Vozes.
- Soihet, R. & Pedro, J. M. (2007). A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, 27 (54), 281-300. São Paulo.
- Sorj, B. (2005). Percepções sobre esferas separadas de gênero. Em C. Araújo & C. Scalon (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil* (pp.79-88). Rio de Janeiro: FGV.
- Sorj, B.; Fontes, A.; Machado, D. C. (2007). Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa* [on line] 37 (132), 573-594. ISSN 0100-1574. doi: 10.1590/S0100-15742007000300004. Acesso em maio/2010.
- Spink, M. J. P. (2002). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em Representações Sociais* (pp. 117-145). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Spink, M. J. P. & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva Psicologia Social. Em M. J. P. Spink (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. Em M. J. P. Spink (Org.)

Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.

Stoller, R. (1993). *Masculinidade e Feminilidade: apresentações do gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Swain, T. N. (2005). Apresentação. Em T. N. Swain & D. do C. G. Muniz (Orgs.) *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis, SC: Editora Mulheres.

Toscano, M. (1998). Cem anos de cinema: um espaço para a mulher. Em E. Jacobina & M. H. Kühner (Orgs.), *Feminino / Masculino no imaginário de diferentes épocas* (pp. 95-113). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Viorst, J. (2001). *Perdas necessárias*. São Paulo: Melhoramentos.

Von Koss, M. (2000). *Feminino + Masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades*. São Paulo: Escrituras.

Woodward, K. (2007). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em Silva, T.T. (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 7-72). Rio de Janeiro: Vozes.

Zalberg, M. (2007). *Amor paixão feminina*. Rio de Janeiro: Elsevier.

A N E X O



Comitê de Ética em Pesquisa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade de Brasília

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Universitário Darcy Ribeiro

ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: Mulher adulta contemporânea: dilemas e desafios

Pesquisador Responsável: Francisca Celina Moraes Guimarães

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu APROVAR o projeto intitulado "Mulher adulta contemporânea: dilemas e desafios".

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 15 de dezembro de 2009.

Profa. Dra. Debora Diniz
Coordenadora do CEP/IH

APÊNDICES

APÊNDICE 1

CARTAZ FIXADO NO CAMPUS DO UniCEUB

PESQUISA DE MESTRADO

Área: Psicologia Clínica e Cultura

MULHER ADULTA CONTEMPORÂNEA: Dilemas e desafios

Objetivo do estudo: Conhecer como as mulheres, com idade entre 30 e 45 anos, estão lidando com diferentes dimensões da vida a partir de novas referências de identidade feminina.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP-IH) da Universidade de Brasília.

Convido professoras, alunas e funcionárias nessa faixa etária para participarem da pesquisa. Esta envolve a realização de entrevista individual, possivelmente em 2 encontros de 1 (uma) hora e meia cada. As entrevistas deverão acontecer em sala disponibilizada nas dependências do UniCEUB.

Caso concorde em participar ou queira maiores informações, por favor, entre em contato pelo telefone (61) 9202-0463 ou pelo e-mail: francels2004@yahoo.com.br.

Atenciosamente,

Francisca Celina Moraes Guimarães

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Anuência do entrevistado)

(Resolução CFP 016/2000)

Fui convidada a participar como voluntária de estudo sobre vivências de mulheres adultas, com idade entre 30 e 45 anos, frente aos novos referenciais de identidade feminina desenvolvido pela pesquisadora Francisca Celina Moraes Guimarães, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Decnop Coelho.

Através de entrevistas com a pesquisadora, responderei a diversas perguntas sobre minha vida e meus interesses. Participarei de dois encontros individuais com duração de aproximadamente 1 (uma) hora e meia cada. Esses encontros serão gravados para posterior análise sobre o tema de estudo.

As conversas sobre o assunto abordado não devem gerar desconforto. No entanto, se eu sentir algum incômodo ou quiser interromper a conversa a qualquer momento, terei inteira liberdade de fazê-lo. Sei que posso, ainda, entrar em contato telefônico com a pesquisadora, se necessário, durante o estudo.

Tenho conhecimento que sendo uma pesquisa que envolve conteúdos pessoais, meu nome ou de outras pessoas por mim mencionadas não serão revelados nos escritos da pesquisa, mantendo-se, assim, o caráter sigiloso da entrevista.

Tendo em vista os esclarecimentos acima prestados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Nome (letra de forma)

Assinatura do participante

Local

_____/_____/_____.
Data

Pesquisador(a)

Pesquisadoras Responsáveis
Francisca Celina M. Guimarães (61) 9202-0463
Vera L. D. Coelho (61) 8408-8948

Comitê de Ética em Pesquisa *:
Comitê de Ética em Pesquisa – Instituto de
Humanidades / UnB
Tel.: (61) 33073799/e-mail: cep_ih@unb.br
*Para consultas sobre aprovação deste projeto.

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como você se sente sendo uma mulher de (X) anos, nos dias de hoje?
2. Me fale um pouco sobre sua família.
3. Me fale um pouco sobre sua vida atual – trabalho, estudo, família, relacionamentos – o que você quiser ou achar relevante.
4. Quais são os maiores dilemas que você enfrenta atualmente?
- 5.. Em relação à maternidade:
 - Que lugar a maternidade ocupa em sua vida?
 - Que planos e desejos você tem e/ou teve em relação a isso?
- 6.. Em relação ao trabalho:
 - Que lugar o trabalho ocupa em sua vida?
 - Que planos e desejos tem e/ou teve em relação a isso?
7. Em relação a relacionamentos (tanto de amigos quanto conjugal), como é isso para você?
8. O que a realiza como mulher?
9. Que perspectivas você tem em relação ao seu futuro?

APÊNDICE 4

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

1 – NOME:

2 – IDADE:

3 – NATURALIDADE:

4 – HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ EM BRASÍLIA?

5 – PROFISSÃO:

6 – ESTADO CIVIL:

7 – ESCOLARIDADE:

8 – ESPECIFICAÇÃO E LOCAL DO CURSO:

9 – TEM FILHOS? QUANTOS? QUAL A IDADE?

10 – TELEFONE PARA CONTATO: